



UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO

**ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL COMO
INSPIRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL COM LIBERDADE: O CASO DA
CRIAÇÃO DA APA – ALTER DO CHÃO/PA**

ANDRÉA SIMONE GOMES RENTE

2006



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL COMO INSPIRAÇÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM LIBERDADE: O
CASO DA CRIAÇÃO DA APA – ALTER DO CHÃO/PA**

ANDRÉA SIMONE GOMES RENTE

*Sob a Orientação da Professora
Eli de Fátima Napoleão de Lima*

Dissertação submetida como
requisito parcial para obtenção do
grau de **Mestre em Ciências**, no
Curso de Pós-Graduação em
Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ
Março de 2006

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE**

ANDRÉA SIMONE GOMES RENTE

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, área de Concentração em Natureza, Ciência e Saberes.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 10/03/2006

Eli de Fátima Napoleão de Lima. Dra. CPDA/UFRRJ
(Orientadora)

Pierina German Castelli. Dra. UNEC/MG

Marta de Azevedo Irving. Dra. EICOS/UFRJ

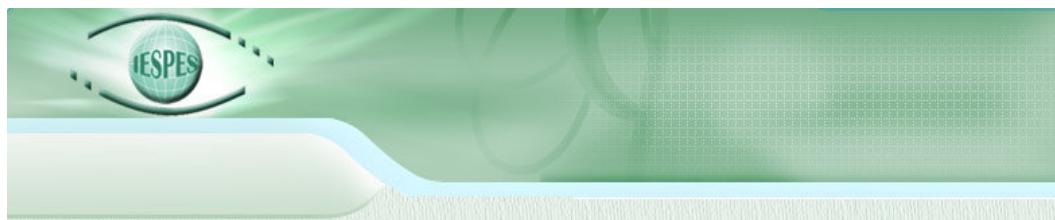
Nelson Giordano Delgado. Dr. CPDA/UFRRJ

Dedico este estudo a meu avô Raimundo Gomes (*In Memoriam*), um amante do Rio Tapajós e um sábio que com simplicidade me ensinou através de histórias, charadas e piadas que conhecimento apreendido é uma conquista que deve ser valorizada e compartilhada.

Dedico ainda ao meu companheiro Sandro Leão, minha filha Ana Carolina e a amiga Nice, sem as quais não teria forças, paz de espírito e nem sossego para concluir este estudo.

APOIO

Essa dissertação teve o apoio financeiro
de fundamental importância das
Faculdades Integradas do Tapajós – FIT, via
Fundação Instituto para o Desenvolvimento da Amazônia – FIDES
e do **Instituto Esperança de Ensino Superior – IESPES**.
À estas Instituições, os meus sinceros agradecimentos.



AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, razão de Esperança, Fé e Caminho para quem crê em sua Palavra.

Aos meus pais José Luís e Maria Cleuci, por serem modelos de humildade, luta e razão de minha existência.

A minha irmã Ana Shirley pelo incentivo, amizade e apoio que sempre vieram na medida certa e nos momentos mais difíceis e decisórios.

Aos meus irmãos Adriano e André pela torcida.

A minha orientadora Eli Napoleão pelas orientações, incentivo e compreensão que em vários momentos foram imprescindíveis.

Aos meus professores: Maria José, Peter May, Regina Bruno, Lionello Punzo, Renato Maluf, Nelson Delgado, Ana Célia Castro, Roberto Moreira, Sérgio Leite e Marta Irving, que me ajudaram a expandir meus conhecimentos e descobrir a importância da interdisciplinaridade.

A todos os funcionários do CPDA que direta ou indiretamente sempre se fizeram presentes e dispostos a tornar minha estada no Curso a melhor possível.

A Ilson que com seu sorriso e tranqüilidade sempre nos proporcionava momentos de paz em um lugar crítico para nós, a repografia de textos.

Aos meus colegas da turma 2004/CPDA: Arthur Lessa, Beatris Duqueviz, Betty Rocha, Biancca de Castro, Cristina Ribeiro, Eduardo Rosas, Fábio Ramos, Fernando Abrantes, Fernando Barcelos, Flávia de Mattos, Francisco Clesson Monte, Gilmara da Silva, Karina Kato, Marco Antônio Lima, Mônica Mello, Priscila Sampaio, Renata Éboli, Ruth Nunes, Silvia Zimmermann, Simone Gadelha, Vânia Pimentel, e Omar pela presença, amizade e companheirismo, vocês são a minha conquista inesquecível.

Aos professores que fizeram parte da Banca Examinadora, que com suas observações, críticas e incentivos me permitiram uma maior visibilidade do trabalho.

A Socorro de Lima, Sandra Silva, José Pastana e Adriane Hager por sempre estarem disponíveis a dividirem seus conhecimentos e ouvirem as minhas dúvidas.

Em especial a Gilberto e Indira Marques, sem vocês nada disso estaria se tornando realidade.

A todos meus amigos e familiares que com seus incentivos, palavras e mensagens de apoio me fortalecem e ajudam a enfrentar as adversidades e seguir em frente.

Algumas pessoas ainda pensam que podem proteger as reservas somente com guardas, mas isso já se mostrou insuficiente. Um envolvimento mais amplo da população é necessário para a conservação ser um sucesso, além de investimentos em longo prazo em educação, saúde e participação política.

Márcio Ayres

Idealizador da Reserva de DS de Mamirauá – AM.

BIOGRAFIA

Andréa Simone Gomes Rente, nascida em 11 de fevereiro de 1973, na cidade de Santarém – Pará. Formou-se em Ciências Econômicas, no ano de 1996, pela Universidade Federal do Pará e cursou Especialização em Auditoria e Controladoria nas Faculdades Integradas do Tapajós - FIT, vindo a concluir-la em 2002.

Dentre as atividades profissionais, destaca-se: nos anos de 1999 a 2002 a Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santarém - SANTUR onde trabalhava com elaboração de Projetos; e, nos anos de 1999 até os dias atuais, docente nas Faculdades Integradas do Tapajós – FIT, nos cursos de Economia e Direito, e do Instituto Esperança de Ensino Superior – IESPES, nos cursos de Turismo e Administração.

Em termos de publicações, destaca-se: a participação como organizadora do livro “Fundamentos para o Desenvolvimento da Amazônia”, em 2002, pela Alves Gráfica Editora, de Belém-Pará. E, mais recentemente o artigo “Uma reflexão sobre as categorias empoderamento e capital social para a análise do desenvolvimento”, em 2005, publicado na Revista *Em Foco*, do IESPES, Santarém-Pará.

RESUMO

RENTÉ, Andréa Simone Gomes. **Áreas de Proteção Ambiental como Inspiração para o Desenvolvimento Sustentável com Liberdade: o caso da criação da APA – Alter do Chão/Pa.** 2006. 170 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2006.

Esta dissertação teve como fundamento o estudo de caso: a criação APA – Alter do Chão, situada na região do Eixo Forte, no distrito de Alter do Chão, em Santarém, Pará, Amazônia. A base metodológica utilizada foi uma Revisão Bibliográfica que permitiu um diálogo das principais temáticas referenciadas e, uma Pesquisa de Campo, onde se realizou entrevistas abertas e coleta de informações em instituições governamentais municipais e federais. A pesquisa de campo teve como fim último a caracterização da área e a reconstituição do processo de criação da APA – Alter do Chão através de relato oral e de observação participante. Buscou-se, a partir desses métodos, atingir os objetivos fins. Tais objetivos estão relacionados com a tentativa de compreensão de como o processo de criação de uma Área de Proteção Ambiental - APA, no caso a APA – Alter do Chão, pode ser ou não visto como inspiração para o desenvolvimento sustentável com liberdade em uma dada região, levando em conta aspectos políticos, econômicos, sociais e ambientais que permeiam tal processo. Esse processo que, em todos os níveis, se sustenta a partir da relação sociedade-natureza e a partir da crença de que Unidade de Conservação – UC de Uso Sustentável, como as APA's e o desenvolvimento podem configurar-se como relações possíveis desde que haja uma percepção que a sociedade tem liberdade e precisa adquirir capacidades de fazer escolhas, possibilitando aos membros desta atingir um patamar em que reconheçam que a sua sobrevivência e de outras gerações dependem destas escolhas. Neste sentido, são dois os principais resultados deste estudo: o primeiro está relacionado à percepção de que as APA's enquanto estratégias de políticas públicas ambientais podem ser vistas como meios de viabilizar a relação sociedade-natureza a partir de um processo de participação democrático em que os principais atores envolvidos estejam de acordo e estimulados a usarem as mesmas na busca do desenvolvimento. E, segundo a visão positiva do desenvolvimento, atrelando-o a processos que desencadeiam criação de UC's de Uso Sustentável, como a APA – Alter do Chão.

Palavras-chave: Área de Proteção Ambiental, Alter do Chão, Desenvolvimento.

ABSTRACT

RENTÉ, Andréa Simone Gomes. **Áreas de Ambiental Proteção as inspiração para o Desenvolvimento Sustentável com Liberdade: O caso da criação do APA – Alter do Chão/PA.** 2006. 170 p. Dissertação (Mestrado in Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Institute of Social and Human Sciences. University Rural Federal of Rio de Janeiro, RJ, 2006.

This dissertation had as foundation the case study: the creation APA - Alter do Chão, located in the area of the Eixo Forte, in the district of Alter do Chão, in Santarém, Pará, Amazonian. The used methodological base was a Bibliographical Revision that it allowed a dialogue of the main themes and, a Research of Field, where we took place open interviews and collection of information in municipal and federal government institutions. The field research had as last end the characterization of the area and the rebuilding of the process of creation of APA - Alter of the Ground through oral report and of participant observation. It was looked for, to leave of those methods, to reach the objectives ends. Such objectives are related with the understanding attempt of as the process of creation of an Area of Environmental Protection - APA, in the case APA - Alter do Chão, can be or no seen as inspiration for the sustainable development with freedom in a given area, taking into account aspects political, economical, social and environmental that you/they permeate such process. That process that, in all of the levels, it is sustained starting from the relationship society-nature and starting from the faith that Unit of Conservation - UC of Sustainable Use, as APA's and the development can be configured as possible relationships since there is a perception that the society has freedom and she needs to acquire capacities to do choices, making possible to the members of this to reach a landing in that you/they recognize that his/her survival and of other generations they depend on these choices. In this sense, they are two the main results of this study: the first is related to the perception that APA's while strategies of environmental public politics can be seen as means of making possible the relationship society-nature starting from a democratic participation process in that the main involved actors agree and stimulated her use the same ones in the search of the development. And, according to the positive vision of the development, harnessing it to processes that unchain creation of UC's of Sustainable Use, like APA - Alter do Chão.

KEY-WORDS: Area of Ambient Protection - APA, Alter do Chão, Development.

LISTA DE SIGLAS

AMEIFOR	Associação dos Moradores do Eixo Forte
AOMT-BAM	Associação das Organizações de Mulheres Trabalhadoras do Baixo Amazonas
APA	Área de Proteção Ambiental
AP's	Áreas Protegidas
APRUSAN	Associação dos Produtores de Santarém
BASA	Banco da Amazônia S/A
BCB	Banco de Crédito da Amazônia
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CEFT-BAM	Centro de Estudo, Pesquisa e Formação de Trabalhadores do Baixo Amazonas
CFR	Casa Familiar Rural
COMTUMA	Conselho Municipal de Turismo e Meio Ambiente
CONABIO	Comissão Nacional de Biodiversidade
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
COP7	Sétima Conferência das Partes
COP8	Oitava Conferência das Partes
CPT	Comissão Pastoral da Terra
ECT	Empresa de Correios e Telégrafos
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
EUA	Estados Unidos da América
FIT	Faculdades Integradas do Tapajós
FLONA-Tapajós	Floresta Nacional do Tapajós
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNATURA	Fundação para a Conservação da Natureza
GDA	Grupo de Defesa da Amazônia
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IESPES	Instituto Esperança de Ensino Superior
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
ISAM	Instituto Sócio-Ambiental de Santarém
ITERPA	Instituto de Terra do Pará
ITR	Imposto Territorial Rural
LBA	Experimento de Grande Escala da Biosfera - Atmosfera na Amazônia
MBA	<i>Man and Biosfere</i>
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
ONG	Organização não Governamental
PCN	Programa Calha Norte

PDA's	Planos de Desenvolvimento da Amazônia
PETROBRÁS	Petróleo Brasileiro S. A.
PGC	Programa Grande Carajás
PI	Proteção Integral
PIN	Programa de Integração Nacional
PNAP	Plano Nacional de Áreas Protegidas
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
POLOAMAZÔNIA	Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais na Amazônia
PROECOTUR	Programa de Desenvolvimento de Ecoturismo da Amazônia Legal
PT	Partido dos Trabalhadores
RESEX Tapajós-Arapiuns	Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns
SANTUR	Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santarém
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECTAM	Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente
SEMA	Secretaria Especial de Meio Ambiente
SEMINF	Secretaria Municipal de Infra-Estrutura
SEMTUR	Secretaria Municipal de Turismo e Integração Regional
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPEVEA	Superintendência para o Plano de Valorização Econômica da Amazônia
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
UC's	Unidades de Conservação
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza
UIPN	União Internacional para a Proteção da Natureza
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
US	Uso Sustentável
Z-20	Colônia de Pescadores Zona 20 de Santarém

LISTA DE QUADROS

- 21** **QUADRO 01:** Número Total de UC's Federais por Categorias e Tipos de Uso
29 **QUADRO 02:** UC's Federais na Amazônia Legal por Categorias e Tipos de Uso
29 **QUADRO 03:** UC's Federais no Estado do Pará por Categorias e Tipos de Uso
51 **QUADRO 04:** Quantidade dos Serviços de Atendimento aos Turistas Encontrados na Vila de Alter do Chão
56 **QUADRO 05:** População Residente no Distrito de Alter do Chão por Sexo e Zona
57 **QUADRO 06:** Infra-Estrutura Existente
57 **QUADRO 07:** *Ranking* do Acesso a Infra-Estrutura da Região do Eixo Forte
60 **QUADRO 08:** Situação Fundiária das Comunidades da Região do Eixo Forte
61 **QUADRO 09:** Grupos Internos Reconhecidos na Região do Eixo Forte
62 **QUADRO 10:** Grupos Externos Reconhecidos na Região do Eixo Forte
63 **QUADRO 11:** Principais Problemas Ambientais citados na Região do Eixo Forte
64 **QUADRO 12:** Causas Levantadas e Conseqüências Apontadas em Função dos Problemas Ambientais citados na Região do Eixo Forte
66 **QUADRO 13:** Finalidade da APA para as Comunidades da Região do Eixo Forte
68 **QUADRO 14:** Principais Dúvidas sobre a APA – Alter do Chão
68 **QUADRO 15:** A Expectativa das Comunidades do Eixo Forte em Relação à APA

LISTA DE FIGURAS

- 35 **FIGURA 01:** Vista Aérea da Vila de Alter do Chão
37 **FIGURA 02:** Localização da Vila de Alter do Chão no Estado do Pará
37 **FIGURA 03:** Distrito de Alter do Chão e seus Limites
40 **FIGURA 04:** Vista da Ilha do Amor separando o Lago Verde (D) e o Rio Tapajós (E)
40 **FIGURA 05:** Vista Geral da Vila de Alter do Chão através de Imagem LANDSAT WRS 227/062
41 **FIGURA 06:** Serra Piroca ou Morro Alter do Chão
41 **FIGURA 07:** Barranco do Rio Tapajós, expondo Arenitos da Formação Alter do Chão
43 **FIGURA 08:** Igreja Nossa Senhora da Saúde, Vila de Alter do Chão
43 **FIGURA 09:** A Representação da Procissão do Çairé pela Agremiação Boto Cor-de-Rosa
45 **FIGURA 10:** Símbolo do Çairé
45 **FIGURA 11:** Procissão do Çairé
46 **FIGURA 12:** Dança do Boto
46 **FIGURA 13:** Dança Sedução do Boto Homem
47 **FIGURA 14:** Dança do Pajé
48 **FIGURA 15:** Apresentação Folclórica no Festival Borari
49 **FIGURA 16:** Loja para a Venda de Doces e Licores
50 **FIGURA 17:** Lojas de Vendas dos Artesanatos na Vila de Alter do Chão. Entre elas, o Barracão de Eventos e Reuniões da Comunidade
50 **FIGURA 18:** Mesas de Frutas Típicas Encontradas em Alter do Chão
50 **FIGURA 19:** Tambaqui no Molho de Tomate – Prato Típico de Alter do Chão
52 **FIGURA 20:** Restaurante Alter Nativo na Vila de Alter do Chão
52 **FIGURA 21:** Pousada Alter do Chão
52 **FIGURA 22:** Blocos de Apartamentos do Belo Alter, Hotel da Vila de Alter do Chão
52 **FIGURA 23:** Área do Restaurante do Belo Alter

SUMÁRIO

01	INTRODUÇÃO
08	I AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM EVIDÊNCIA E OS CAMINHOS TRILHADOS PELO BRASIL E OESTE DO PARÁ
09	1.1 Introdução
10	1.2 As Unidades de Conservação – UC's e a Questão Ambiental
15	1.3 Os Caminhos Trilhados no Brasil Pró-UC's
26	1.4 A Situação das UC's na Amazônia e no Oeste do Pará
33	II ALTER DO CHÃO: UM LUGAR PARA CONSERVAR
34	2.1 Introdução
35	2.2 Alter do Chão e sua História de Ocupação
35	2.2.1 A História de um Lugar
39	2.2.2 As Formas Naturais de um ‘Paraíso’
42	2.2.3 Sua Cultura
51	2.2.4 A Vila de Alter do Chão e a sua Atividade Turística
54	2.3 A Região do Eixo Forte e seus Aspectos Relevantes
55	2.3.1 Dados Gerais
56	2.3.2 Infra-Estrutura
59	2.3.3 Situação Fundiária
61	2.3.4 Organização Comunitária
63	2.3.5 Situação Ambiental
66	2.3.6 A UC APA – Alter do Chão para a Região do Eixo Forte
70	III A CRIAÇÃO DA APA – ALTER DO CHÃO: CAMINHOS, DESCAMINHOS E PERSPECTIVAS
71	3.1 Introdução
72	3.2 A Origem
75	3.3 A Justificativa
85	3.4 O Processo e os Conflitos
90	3.5 Da Criação à Implantação: perspectivas e desafios
95	IV A RELAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO E APA'S: UMA INSPIRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM LIBERDADE
96	4.1 Introdução
97	4.2 Do Desenvolvimento Econômico ao Desenvolvimento Sustentável com Liberdade: uma trajetória conceitual
98	4.2.1 Uma Análise Crítica do Conceito de Desenvolvimento Econômico
102	4.2.2 A Emergência e o Surgimento de uma Nova Concepção de Desenvolvimento: o Desenvolvimento Sustentável
108	4.2.3 A Concepção de Desenvolvimento como Liberdade
112	4.3 Desenvolvimento e APA's: uma relação antagônica?
115	4.4 Desenvolvimento Sustentável com Liberdade na APA – Alter do Chão: algo possível?

119 CONCLUSÃO

122 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

130 ANEXOS

- 131 A – Roteiros de Entrevistas Abertas I e II
- 134 B – Relatório da Assembléias Geral sobre a APA – Alter do Chão (20/06/2005)
- 142 C – Levantamento Preliminar feito junto as Comunidades do Eixo Forte
- 160 D – Proposta de Programação da Assembléia de Esclarecimento sobre a APA – Alter do Chão
- 162 E – Decreto de criação da APA – Alter do Chão
- 167 F – Planta Cartográfica da área da APA – Alter do Chão
- 169 G – Memorial descritivo da APA – Alter do Chão

INTRODUÇÃO

O estudo “Áreas de Proteção Ambiental como Inspiração para o Desenvolvimento Sustentável com Liberdade: o caso da criação da APA - Alter do Chão/Pará” tem como ponto de partida a região do Eixo Forte, situada no distrito de Alter do Chão, em Santarém – Pará. Esta região é composta por dezoito comunidades, dentre elas, o destaque é para a vila de Alter do Chão, justificativa primeira de todo o processo de criação da APA – Alter do Chão. Em seu início, este estudo tem sua origem a partir do meu contato com o processo de discussão da criação desta Área de Proteção Ambiental – APA, na Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santarém – SANTUR e no Conselho Municipal de Turismo e Meio Ambiente – COMTUMA, onde trabalhava e fui membro, respectivamente. Tal processo me instigava desde esse período, ano 2000, porque o mesmo estava pautado na vontade das principais lideranças comunitárias, principalmente da vila de Alter do Chão. Mas, este processo não partiu apenas dessas lideranças que tiveram um reforço advindo das pesquisas do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA. Os pesquisadores do INPA tiveram contato com as comunidades pertencentes à região do Eixo Forte e através de seus levantamentos dos aspectos físicos, biológicos e sociais, apresentaram como viável e imprescindível para esta região a criação da APA – Alter do Chão.

A partir daqui um processo de negociação, via lideranças comunitárias e instituições públicas (municipais, estaduais e federais) se inicia. E, deste momento até hoje, como buscaremos apresentar, o que fica perceptível é a vontade dessas lideranças que se expande para as populações locais de tornar a APA uma saída para os problemas ambientais presentes e futuros. Essa vontade tem como motivação a necessidade da conservação do patrimônio natural e cultural que tem como ícone desta região a vila de Alter do Chão. Esse patrimônio, por outro lado, é base de sustentação econômica da vila e do distrito de Alter do Chão, mais especificamente, da região do Eixo Forte, que tem no turismo, sua principal atividade econômica, o que eleva, por mais paradoxal que possa parecer, em grande medida, a vontade de conservar tal região.

A idéia de conservação nos remonta às questões ambientais e à dicotomia da relação conservação/preservação que surge da relação sociedade-natureza. Esta relação será posta em cheque quando é mundialmente reconhecido o esgotamento dos recursos naturais por causa das escolhas de desenvolvimento feitas com o advento do sistema capitalista. A evolução

desse processo e a busca de alternativas têm nas Unidades de Conservação – UC's uma estratégia que vem desde a preservação da 'natureza intocada' até a conservação desta.

A APA – Alter do Chão, desta forma, surge como um estudo de caso em que se pode visualizar em seu processo de criação essa relação sociedade-natureza, ao mesmo tempo em que se percebe uma mudança de comportamento no que se refere a pensar as UC's de Uso Sustentável como estratégias de políticas públicas ambientais, haja vista, a decisão de criá-la a partir do agrupamento de lideranças comunitárias e instituição de pesquisa – INPA – e não do Estado, que é o mais convencional. E, mais ainda, permite perceber que uma outra relação, APA – desenvolvimento pode vir a ser idealizada a partir da identificação das APA's como fonte inspiradora para um processo de desenvolvimento. Um desenvolvimento pautado em concepções como as de desenvolvimento sustentável e de desenvolvimento como liberdade que, juntas, podem apontar caminhos alternativos para um processo de desenvolvimento sustentável com liberdade.

Eis aqui toda a perspectiva desta dissertação que, através dos elementos citados, justifica-se diante de discursos e realidades em que, de modo geral, se tem casos onde a natureza não é respeitada, as populações tradicionais não é ouvida e nem reconhecidas e as ações em prol do desenvolvimento, muitas vezes, entram em conflito com a natureza. Apresentar alternativas que venha fortalecer e dimensionar novos caminhos que apontem para uma direção oposta passa a ter uma grande relevância. Tendo isso como perspectiva, a importância de tal estudo está em contextualizar o processo de criação da APA – Alter do Chão, partindo do pressuposto que tal processo vivenciou vários impasses que envolveram diretamente as comunidades locais e o poder público municipal. Surge daí algumas reflexões transformadas em questões: o que leva pessoas de uma localidade a buscar a criação de uma UC de Uso Sustentável, categoria APA? O que está em jogo nesse processo? Como os principais atores envolvidos se comportam durante e diante da criação da APA? Por que tal processo acaba ficando sem continuidade após sua homologação através de um Decreto municipal? E, como este processo vem sendo encarado pela nova gestão municipal?

Tais questionamentos preliminares são indícios de que estudar tal processo é enriquecedor e permite a oportunidade de refletir sobre até que ponto vai o reconhecimento de uma região cuja sua maior riqueza é o seu patrimônio natural e cultural, que ela precisa preservar/conservar tal patrimônio em prol de um uso racional que possibilite a sua sobrevivência e melhoria da qualidade de vida. Diante disto, a problemática deste estudo se afunila para a seguinte questão: Como a criação da APA – Alter do Chão pode contribuir enquanto inspiração para o desenvolvimento sustentável com liberdade? Desta forma, a

hipótese hora apresentada é de que se os atores sociais envolvidos nesse processo tiveram como principal ponto motivador da criação da APA - Alter do Chão a preservação e conservação do seu patrimônio natural, ambas pensadas também de forma relacional e a partir de suas necessidades, em prol de sua sobrevivência, os mesmos estarão dando demonstrações de capacidade de fazer escolhas complexas que acabam por refletir o seu grau de comprometimento social, político, cultural, ambiental, econômico e espacial com a região hora em questão, pré-requisitos para avançar na discussão e vislumbrar, enquanto inspiração, um processo de desenvolvimento sustentável com liberdade.

Diante disto, os objetivos perseguidos com este estudo foram:

Geral:

Estudar o processo de criação da APA – Alter do Chão como inspiração para a iniciação de uma discussão sobre a construção de um modelo de Desenvolvimento Sustentável com Liberdade.

Específicos:

- Perceber a relação sociedade-natureza através da discussão das questões ambientais que envolvem o processo de criação de uma UC de Uso Sustentável, como a APA;
- Buscar sistematizar os dados e informações sobre os processos de criação de UC's, em nível federal, no Brasil, na Amazônia, no Pará e na região Oeste do Pará, procurando elaborar e interpretar tais dados e informações;
- Contribuir, mesmo que de forma indireta, com a análise de políticas públicas ambientais, com relação às UC's, principalmente com a região Amazônica;
- Descrever o processo de criação da APA – Alter do Chão, a partir dos atores sociais envolvidos, ou que se envolveram mais diretamente neste processo; e,
- Utilizar o processo de criação da APA - Alter do Chão como “inspiração” para sugerir caminhos, possibilidades e/ou alternativas de discutir o processo de desenvolvimento de forma conceitual, através das concepções de desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento como liberdade.

E, para que os mesmos fossem alcançados, alguns eixos teóricos foram levados em consideração, quais sejam:

- As questões ambientais, através do debate que gira em torno da criação de UC's;

- O reconhecimento do nível de participação e comprometimento dos agentes sociais envolvidos a partir da sua capacidade de fazer escolhas motivadas pela relação com o meio, entre si e com o governo local;
- O Desenvolvimento Sustentável como processo capaz de ser pensado através das UC's de Uso Sustentável, em especial das APA's; e,
- O Desenvolvimento como Liberdade, uma concepção que se soma ao Desenvolvimento Sustentável para fortalecê-lo no que diz respeito, principalmente, à relação sociedade-natureza.

O roteiro metodológico seguido teve por base uma Revisão Bibliográfica destes eixos teóricos complementada por uma Coleta de Dados e Informações através de documentos primários e secundários, de informações contidas em sites governamentais e não governamentais. Com tais informações foi possível sistematizar, apresentar e elaborar uma contextualização do processo de criação das UC's, enquanto política pública ambiental, em nível federal, com destaque para as informações sobre as UC's no âmbito nacional e regional – Amazônia, Pará e Oeste do Pará.

A Revisão Bibliográfica e a Coleta de Dados permitiram um diálogo entre os diversos autores e documentos trabalhados. Isto favoreceu uma abordagem histórica contextual em que foi possível apresentar discussões como a de preservação X conservação, em nível internacional até o contexto nacional das UC's, onde a ênfase foi para o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, o quadro das UC's federais, chegando até o limite desta discussão que é o Plano Nacional de Áreas Protegidas – PNAP que ainda se encontra em processo. Este percurso foi escolhido por considerar a dinamicidade envolvida em tal discussão e, por isso, atualizá-las é sempre importante para que se tenha uma visão global do processo.

Para o processo de construção e descrição da criação da APA – Alter do Chão foi utilizado os métodos de observação participante e de relato oral. É bom frisar que, por falta de uma documentação, tanto primária como secundária do processo de criação da APA – Alter do Chão, a reconstituição deste só foi possível, por um lado, a partir do resgate da minha participação pessoal em reuniões e assembléias que distam do início do processo – através de diários pessoais destas reuniões – e, por outro, da participação recente, já no período do campo – junho/julho de 2005 – de reuniões e assembléias que discutiram e encaminharam tal processo mais recentemente. Além desse recurso, que indiretamente pode ser considerado como observação participante, também foi utilizado, no período do campo, o método entrevistas abertas, semi-estruturadas, com os atores que participaram desde o início do

processo e com aqueles que estão trabalhando atualmente para que a APA – Alter do Chão seja implantada. Os instrumentos utilizados para a efetivação das entrevistas foram dois Roteiros de Pesquisa: o *Roteiro I – Atores que participaram e/ou participam do Processo de Discussão e Criação da APA – Alter do Chão* e o *Roteiro II – Órgão Responsável pelo Processo de Implantação da APA – Alter do Chão Hoje (ANEXO A)*. Com os Roteiros I e II, foi possível reconstituir o processo de criação da APA – Alter do Chão até o momento da realização da *Assembléia de Esclarecimento sobre a APA – Alter do Chão*, realizada em 20 de junho de 2005, da qual fiz parte, registrando-a em sua íntegra, ao mesmo tempo em que tive acesso ao seu Relatório Geral elaborado pelo Instituto Sócio-Ambiental de Santarém – ISAM (**ANEXO B**), o que permitiu um reforço a mais para as entrevistas, enquanto informações coletadas.

Os entrevistados, num total de **cinco**, foram escolhidos pela sua participação efetiva no processo de criação da APA – Alter do Chão. Como objetivo era, com essas entrevistas, buscar a reconstituição do antes e depois da criação da APA, optou-se por atores que são reconhecidamente pelas comunidades e pelo governo (anterior e atual) como elementos chaves nesse processo. Não havendo distorções ou grandes diferenças nos relatos, decidiu-se em não buscar mais atores, considerando que, com tais relatos, o objetivo já citado acima seria alcançado.

Fazendo uma caracterização breve de perfil dos entrevistados, podemos destacar que das cinco entrevistas, três foram concedidas por pessoas do sexo masculino (Entrevistas 01, 02 e 04) e duas do sexo feminino. Duas das entrevistas foram concedidas por lideranças comunitárias (Entrevistas 02 e 03), sendo que o primeiro é nativo da vila de Alter do Chão e a principal liderança comunitária que defende a APA – Alter do Chão desde a sua gênese e, a segunda é uma remanescente da equipe de pesquisadores do INPA que optou em morar na vila de Alter do Chão e trabalhar nesta comunidade através de consultorias e da criação de uma ONG denominada de Vila Viva e, portanto, estando no processo de criação da APA, também desde o seu início.

Os atores que deram as Entrevistas 04 e 05 foram membros do governo anterior, período 2000-2003, no segundo mandato do prefeito Lira Maia, governo municipal que criou a APA – Alter do Chão em 2003. Estes entrevistados puderam apresentar sua visão enquanto membros das equipes técnicas desse governo que propuseram, idealizaram e ajudaram a criar a APA – Alter do Chão via instituição pública municipal. Aqui se destaca também o ator da Entrevista 05 como integrante do Conselho Municipal de Turismo e Meio Ambiente – COMTUMA enquanto secretária e presidente, respectivamente, deste órgão, no período em

que a criação da APA – Alter do Chão foi discutida no mesmo. Por fim, a Entrevista 01 foi fornecida pelo ator que hoje é responsável, dentro do órgão municipal ambiental, o ISAM, de levar adiante o processo de criação e implantação da APA – Alter do Chão. As Entrevistas de 02 a 05 foram orientadas pelo Roteiro I e a Entrevista 01, pelo Roteiro II.

Devido acordo feito com os entrevistados, de manter suas identidades preservadas, tais entrevistas foram enumeradas, de forma crescente, da primeira entrevista à última realizada. Como estes entrevistados participaram em épocas e funções diferentes da criação da APA – Alter do Chão, o que vai diferenciá-los são os Roteiros de Pesquisa utilizados. Pode parecer que o número de entrevistado seja um universo pequeno. Porém, neste item, se levou em consideração buscar as pessoas chaves neste processo e, assim, a quantidade deu lugar à qualidade das respostas dos entrevistados que não mediram esforços em divulgar detalhes, do mesmo.

A APA – Alter do Chão hoje é considerada uma realidade para o governo municipal que, ao lado das dezoito comunidades da região do Eixo Forte que a reivindicaram, está avançando no processo de criação rumo à sua implantação. Isto reitera, a sua relevância, permitindo acreditar ainda mais que a mesma siga caminhos onde seja possível perceber escolhas, participação democrática e ações concretas ajudando a visualizar caminhos alternativos que sirvam de inspiração para a discussão de modelos de desenvolvimento sustentável com liberdade a partir dessas comunidades que estão apostando na APA como uma estratégia de política pública ambiental.

Buscar tais informações que compõe o estudo não foi uma tarefa fácil, pois desafios como distância, a falta de informação documental e informações distorcidas levaram a ida e vindas demonstrando como é relevante o incentivo à estudos como esses e a continuidade dos mesmos. Regiões como o distrito de Alter do Chão que tem uma importância histórica dentro do contexto do Pará e da Amazônia ainda carece de pesquisas e estudos que permitam compreender sua história natural, social, econômica e política para que sirvam de registro e base de dados que norteiem o desenvolvimento desta região.

Este estudo está dividido em quatro capítulos que buscam responder a sua problematização base, bem como os objetivos citados anteriormente. O **CAPÍTULO I – As Unidades de Conservação em Evidência e os Caminhos Trilhados pelo Brasil e Oeste do Pará** – visa elencar as questões ambientais que servem de base ao surgimento das UC's, em nível internacional, nacional e regional. – Amazônia e Oeste do Pará. Isto se torna indispensável quando se percebe que as UC's, em particular as de Uso Sustentável, enquanto estratégias de políticas públicas ambientais, ainda estão em processo de evolução, onde, em

termos de Brasil esses avanços são cheios de altos e baixos que acabam gerando a necessidade de atualizações de informações e análises de seus instrumentos que, até hoje, ainda estão em fase de elaboração a exemplo do Plano Nacional de Áreas Protegidas – PNAP. O **CAPÍTULO II** – *Alter do Chão: um lugar para conservar* – tem como ponto de partida a caracterização da área de estudo a partir do seu principal núcleo, a vila de Alter do Chão, justificativa primeira para a criação da APA, que situada na região denominada Eixo Forte, irradia para as outras dezessete comunidades dessa região, quer por questões sócio-econômicas, ambientais ou políticas, a demanda para a criação da APA – Alter do Chão. Da vila à região do Eixo Forte, aspectos relevantes são apresentados para que se busque entender por que esta região é, de fato, um lugar para conservar.

O **CAPÍTULO III** – *A Criação da APA – Alter do Chão: caminhos, descaminhos e perspectivas* – contém a constituição ou reconstituição deste processo dando ênfase a sua origem, justificativa, caminhos e descaminhos, e, conflitos e perspectivas para que a concepção de tal processo possa ir além de sua criação, e se constituir realmente em uma alternativa para aquela região. Por fim, o **CAPÍTULO IV** – *A Relação entre Desenvolvimento e APA's: uma questão de desenvolvimento sustentável com liberdade* – contém a minha aspiração, em termos de estudo preliminar sobre a discussão de modelos e/ou processos alternativos de desenvolvimento e sua relação com a estratégia de criação de APA's, desde que seja possível entendê-lo também quanto um processo que evolui e dá sinais de abertura para que reflexões sobre a relação APA – desenvolvimento sejam possíveis. Com estes quatro capítulos espera-se conseguir responder às problematizações e objetivos aqui propostos sem que, com isso, tenha-se a pretensão de esgotá-lo. Ao contrário, esta dissertação é apenas mais uma dentre diversos outros estudos e/ou pesquisas que serão necessárias para que, de fato, se consiga compreender tal região que entre outras coisas, é um pedaço da Amazônia, um patrimônio natural e cultural que, antes de qualquer outro motivo, precisa ser respeitado em prol da vida.

CAPÍTULO I

AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM EVIDÊNCIA E OS CAMINHOS TRILHADOS PELO BRASIL E OESTE DO PARÁ

Natureza.

Podemos perdoar a destruição do passado, causada por ignorância. Agora, no entanto, temos a responsabilidade de examinar eticamente o que herdamos e o que passaremos às gerações futuras.

(Dalai Lama, apud Brito; Câmara, 1998, p. 121)

1.1 INTRODUÇÃO

O CAPÍTULO I apresenta uma discussão geral sobre a constituição das Unidades de Conservação – UC's como uma estratégia de política pública ambiental. Essa discussão parte de um apanhado da evolução das UC's no mundo, através da apresentação do debate acadêmico-científico sobre a temática preservação X conservação, introduzidas para reconhecer que tal olhar possibilita um elo conceitual que passa pela percepção de que mudanças na relação sociedade-natureza precisam e estão sendo pensadas, estudadas e propostas. E, neste sentido, reconhecer que o entendimento e a demonstração das UC's pode vir a ser um processo de consolidação de um tipo de política que se preocupa com as questões ambientais a partir da relação sociedade-natureza. Além disso, pela sua relevância enquanto processo, há uma atualização de dados sobre as UC's federais no Brasil, na Amazônia, no Pará e no Oeste do Pará, e das mudanças nas políticas ambientais empreitadas pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA até aqui, indicando os caminhos trilhados e avanços conquistados.

Tal abordagem será apresentada nas próximas três sessões deste capítulo. A sessão 1.2 – *As Unidades de Conservação – UC's e a questão ambiental* - é um retrospecto, a partir de duas temáticas que foram, em nível internacional, a base da expansão das UC's – preservação e conservação – pelo mundo através de modelos como os parques nacionais americanos. Um ‘mito intocado’ que precisava ser reavaliado, principalmente quando atingem países como o Brasil, tema da sessão 1.3 – *Os caminhos trilhados no Brasil Pró-UC's* – onde a relação sociedade-natureza é uma realidade imanente e, por isso, precisa avançar no que diz respeito às políticas, leis, instrumentos e organizações que planejam, implantam e administram as UC's neste país. Por estes caminhos segue-se o olhar para a Amazônia e buscando num pedacinho desta, o Oeste do Pará, apresentar resumidamente como as UC's vêm trilhando seus caminhos com dificuldades, vitórias e desafios, temas da última sessão deste capítulo: 1.4 – *A situação das UC's na Amazônia e no Oeste do Pará*.

1.2 AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – UC'S E A QUESTÃO AMBIENTAL

As UC's ou Áreas Protegidas – AP's¹ tiveram seu espaço nas discussões ambientais no século XIX. Neste período, a concepção de AP's estava relacionada à proteção da ‘vida selvagem’ – *wilderness* – ameaçada pelo advento da sociedade moderna capitalista que tinha como base a produção de bens e/ou serviços em larga escala, fruto da I Revolução Industrial do século XVIII, na Inglaterra². A I Revolução Industrial trouxe consigo um acelerado processo de urbanização que culminou no aumento das grandes cidades e no crescimento populacional que precisava de mais e mais áreas para expandir.

O crescimento populacional, bem como a expansão das grandes cidades, disseminou a urbanização e seu cotidiano como provenientes de um crescimento econômico acelerado. Mas, esse crescimento econômico veio acompanhado de uma intensiva degradação ambiental através, por exemplo, da poluição do ar e das águas pelas grandes fábricas, ao mesmo tempo em que impunha para maioria da população urbana uma baixa qualidade de vida, principalmente no que tange à habitação, alimentação e lazer. E, o urbano com toda a sua expansão que, no século XVIII suplantou a vida no campo, sinônimo, à época, de atraso, passa a ser questionado, provocando uma idealização do campo como um lugar onde o contato com a natureza permitia uma melhor qualidade de vida para quem dele usufruísse.

Em função disso, começa-se a ver o mundo natural como um refúgio que precisava ser protegido da intervenção do homem. Essa forma de pensar foi disseminada pelos naturalistas, com base na concepção ideológica denominada de ‘naturalismo’. Segundo Diegues (2002, p. 15), no século XIX, estes acreditavam que a:

[...] única forma de proteger a natureza era afastá-la do homem, por meio de ilhas onde este pudesse admirá-la e reverenciá-la. Esses lugares paradisíacos serviriam também como locais selvagens, onde o homem pudesse refazer as energias gastas na vida estressante das cidades e do trabalho monótono.

Aqui se inicia o que o autor acima citado irá chamar do ‘mito moderno do intocado’, onde a relação ‘homem-natureza’ se transforma em algo antagônico ou dicotômico em que a crença em regiões naturais virgens, ou seja, que nunca foram tocadas pelo homem se proliferam e

¹ Como nesta sessão o objetivo é fazer um resgate das UC's a partir de sua origem internacional, iremos utilizar o termo Áreas Protegidas em vez de UC's, pois em seu advento histórico, eram assim conhecidas. Neste período, o entendimento conceitual de Áreas Protegidas é “[...] áreas naturais protegidas, consideradas como ‘ilhas’ de grande beleza e valor estético que conduziam o ser humano à meditação das maravilhas da natureza intocada.” (DIEGUES, 2002, p. 24)

² Para uma melhor compreensão do advento da sociedade capitalista e da I Revolução Industrial, ver Huberman (1986) e Hunt; Sherman (1998).

fundamentam o ideário preservacionista que estará por trás das primeiras áreas protegidas criadas.

A primeira UC criada com base no ideário preservacionista foi o Parque Nacional de *Yellowstone* nos Estados Unidos da América - EUA³. Segundo Costa (2002), o Parque de *Yellowstone* surge da luta dos exploradores do rio de mesmo nome que buscavam preservar as belezas naturais daquela região. Desta luta surge o *Yellowstone National Park*, criado em 1º de março de 1872, sendo assim considerado “[...] o ponto de origem para a conceituação de áreas protegidas [...]” (COSTA, 2002, p. 15). Este Parque representou para os EUA e para o mundo o advento da concepção preservacionista que tinha no naturalista John Muir seu principal representante. Segundo Brito (2000, p. 21), para os preservacionistas “[...] **natural** era aquilo que prescindia da presença ou atuação humana, e que permanecia tal como foi originalmente criado pela **ação divina**.” Esta era a visão preservacionista que balizou a criação dos Parques a partir de *Yellowstone*. Uma visão em que se acirra o antagonismo entre natureza e sociedade moderna capitalista ao apresentar o mundo natural como um refúgio para os males que a vida nesta sociedade ocasiona. Um refúgio que só pode ser usado pelo homem como local de descanso e/ou recreação e nada mais. Nesses paraísos não são permitidas a presença humana a não ser de forma temporária.

O modo como esses parques nacionais⁴ se disseminaram⁵ como modelo dominante de AP's, capazes de conservar o mundo natural e sua biodiversidade ainda existente foi, segundo Sarkar (2000) e Colchester (2000), poderosamente intenso. Isso trouxe como consequência o avanço das idéias preservacionistas em nível global sem levar em consideração a eficiência da aplicabilidade desse modelo para todas as outras partes do globo. Segundo Sarkar (2000), os parques nacionais foram aceitos como modelos dominantes, que se impõem de cima para baixo, não levando em consideração as realidades locais que estão sendo afetadas por este modelo. No momento em que os parques nacionais foram implantados nos EUA, havia uma

³ Além do Parque de *Yellowstone*, o Parque de *Yosemite*, criado em 1864, merece destaque devido o seu surgimento. Segundo Costa (2002, p. 15-16): “[...] o presidente dos Estados Unidos, Abraham Lincoln, uniu-se aos movimentos de proteção à natureza que lutavam contra a crescente expansão industrial e decretou a tutela do Vale de *Yosemite*, muito conhecido na época pelas enormes sequóias do ‘Bosque Mariposa’. O atual parque nacional foi fundado somente em 1890. Porém, a área em questão já era considerada ‘reserva’ havia mais de 20 anos.”

⁴ A designação de parques nacionais, nesta época, passou a ter mais relevância que o próprio conceito de parques. Neste período original, seu entendimento foi atrelado à preservação de belezas naturais para que servissem de refúgio temporário para o homem. Uma designação que, ao longo dos tempos foi evoluindo como demonstra Brito (2000).

⁵ Após a criação dos Parques de *Yellowstone* e *Yosemite*, outros países começaram a utilizar os parques americanos como modelo. Entre os primeiros países a criar parques nacionais aos moldes americanos estão: Austrália (1879); Canadá (1885); Nova Zelândia (1894); África do Sul (1898); México (1899); Argentina (1903); Chile (1926); Equador (1934); Venezuela e Brasil (1937); entre outros (CÔRTE, 1997).

grande extensão de área que aos olhos dos preservacionistas era ‘inabitada’⁶ e que deveria permanecer assim. Contudo, em outros lugares onde este modelo foi implantado, como é o caso dos países africanos ou da América do Sul, havia uma extensa gama de populações denominada de ‘tradicionais’⁷ que não foram levadas em consideração, ao contrário, foram expulsas de seus *habitats* naturais em prol da preservação da natureza em seu estado ‘natural’ ou ‘selvagem’.

O reconhecimento das populações tradicionais quebra com o caráter ‘universal’ da concepção preservacionista e abre o diálogo, expandindo-o das ciências naturais para as ciências sociais. Com essa abertura é possível buscar novas formas de interpretação da visão preservacionista a partir dos parques nacionais onde, além da concepção de proteger o ‘selvagem’ e deixá-lo ‘intocado’, outros interesses aparecem. Esses outros interesses vão estar relacionados com o grande negócio que é a preservação da vida selvagem. Um negócio que tem por trás grupos sociais que a partir dos seus interesses irão estimular esta preservação em AP’s, especialmente no Terceiro Mundo. Esses grupos são: 1) moradores das cidades e turistas estrangeiros; 2) as elites governamentais; 3) organizações ambientalistas internacionais; 4) funcionários dos parques; e, 5) os biólogos. Cada um desses grupos é movido por interesses próprios, mas que se unem quando o assunto é a hostilidade às populações tradicionais, consideradas como inimigas do meio ambiente. A consequência desse tipo de visão fez com que populações milenares inteiras fossem desconsideradas, acirrando as desigualdades sociais, a pobreza e até mesmo o aniquilamento dessas populações. Exemplos na Índia, na África e em alguns países da América do Sul são bem característicos (GUHA, 2000).

A contraposição à visão preservacionista é a noção de conservacionismo que segundo Diegues (2002) tem em Gifford Pinchot seu principal expoente e defensor de um uso racional da natureza.

Na verdade, Pinchot agia dentro de um contexto de transformação da natureza em mercadoria. Na sua concepção, a natureza é freqüentemente lenta e os processos de manejo podem torná-la eficiente; acreditava que a conservação deveria basear-se

⁶ A crença do ‘inabitado’ dos preservacionistas, no decorrer do tempo e dos avanços das discussões sobre a relação sociedade-natureza, vem sendo questionada como ‘irreal’. Mesmo no primeiro Parque Nacional do mundo, o Parque de *Yellowstone*, haviam indígenas que foram retirados de suas terras. Contudo, estes mesmo sendo considerados ‘selvagens’ não podiam permanecer no ‘paraíso intocado’. Uma contradição que encontramos bem delimitada nos textos de Colchester (2000), Gomez-Pompa; Kaus (2000) e Diegues (2002).

⁷ A noção de ‘populações tradicionais’ neste trabalho estará baseada em autores como Castro (2000) que a vêem como uma categoria que reconhece determinados atores sociais valorizando seus papéis dentro de um contexto social. E, neste sentido, tal visão é complementada com Lima (2000, p. 85) em que tal categoria “[...] não se refere a um modelo teórico definido; trata-se de uma denominação geral para um objetivo empírico que se caracteriza pela singularidade. Ao ser atribuído a uma população humana, esta categoria delineia perfis de territorialidade, etnicidade e espiritualidade”.

em três princípios: o uso dos recursos naturais pela geração presente; a prevenção de desperdício; e o uso dos recursos naturais para o benefício da maioria dos cidadãos (DIEGUES, 2002, p. 29).

O autor acima citado reconhece nesses argumentos as bases para o que hoje se denomina de desenvolvimento sustentável⁸. Além disso, essa contraposição às idéias preservacionistas permite se pensar formas de conservação da natureza que considere a não exclusão das populações tradicionais do seu local de origem. Aliás, nesta disputa entre os preservacionistas e os conservacionistas em que, na maioria das vezes, os preceitos dominantes são os preservacionistas, as populações tradicionais são vistas como inimigas da natureza. Esta forma de encarar a realidade advém, muitas vezes, de estudos científicos que acabam se tornando ‘verdades absolutas’. Gómez-Pompa; Kaus (2000, p. 127) alertam para este fato mostrando que em muitos casos uma descoberta científica “[...] é uma conclusão tirada de um conjunto limitado de dados [...]” e, por isso, podem ser substituídos por outras descobertas “[...] à luz de novas informações que não cabem no velho paradigma” (GOMEZ-POMPA; KAUS, 2000, p. 127). Um exemplo disso é o fato de que:

As descobertas científicas indicam que virtualmente todas as partes do globo, desde as florestas boreais até os úmidos trópicos, foram habitadas, modificadas ou manejadas ao longo do passado humano [...] (GOMEZ-POMPA; KAUS, 2000, p. 132).

Isso só vem demonstrar que a visão do ‘intocado’ e do ‘mundo selvagem’ é um paradigma que não cabe nos novos caminhos científicos que atualmente norteiam a discussão sobre a conservação da natureza. Para os autores aqui discutidos é preciso ultrapassar o antagonismo sociedade X natureza e buscar possibilidades de que tal relação possa vir a ser uma realidade. Um dos primeiros passos que muitos estudiosos como Castro (2000), Colchester (2000), Schwartzman (2000) acenam é reconhecer que as populações tradicionais podem vir a contribuir com as ciências naturais e sociais para o resgate histórico, ajudando na compreensão da real evolução dessa relação baseada nas concepções conservacionistas que permitam o uso e gestão racional, com participação de todos os atores sociais envolvidos (universidades, populações tradicionais, Estado, mercado e sociedade civil) que sejam capazes de contribuir para uma melhor qualidade de vida pautada na conservação da natureza.

Um outro caminho é o reconhecimento que o olhar sobre as AP’s tem que ir além dos parques nacionais, adaptando-os ou ampliando-os, partindo para determinar outros tipos de AP’s capazes de absorver o ideário conservacionista. Como Colchester (2000) argumenta, é

⁸ Para fins desta dissertação estaremos fazendo uma discussão conceitual do desenvolvimento sustentável no CAPÍTULO IV - A Relação entre Desenvolvimento Sustentável e UC’s: uma questão de desenvolvimento sustentável com liberdade.

preciso reconhecer que a maioria das AP's são habitadas e, não se pode simplesmente continuar ignorando tal fato. Felizmente, várias ações, desde as décadas de 1960 e 1970, vêm sendo realizadas para ampliar o movimento ambientalista e direcioná-lo a novas concepções e posturas práticas frente à relação sociedade-natureza. Um desses movimentos, por exemplo, é o que se pauta pela noção da etnoconservação. Segundo Diegues (2000), a etnoconservação é uma nova forma de ‘ciência da conservação’ que não tem como base apenas os aspectos naturais, mas que leva em consideração também os aspectos culturais e o conhecimento tradicional, incorporando os mesmos no manejo das florestas, reconhecendo assim que os conhecimentos científicos e locais são importantes, e podem possibilitar uma nova aliança onde:

O estabelecimento de áreas protegidas, em vez de ser baseado na idéia importada de *natureza selvagem intocada*; deveria fundamentar-se na concepção de *paisagem ou mosaico de ecossistemas e habitats*, constituindo um *continuum* entre porções de matas nativas até áreas de agricultura tradicional que, em muitos casos, constituem o território das comunidades tradicionais (DIEGUES, 2000, p. 42).

Neste sentido, a etnoconservação fundamenta a construção da relação sociedade-natureza, fundada nas comunidades tradicionais, que passam a ser importantes aliadas na “[...] conservação das matas e outros ecossistemas presentes nos territórios em que habitam. Trata-se da valorização do conhecimento e das práticas de manejo dessas populações” (ALEXANDRE, 2002, p. 60). É a partir de visões como a etnoconservação e a ampliação prática através de políticas ambientais que reconheçam as populações tradicionais como parte integrante da natureza e, esta, meio de sobrevivência, das mesmas que novos rumos, em nível internacional, estão em curso e ampliam-se para abranger um contingente cada vez maior da sociedade em nível local e global.

Em níveis internacionais, podemos destacar a década de 1970, em que segundo Brito (2000, p. 28) “[...] a comunidade internacional começou a voltar os olhos para os crescentes conflitos que envolviam populações e áreas naturais protegidas”, como a década que tem origem à busca de mudanças na forma de pensar e agir quando o assunto é a relação sociedade-natureza nas AP's. Para Diegues (2000, p. 22):

A expulsão dos moradores tradicionais começou a ser contestada a partir dos anos 60 e 70, com mudanças de percepções e atitudes, pelas grandes organizações ambientalistas internacionais, como a UICN (UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO) no que diz respeito à contribuição das populações tradicionais para a conservação. Esse processo, que se iniciou já na década de 70 com grandes congressos internacionais de parques nacionais e áreas protegidas, culminou com uma posição francamente favorável a essa contribuição durante o *IV Congresso Internacional do UICN*, em Caracas, em fevereiro de 1992.

Dos eventos ocorridos na década de 1970, o destaque é para a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo (1972) que é considerada a precursora desses eventos internacionais⁹ que irão inserir as questões ambientais na agenda da política mundial, disseminando e ampliando, dentre outras discussões, as referentes às AP's. Isso possibilita o surgimento de novas visões e categorias de AP's como, por exemplo, as reservas da biosfera¹⁰. Segundo o Brundtland (1988) existe uma ‘rede’ de AP's mundial que, em extensão, equivalia, na época, a mais de quatro milhões de quilômetros quadrados, demonstrando assim que a relevância dessas áreas protegidas é um fato que não se pode deixar de levar em consideração.

Áreas Protegidas ou Unidades de Conservação são hoje uma realidade mundial. Conhecer sua origem ideológica ajuda a trilhar o caminho que as mesmas percorreram e percorrem para continuar garantindo sua inserção dentro do contexto internacional. Isto também se torna relevante para o entendimento dos caminhos trilhados em nível nacional, tema da próxima seção.

1.3 OS CAMINHOS TRILHADOS NO BRASIL PRÓ-UC'S

A preocupação com a preservação da natureza no Brasil não é algo novo. Quintela (2003) destaca que desde o século XVII ações para a proteção da natureza foram tomadas, como é o caso das medidas para a Proteção das Florestas do Nordeste, por Maurício de Nassau, e das sugestões de José Bonifácio, em 1821, de se criar um setor administrativo para cuidar das ‘matas’ e ‘bosques’ nacionais, reconhecendo a importância de se buscar utilizar os recursos naturais moderadamente. Mas, em se tratando do processo de criação e implantação de AP's no Brasil, como não podia ser diferente de outros países da América do Sul, este também, e em certa medida, sofreu influência do modelo americano. Um exemplo disso foi o do engenheiro André Rebouças, identificado como um solicitante, já em 1876, da criação dos

⁹ Para um retrospecto desses eventos internacionais importantes para as discussões sobre áreas protegidas, ver Brito (2000).

¹⁰ As reservas da biosfera surgem na década de 1970 através do Programa *Man and Biosphere (MAB)* da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO. Seus objetivos “[...] eram os de encorajar o desenvolvimento com equilíbrio, nas relações entre o homem e seu ambiente” (BRITO 2000, p.29). Segundo a UNESCO (1984, p. 01) as reservas da biosfera tinham como principais elementos: “[...] o envolvimento dos tomadores de decisão e a população local em projetos de pesquisa, treinamento e demonstração no campo e a conjunção de disciplinas das áreas das ciências sociais, biológicas e físicas para o direcionamento de problemas ambientais complexos”.

Parques Nacionais da Ilha do Bananal e Sete Quedas, aos moldes do Parque Nacional de *Yellowstone* (1872), solicitações estas que na época não foram atendidas (CÔRTE, 1997).

O primeiro caso de criação de Parque Nacional no Brasil é o Parque Nacional de Itatiaia¹¹, no Rio de Janeiro, em 1937. Segundo Moraes (2004, p. 27) esse parque foi criado devido à “[...] um conjunto de iniciativas relativas a proteção do patrimônio por Getúlio Vargas, consolidando entre os bens culturais nacionais os monumentos naturais e paisagens”. De 1937 até nossos dias foram criados, segundo o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais - IBAMA (2005), cinqüenta e seis parques nacionais espalhados por todas as regiões brasileiras. E, a grande maioria desses parques foram criados na década de 1960. Para Moraes (2004) a criação de áreas protegidas era pautada inicialmente pelo Código Florestal de 1934¹². Para Brito (2000, p. 56):

Os primeiros parques nacionais do Brasil estavam vinculados ao conceito de monumentos públicos naturais, segundo a Constituição de 1937, e visavam resguardar porções do território nacional que tivessem valor científico e estético.

Do Código Florestal (1934) ao Novo Código Florestal (1965)¹³ e, até a criação de instituições, regulamentos, sistemas, políticas e leis cujos destaques são: o Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Florestal – IBDF (1967), a Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA (1973), o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros (1979), o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA (1981), Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA (1981), a Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA (1982), a Constituição de 1988, até o IBAMA em 1989, muitos foram os avanços e retrocessos da política ambiental brasileira¹⁴. Deste período, o destaque é para a existência de dois órgãos responsáveis pela proteção ambiental, IBDF e SEMA e seus conflitos, além da adição da PNMA que até hoje está em vigor.

Pode-se dizer que nestas seis décadas (1930-1980)¹⁵, em termos de leis e criação de órgãos gestores do meio ambiente houveram vários avanços, pautados nas diretrizes de conservação ambiental em nível internacional. Medeiros, *et al* (2004), reconhecem que a

¹¹ O Parque Nacional de Itatiaia foi criado com base no Código Florestal de 1934 e tinha como objetivo-fim a pesquisa científica e o turismo (CÔRTE, 1997).

¹² Decreto nº. 23.793 de janeiro de 1934, que conceitua além dos parques nacionais, as florestas nacionais e as florestas protetoras. Segundo Medeiros, *et al* (2004, p. 84), “[...] o Código Florestal se tornou um dos mais importantes instrumentos da política de proteção da natureza da época, pois definiu, em bases sólidas e concretas, um projeto brasileiro com este enfoque”.

¹³ Com o Novo Código Florestal, “[...] foram criadas várias categorias de áreas protegidas em todo o país, contribuindo, cada vez mais, para a efetivação de uma rede ou de um sistema de áreas protegidas” (CÔRTE, 1997, p. 23).

¹⁴ Sobre a constituição, promulgação, implantação e objetivos das leis, institutos, sistema e conselhos, ver: Brito (2000), Brito; Câmara (2002), Quintela (2003) e Moraes (2004).

¹⁵ As décadas acima citadas são consideradas como marcos históricos da construção de áreas protegidas e, sobre isto, ver Medeiros *et al* (2004).

criação de áreas protegidas no Brasil, nesse período e, em período posterior, é inspirada em modelos de vários países das Américas – principalmente dos EUA. Mas, diferente de autores como Diegues (2002) e outros destacam que:

[...] o modelo de proteção desenvolvido no Brasil não se resumiu à “cópia” do modelo norte-americano, como alguns autores pretendiam demonstrar. Em grande parte, isto se deu em resposta a diversos fatores, dos quais podem ser destacados: 1) a lógica da conservação e uso, com participação da sociedade civil, paralela à lógica da preservação; 2) a preservação – conservação como instrumento geopolítico e, por fim, 3) a necessidade de adequar o sistema de áreas protegidas à dimensão continental, pluri-cultural e megadiversa do Brasil. Como corolário emerge um modelo caracterizado pela diversidade de tipos de áreas protegidas, que é inclusive um instrumento geopolítico e que se expande ainda hoje por conta da singularidade do País (MEDEIROS, *et al*, 2004, p. 85 – 86).

Contudo, mesmo com esse reconhecimento que, na verdade se torna realidade devido às diferenças naturais, culturais e geopolíticas encontradas no Brasil e também reconhecidas por Diegues (2002), o que pode ser considerado ‘avanços’, não refletia, no que tange à criação de AP’s, uma maior mobilidade prática para esse processo. Moraes (2004) destaca os anos de 1980 como a década que o Brasil cria várias categorias de UC’s¹⁶ com base nos parâmetros da União Internacional para a Conservação da Natureza - UICN¹⁷, nos Planos de Sistemas de UC’s nacionais (1979-1982) e em outros mecanismos ocorridos neste período (MORAES, 2004). Mas, esse processo no Brasil ocorre em grande parte de forma desordenada e sem planejamento, ocasionando poucos resultados práticos em termos da relação sociedade-natureza e administração das UC’s criadas.

Por outro lado, não se pode deixar de reconhecer que após a Conferência de Estocolmo (1972) e com a criação da SEMA que é considerada por Brito; Câmara (2002, p. 65), como “[...] o primeiro órgão gestor federal brasileiro criado com orientação para gestão integrada do meio ambiente”, é que se começará a pensar estratégias nacionais com foco na seleção e planejamento das UC’s que só se concretizarão um quarto de século depois. Moraes (2004) faz um alerta com relação aos problemas que as UC’s criadas desde a década de 1930 no Brasil provocariam e que, “[...] vão manifestar-se com intensidade nas populações no

¹⁶ Mais especificamente: “Segundo MILANO, BERNARDES E FERREIRA (1993, p. 6), no Brasil, diferentemente dos outros países, o termo Unidade de Conservação substituiu os termos de Área Protegida ou Área Silvestre quando foi utilizado pela primeira vez, em 1978, por Jorge-Pádua *et al* no documento Diagnóstico do Subsistema de Conservação e Preservação de Recursos Renováveis, do então IBDF, sendo a partir daí, adotado por esta instituição em documentos oficiais. A SEMA também adotou o termo” (CÓRTE, 1997, p. 23).

¹⁷ A UICN surge em substituição à União Internacional para a Proteção da Natureza - UIPN em meados de 1965. Nesse período, nos meios acadêmico-científicos e institucionais (governamentais ou não) em nível internacional, começa-se a questionar a concepção pautada apenas na ‘proteção da natureza’ e dar uma maior abertura às concepções conservacionistas provocando tal substituição de nomenclatura e postura (BRITO, 2000). Atualmente a UICN é considerada a mais tradicional e importante instituição internacional voltada para a conservação ambiental (MORAES, 2004).

interior dessas áreas protegidas” (MORAES, 2004, p. 28). Isto por que a criação das UC’s, neste período, na maioria dos casos, desconsiderava o direito de moradia e permanência nas áreas destas populações haja vista estas serem, em grande parte, parques nacionais. E, como não podia deixar de ser diferente do resto dos países que ‘aceitaram’ modelos baseados na concepção preservacionista, conflitos começaram a emergir, pois não era levado em consideração nem os seus direitos de moradia e nem o seu conhecimento, ‘considerado não científico’ (Moraes, 2004).

Esses e outros conflitos como os elencados por Brito (2000): regularização fundiária, a falta de recursos humanos e financeiros, de capacitação técnica e de fiscalização, por sua vez, transforma as UC’s, no Brasil, em projetos de leis que têm pouca praticidade. Mais uma vez o governo federal foi levado a avaliar sua forma de criação e implantação de UC’s, iniciando já no final da década de 1970, um processo de reflexão que tinha por base a efetivação “[...] de um sistema mais integrado para a criação e gerenciamento das áreas protegidas” (MEDEIROS, *et al*, 2004, p. 85). Por conta desse processo, que se estende pela década de 1980, o IBAMA, em conjunto com a Fundação para a Conservação da Natureza – FUNATURA, elaboraram, em 1989, uma proposta de Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, “[...] cujos objetivos eram os de sistematizar conceitos, objetivos e tipos de categorias dessas unidades”. (BRITO, 2000, p. 67), haja vista as mesmas estarem confusas, desordenadas e sem mobilidade prática. Para Medeiros, *et al* (2004, p. 85):

O resultado prático desse processo de construção resultou, hoje, num modelo brasileiro que é composto basicamente por duas tipologias distintas de espaços destinados à proteção dos recursos naturais: a) as áreas protegidas territorialmente demarcadas e com dinâmicas de uso e gestão bem definidas – genericamente denominadas de Unidades de Conservação (UCs) [...]; e b) espaços protegidos através de instrumentos legais pelos seus atributos e serviços sobretudo ecológicos, mas sem uma prévia delimitação territorial (como ocorre no caso anterior) – as Áreas de Preservação Permanentes (APPs) e as Reservas Legais (RL) [...]

Como o que aqui nos interessa são as UC’s, a primeira tipologia descrita acima é que merece uma análise mais pormenorizada, avançando para o SNUC. Proposto em 1989, o SNUC passou a ser alvo de apreciação, de diversas discussões no âmbito do Congresso Nacional e, após dois substitutivos, foi aprovado em 18 de julho de 2000, promulgado na Lei nº. 9.985 e tendo sua regulamentação efetivada pelo Decreto nº. 4.340 de 22 de agosto de 2002. Para Bernardo (2004, p. 04) antes do SNUC “[...] não tínhamos nenhuma lei federal que disciplinasse a questão das unidades de conservação – UC’s”. Com o SNUC, as políticas nacionais relacionadas às UC’s¹⁸ ganham um importante instrumento legal, haja vista o

¹⁸ A definição de UC’s a partir do SNUC encontra-se em seu Capítulo I, art. 2º: “[...] I – unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais

mesmo estabelecer critérios e normas para a criação, implantação e gestão de UC (SNUC, 2004). Além disso, no SNUC encontram-se os entendimentos de conceitos-chaves relacionados às UC's como: diversidade biológica, recurso ambiental, manejo, extrativismo, etc.¹⁹, bem como seus objetivos, tipos de categorias de UC's e as esferas de gestão das mesmas que podem ser federal, estadual ou municipal. Aqui vale a pena, portanto, citar a partir de Costa (2002, p. 28-29), os objetivos gerais do SNUC:

- I – contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- II – proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- III – contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- IV – promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- V – promover a utilização dos princípios e das práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- VI – proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- VII – proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- VIII – proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- IX – recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- X – proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- XI – valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- XII – favorecer condições e promover a educação e a interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- XIII – proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

Desses objetivos, destacamos o IV, V, XII e o XIII como aqueles mais relacionados com a proposta desta dissertação. Os quatro objetivos destacados comprovam que, pelo menos na forma de Lei, as UC's foram pensadas como estratégias que podem servir para promover o desenvolvimento através da educação ambiental, do lazer, do turismo ecológico, dentre outros, respeitando seus grupos e tipos específicos. Tudo isso pensado em favor da proteção dos recursos naturais e das populações tradicionais onde a valorização e o reconhecimento da natureza e da cultura local se transformam em aliados para a promoção do bem-estar social através de políticas públicas que tenham por base leis como o SNUC, por exemplo.

Em se tratando das categorias das UC's, o SNUC divide-as em dois grupos: as Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável. Segundo o artigo 7º, capítulo III, inciso 1º do SNUC (2004), as Unidades de Proteção Integral têm por objetivo a

relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção [...]” (SNUC, 2004, p. 09).

¹⁹ Estes conceitos-chaves encontram-se descritos no SNUC (2004) e, maiores aprofundamentos, encontram-se em Silva (1999), Costa (2002) e Bernardo (2004).

preservação²⁰ da natureza e, por isso, neste grupo só se pode utilizar os recursos naturais aí existentes de forma indireta, salvo alguma exceção prevista nessa Lei. Tal grupo é constituído pelas seguintes categorias: estação ecológica, reserva biológica, parque nacional, monumento natural e refúgio de vida silvestre²¹. E, segundo o Artigo 7º, inciso 2º do SNUC, as Unidades de Uso Sustentável têm por objetivo relacionar a conservação²² da natureza com o uso sustentável de parte dos recursos naturais aí existentes permitindo, portanto, o uso direto de determinadas áreas das unidades. Tal grupo é constituído pelas seguintes categorias: área de proteção ambiental, área de relevante interesse ecológico, floresta nacional, reserva extrativista, reserva de fauna, reserva de desenvolvimento sustentável e reserva particular do patrimônio natural²³. É este último grupo que, portanto, permite pensar em possibilidades de desenvolvimento através das UC's.

O SNUC é um sistema onde se encontra o “[...] conjunto de áreas naturais protegidas que, planejado e manejado como um todo é capaz de viabilizar os objetivos nacionais de conservação” (QUINTELA, 2003, p. 14). Apesar do reconhecimento de sua relevância para a possibilidade de dinamizar e direcionar a criação e implantação de UC's no Brasil e, ter como pontos positivos “[...] o cuidado social e o cuidado com referência à participação (Consulta Pública) e à transparência; além de aplicação dos recursos gerados nas próprias UC's” (BERNARDO, 2004, p. 05), ele também traz algumas deficiências.

Dentre as principais deficiências da Lei nº. 9.985/2000, podem ser relacionados os conflitos nos objetivos, e a falta de um objetivo principal; o excesso e confusão nas categorias de UC's; a falta de mecanismo financeiro para as UC's; e o caso das Reservas da Biosfera, que não possuem embasamento legal em nosso País. Além disso, mesmo sendo criadas no “papel”, nem sempre as UC's estão a salvo de sofrer agressões, sejam elas causadas pela invasão de sua área limite ou pela captura e/ou destruição de exemplares da fauna e da flora (BERNARDO, 2004, p. 05).

Os aspectos positivos e as deficiências do SNUC estão dados e cabe no decorrer do processo de utilização das UC's, como forma de conservação e/ou preservação da natureza, serem analisados, melhorados e até redefinidos. O importante é a percepção de que ter a lei não significa sua utilização na prática. Como esta tem apenas cinco anos de existência, sua

²⁰ Segundo o capítulo I, art. 2º do SNUC, entende-se por preservação: “[...] conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais [...]” (SNUC, 2004, p. 10).

²¹ As categorias de UC's do tipo Proteção Integral citadas, encontram-se descritas no capítulo III, artigos 8º à 13º do SNUC (2004).

²² Segundo o capítulo I, art. 2º do SNUC (2004, p. 09), entende-se por conservação da natureza: “[...] o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral [...]”

²³ As categorias de UC's do tipo Uso Sustentável citadas, encontram-se descritas no capítulo III, artigos 14º à 21º do SNUC (2004).

disseminação onde já existem UC's e onde as mesmas ainda estão sendo criadas é imprescindível. Só assim é possível que o SNUC, enquanto lei norteadora de um Sistema de UC's, seja respeitado e colocado em prática.

QUADRO 01: Número Total de UC's Federais por Categorias e Tipos de Uso

CATEGORIA	TIPO DE USO	Nº.*	ÁREA DAS UC'S (ha)	%**
Estação Ecológica	PI	31	7.203.392,19	0,84
Parque Nacional	PI	56	17.074.743,93	2,00
Refúgio de Vida Silvestre	PI	02	128.521,25	0,02
Reserva Biológica	PI	27	3.740.557,56	0,44
Subtotal		116	28.147.214,93	3,3
Floresta Nacional	US	70	19.190.166,23	2,25
Reserva Extrativista	US	43	7.914.518,64	0,93
Área de Proteção Ambiental	US	29	6.526.679,08	0,76
Área de Relevante Interesse Ecológico	US	17	32.574,80	0,00
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	US	01	64.735,00	0,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural***	US	425	-	-
Subtotal		585	33.728.673,75	3,94
Total		701	61.875.888,68	7,24

*As sobreposições entre as UC's foram processadas incluindo-as na categoria de maior restrição.

** Porcentual relativo à área continental do Brasil que é 854.546.635,67. Baseia-se na malha municipal digital do Brasil de 1996, fornecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, não inclui as ilhas oceânicas.

*** O IBAMA não fornece o total de área desta UC.

Fonte: IBAMA, 2005.

A título de ilustração, o **QUADRO 01**, acima, mostra o número total de UC's por categorias e tipo de uso, de acordo com as últimas atualizações realizadas pelo IBAMA (2005), no Brasil, para UC's federais²⁴. Neste quadro, identifica-se que atualmente, no Brasil, o SNUC soma em nível federal, uma área de aproximadamente 61.875.888,68 hectares, que corresponde a 7,24% do território nacional. Um outro dado relevante percebido é que, em termos quantitativos, há muito mais unidades de conservação do tipo Uso Sustentável - US do que do tipo Proteção Integral - PI. Das 701 UC's federais existentes no Brasil, 585 são de Uso Sustentável e 116 de Proteção Integral. Isto pode ser considerado um avanço no que tange às

²⁴ Optou-se por apresentar de forma quantitativa as UC's federais, devido estes dados serem sistematizados e atualizados pelo IBAMA, órgão federal responsável pela gestão e controle das mesmas. Dados em nível estadual ou municipal, no Brasil, são bem difíceis de obter devido não haver um cadastro nacional de todas as UC's, em todas as esferas de governo. Por outro lado, os estados e municípios nem sempre tem esses dados atualizados e disponíveis.

discussões referentes a respeito das populações tradicionais existentes no local e sua relação com a natureza e com as ações do governo e da dicotomia preservação X conservação. Por outro lado, entre as categorias de UC's federais de Proteção Integral, o destaque ainda é para os Parques Nacionais (56) e, já para o grupo de Unidades de Uso Sustentável o destaque é para as Reservas Particulares de Patrimônio Natural (425). Em termos de área, as UC's de proteção integral somam 28.147.214,93 hectares, correspondendo a 3,3% aproximadamente, da área continental do Brasil. Já as UC's de uso sustentável, somam, aproximadamente, 33.728.673,75 hectares, correspondendo a mais ou menos 3,94% do território nacional, um dado bem expressivo se considerarmos que as UC's estão sendo atualmente, vistas como estratégias de políticas públicas que ajudam a viabilizar a proteção e/ou conservação da natureza enquanto recurso (MEDEIROS, *et al*, 2004).

Para Medeiros, *et al* (2004, p. 92): “*O maior desafio em políticas públicas, no momento atual, se refere à construção participativa e democrática da Política Nacional de Áreas Protegidas, prevista para 2005*”. E, atualmente pode-se destacar a elaboração do Plano Nacional de Áreas Protegidas - PNAP²⁵, como o instrumento que irá nortear tal política. O PNAP é um compromisso do governo federal que teve sua origem na Sétima Conferência das Partes - COP 7 da Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB, realizada na Malásia, em fevereiro de 2004. Na COP 7 da CDB os países signatários, dentre eles o Brasil, acordaram elaborar um Programa de Trabalho para Áreas Protegidas. Para que a elaboração desse Programa, no caso brasileiro, fosse implementado, o governo federal comprometeu-se através de um Protocolo de Intenções estabelecido com um conjunto de organizações da sociedade civil à:

[...] (i) formular o **Plano Nacional de Áreas Protegidas – PNAP**, (ii) estabelecer uma estreita cooperação entre o governo brasileiro e a sociedade civil organizada para a elaboração de um Plano Nacional de Áreas Protegidas, e (iii) instituir e coordenar o Fórum Nacional de Áreas Protegidas (MMA, 2005).

O PNAP, portanto, é um instrumento que tem sua concepção fundamentada por acordos de cooperação em que governo e sociedade civil organizada atuem em conjunto para que suas metas sejam cumpridas. Metas estas que têm como diretrizes fundamentais a busca do Brasil em “[...] reduzir a perda de biodiversidade, por meio da consolidação de um sistema

²⁵ No âmbito do PNAP, as AP's são: “[...] áreas definidas geograficamente, cuja regulamentação e/ou administração promovam a proteção, conservação, recuperação e o uso sustentável da biodiversidade, bem como a repartição justa e eqüitativa dos benefícios, contemplando de forma prioritária as Unidades de Conservação, as Terras Indígenas e os Territórios Quilombolas. As demais áreas protegidas serão tratadas no âmbito do Plano Nacional de Áreas Protegidas segundo a abordagem ecossistêmica, no planejamento da paisagem” (MMA, 2005). Percebe-se que o termo AP's está de volta, mas, com uma conotação mais abrangente envolvendo UC's, Terras Indígenas e Territórios Quilombolas.

ampliado de áreas protegidas, ligado a uma rede mundial". (MMA, 2005), o que nos permite deduzir que tal esforço de estabelecer o PNAP advém de compromissos internacionais assumidos pelo Brasil com relação às áreas protegidas, sendo o principal deles, a redução da taxa de perda de biodiversidade até 2010, fixadas pela Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável da qual o Brasil faz parte (MMA, 2005).

O PNAP encontra-se em fase de elaboração. É coordenado pela Diretoria de Áreas Protegidas e pela Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA que buscam articular as instituições envolvidas diretamente – Grupo de Trabalho Ministerial; Câmara Técnica de UC's do CONAMA, Fórum Nacional de Áreas Protegidas²⁶, Comissão Nacional de Biodiversidade - CONABIO, Coordenação do Programa Brasil Quilombola (Comitê Gestor) e Ministério da Justiça por meio da Fundação Nacional do Índio – FUNAI – com a sociedade civil. Sua elaboração compreende a cinco etapas que, segundo o MMA (2005) são:

- (i) definição de um arranjo organizacional (identificação das instâncias diretamente relacionadas ao processo de coordenação, elaboração, consulta, aprovação e implementação e monitoramento do PNAP); (ii) estabelecimento da abordagem técnica: definição das diretrizes e prioridades nacionais para a redução da perda da biodiversidade e estabelecimento de sistemas de áreas protegidas; elaboração da versão do plano a ser submetido à consulta pública e consolidação do PNAP após o processo de consulta; (iii) elaboração e implementação da estratégia de consulta pública do plano, com vistas a possibilitar o debate técnico e a articulação política e social na formulação e implementação do PNAP por meio do Fórum Nacional de Áreas Protegidas; (iv) aprovação pelas instâncias competentes encerrando o processo de construção; (v) divulgação do PNAP na Oitava Conferência das Partes da CDB – COP 8, seguida de ampla divulgação nas esferas governamentais e não governamentais.

Depois de concluídas, as cinco etapas que correspondem à elaboração e aprovação do PNAP, está programado o início da sua fase de monitoramento e implementação. Como este processo tem prazo de finalização e apresentação até a Oitava Conferência das Partes da CDB – COP 8 que será em 2006, o ano de 2005 seguiu com uma ampla agenda de discussão com todos os envolvidos neste processo. Segundo Medeiros, *et al* (2004, p. 92), o PNAP:

[...] é decorrência do “amadurecimento” da sociedade brasileira, da difusão e discussão pública do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dos desdobramentos políticos e institucionais da Política Nacional de Biodiversidade.

Isto, por si só, pode vir a ser uma garantia de que as etapas definidas para a elaboração do PNAP sejam cumpridas, buscando assim, alcançar os objetivos previstos. Como este se encontra em fase final de elaboração, ainda é muito cedo para tecer comentários conclusivos sobre a efetividade do mesmo. Para Medeiros, *et al* (2004, p. 93):

²⁶ O Fórum Nacional de Áreas Protegidas é um órgão consultivo da Secretaria de Biodiversidade e Floresta, do MMA, criado em 07/07/2004 pela Portaria 134/04 e visa ser um instrumento permanente de diálogo entre o governo e a sociedade que estabeleça uma participação e controle social sobre as políticas públicas para áreas protegidas, onde o PNAP se insere (MMA, 2005).

Há ainda que considerar que a Política de Áreas Protegidas só alcançará seus objetivos se ela for implementada, de forma integrada a outras ações do Estado (infra-estrutura, energia, planejamento, agricultura, questão agrária, saúde, educação, etc.). Apesar de se vincular institucionalmente a um único ministério, o seu desafio maior será o de buscar a articulação e a transversalidade necessárias entre os diferentes níveis governamentais (federal, estadual e municipal) e seus diferentes setores, aumentando a colaboração e a sinergia entre os mesmos, condição *sine qua non* para o seu êxito. Da mesma forma, essa política não poderá negligenciar as demandas sociais e econômicas de um país emergente, em estado permanente de mutação [...]

Por isso, é importante ficarmos atentos a mais este esforço do governo em avançar nas discussões que tem por base a conservação da natureza. Um avanço que aqui nos parece importante frisar é o fato do PNAP estar centrado num processo de articulação que leva em consideração a participação da sociedade e das populações tradicionais reconhecidas por Lei, como é o caso dos quilombolas e indígenas. Esse esforço ilustra o amadurecimento das discussões e ações relacionadas às áreas protegidas. E, por isso, cabe a expectativa que em estudos futuros o PNAP seja motivo de análises e maiores explicitações críticas.

Voltando para as UC's, dentre as suas categorias citadas, convém como forma de atender aos objetivos desta dissertação, nos deter um pouco mais na categoria Área de Proteção Ambiental – APA²⁷. Esta categoria foi criada pela Lei nº. 6.902/81. Atualmente, encontra-se no SNUC dentro do grupo de Unidades de Uso Sustentável. Pelo SNUC (2004, p. 18):

Art. 15. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais.

Além da Lei nº. 6.902/81 que rege a criação das APA's, que foi regulamentada pelo Decreto nº. 88.351 de 01 de junho de 1983, o decreto nº. 99.274/90 dispõe sobre as proibições e restrições de uso de recursos naturais, objetivos e limites das APA's e, a Resolução do CONAMA 10/88 dispõe sobre zoneamento, normas sobre projetos de urbanização, atividades agropecuárias, mineração e outras. Moraes (2004) destaca que as APA's no Brasil basearam-se nos modelos europeus (França, Alemanha, Inglaterra e Portugal) que, naquele continente, surgem de negociações e acordos entre várias instituições governamentais com a sociedade civil organizada, cujo interesse eram os benefícios advindos da proteção dos recursos naturais, paisagísticos e culturais. No Brasil, além desses interesses, alia-se também a possibilidade de

²⁷ Para detalhamento sobre processo de criação, implantação e gestão de uma APA, ver: Corte (1997); Brito; Câmara (2002) e Moraes (2004).

“[...] contornar o problema dos altos custos de desapropriação para a proteção ambiental” (MORAES, 2004, p. 37).

Vários autores como Côrte (1997) e Araújo (2004), destacam que a APA se diferencia das outras UC's pelo fato de estas, para serem criadas, não precisarem desapropriar terras, garantindo assim a permanência das populações tradicionais locais em seu *habitat* natural. Este fato está relacionado, em termos de criação de uma APA, a uma nova concepção de conservação que transpõe as dificuldades, por parte das esferas públicas de governo, em adquirir terras para a criação e implantação de uma UC, gerando assim como resultado imediato a redução dos custos dessa criação e implantação. Contudo, isto não diminui a complexidade que é criar uma UC, mesmo que esta seja APA (ARAÚJO, 2004). Côrte (1997, p. 27-28) afirma que a APA:

[...] introduz um caráter de complexidade à questão trazendo em cena a busca de práticas de sustentabilidade que promovem a convivência harmônica do ser humano e seus sistemas produtivos com o meio em que vive. Decorrentes desta característica, certamente poderão surgir muitos conflitos entre o uso dos recursos naturais e a sua proteção, por não existir harmonia ou equilíbrio nas relações econômicas, políticas e também ambientais. Portanto, quando se pensa em gestão de uma APA, espera-se que a mediação de conflitos seja fator essencial.

Por isso, segundo Araújo (2004) não é consenso que as vantagens da APA em relação às outras UC's sejam de fato eficientes. Esta autora salienta que há casos que a não intervenção do governo no uso das terras, bem como a falta de participação das populações tradicionais na administração e gestão da APA, podem tornar essa UC sem mobilidade prática no que tange o cumprimento de seus objetivos. Para que uma APA não se perca em seu processo de criação e implantação é preciso transpor o desafio de “[...] conciliar as atividades humanas, também aquelas relativas ao desenvolvimento econômico, com a proteção ambiental, contribuindo para a implementação dos princípios do desenvolvimento sustentável” (CÔRTE, 1997, p. 32). Tarefa não muito fácil, que exige vontade política de quem está à frente desse processo pela esfera de governo, participação de todos os setores envolvidos, escolhas e, acima de tudo, entendimento do que seja uma APA, a partir de sensibilizações da população que estará dentro e no entorno da APA. Um processo que requer tempo, habilidade de quem conduz e vontade de participar.

Mesmo com oposições, é evidente que as APA's, a partir de seus objetivos tornam-se uma UC com diferenciais que as consolidam como instrumentos capazes de lidar com questões ambientais minimizando os conflitos entre preservação e utilização da natureza como recurso natural. Para Brito; Câmara (2002, p. 145):

As APA's têm um perfil próprio, único no Brasil, objetivam a promoção da qualidade de vida da população, a eqüidade social e a proteção ambiental nos

espaços geográficos, a partir de um disciplinamento do processo de ocupação para se alcançar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais, sem coibir as atividades econômicas do homem e à sua dinâmica de vida.

Neste caso, as APA's podem ser consideradas como uma das UC's, dentro do SNUC, que podem ser referendadas como uma alternativa viável para que as UC's se expandam com mais facilidade devido: 1) terem custos operacionais baixos, se comparados com outros tipos de UC's; 2) por ser uma UC que permite a ocupação ordenada do solo acaba por minimizar conflitos referentes à desapropriação de terras; e, 3) avança em aspectos como gestão ambiental, participação social e planejamento sustentável do uso dos recursos naturais.

Essas facilidades e outras mais exigem um processo dinâmico de organização que leve em consideração, no que tange à gestão, uma adesão de todos que fazem parte desta UC de forma democrática, coordenada e descentralizada. Isto, na prática não se constitui como algo fácil, pois quando um processo de organização social envolve vários atores sociais e diferentes posições e interesses, é necessário uma gama de articulações que nem sempre quem está na coordenação do processo (aqui, no caso, o poder público) pode viabilizar. No momento que tais processos se ajustam e se efetivam mecanismos e condições para que a criação e implantação de APA's tenham por base atingir seus objetivos através de uma gestão eficiente, esta passa de potencial para uma real situação em que exista o atendimento das necessidades da população residente da APA, levando em consideração a conservação dos recursos naturais locais. Alia-se, assim, melhoria da qualidade de vida e conservação da natureza com processos dinâmicos de organização social que permitam ser feitas escolhas com relação ao uso racional desses recursos, o que se pode assim vislumbrar as APA's como inspiração para o desenvolvimento sustentável com liberdade²⁸, ainda que de forma preliminar.

1.4 A SITUAÇÃO DAS UC'S NA AMAZÔNIA²⁹ E NO OESTE DO PARÁ

Ao abordar a situação das UC's na Amazônia tem-se que levar em consideração o seu processo de ocupação. Esse processo que vem sendo amplamente estudado é sempre palco de

²⁸ O desenvolvimento sustentável com liberdade é uma proposta de junção das concepções de desenvolvimento sustentável com a de desenvolvimento como liberdade e será apresentada no CAPÍTULO 4 deste trabalho.

²⁹ Aqui estaremos trabalhando com a noção de Amazônia Legal que foi definida pela Lei nº. 1806/53 e abrange áreas dos seguintes Estados: Pará, Amazonas, Amapá, Acre, Rondônia, Roraima, Tocantins, Maranhão e Mato Grosso, perfazendo um total, segundo o IBAMA (2005) de 503.735.569,94 hectares. Segundo Pandolfo (1994, p. 36), esta noção foi “[...] fruto de um conceito político e não de um imperativo geográfico, pois o critério adotado pelo governo foi à necessidade de planejar e promover o desenvolvimento de toda essa imensa área [...]”

polêmicas devido às várias tentativas de ocupar a Amazônia que não obtiveram êxito ou não obtiveram o êxito esperado. Desde o seu descobrimento, esta região foi sempre motivo de disputas envolvendo vários segmentos sociais (QUARESMA, 1998). Nessas disputas quase sempre se tem a presença do Estado como articulador dos conflitos referentes aos vários e diversos recursos naturais da região que, até certo período da história recente, eram considerados como inesgotáveis. Esses recursos, sempre cobiçados pelas indústrias nacionais e internacionais que os viam como matéria-prima para as suas produções, tiveram seu apogeu com o ciclo da borracha (SANTOS, 1980). Daí em diante, vários foram os projetos de desenvolvimento para a região onde a criação de instituições como a Superintendência para o Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPEVEA (1953) depois Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM (1966), Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (1967) e Banco de Crédito da Borracha – BCB (1942) e depois Banco da Amazônia S/A – BASA (1967) estiveram na ordem do dia quando o assunto era elaboração de Planos de Desenvolvimento da Amazônia – PDA's, que foram dois, nas décadas de 1970, e execução de políticas que objetivavam a ocupação, a segurança nacional e o advento de ações que intensificasse a agricultura, a pecuária e os grandes projetos na região. Dentre estas políticas estabelecidas através de programas, destacamos a título de exemplo: Programa de Integração Nacional – PIN (1970); Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais na Amazônia – POLOAMAZÔNIA (1974); Programa Grande Carajás – PGC (1984); Programa Calha Norte – PCN (1985); e o Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM (1990)³⁰.

Estas instituições, as políticas, os programas e os projetos, “[...] não obtiveram o êxito esperado e geraram frutos insatisfatórios para a região” (QUARESMA, 1998, p. 09). Isto ocasionou um ‘colapso’ no modelo de desenvolvimento da Amazônia, onde uma das principais consequências foi a degradação ambiental representada principalmente pela derrubada e/ou queimada da floresta e os conflitos pela posse de terra que, até os dias de hoje, resultam em assassinatos e degradação humana. Passa, então, a ser premente que o entendimento desse processo de ocupação seja estudado pelos acadêmicos e pesquisadores, de um modo geral, e revisto pelos órgãos de Estado para que propostas de ocupação, como se deu na Amazônia, sejam substituídas por alternativas mais viáveis que possam congregar uma relação sociedade-natureza menos predadora. Como ressalta Filho (1992, p. 164):

[...] faz-se necessário reconhecer que até agora, o governo brasileiro demonstrou incompetência para lidar com os problemas ligados a proteção do ecossistema amazônico. Foram cometidos equívocos na ocupação da região. Enquanto não for

³⁰ Para uma discussão mais aprofundada sobre as referidas instituições e políticas governamentais para a Amazônia ver: Oliveira (1983); Oliveira (1988) e Pandolfo (1994).

reformulada a política de ocupação e desenvolvimento da Amazônia, maiores dificuldades se oporão ao acesso do Brasil a fontes externas de funcionamento, assim como o fantasma da soberania compartilhada continuará presente nas preocupações de alguns setores do governo brasileiro.

É neste contexto que, a partir principalmente da década de 1980, as UC's se apresentam como um dos instrumentos capazes de minimizar o processo de degradação ambiental na Amazônia. Segundo Pinto (2000, p. 58), nesse momento:

[...] os recursos naturais da Amazônia passam a ser vistos como patrimônio da humanidade e na fase de euforia da preservação ambiental – década de oitenta – [...], foram instituídas várias unidades de conservação.

Na Amazônia, como no Brasil e no mundo, o processo de criação das UC's, num primeiro momento, não estava compatível com uma relação sociedade-natureza integrada. Ao contrário, Simonian (2000) ressalta que tais processos de criação de UC's na Amazônia, geralmente, estavam pautados por decisões de políticas públicas de Estado que, em muitos casos, não atendiam critérios científicos, desconsideravam as populações tradicionais aí existentes e eram autoritárias. Neste sentido, Simonian (2000) cita os exemplos dos Parques Nacionais de Monte Roraima; Pakaás Novos; Reserva Biológica do Guaporé e da Floresta Nacional do Tapajós. Por outro lado, esta autora como Quaresma (1998) e Pinto (2000), reconhecem, de forma crítica, que está havendo certas mudanças e até mesmo avanços no âmbito formal-legal de como o Estado brasileiro vem conduzindo a criação e implantação de UC's quer seja em nível federal, estadual ou municipal. Mas, ainda há muito que fazer:

Em um momento em que se busca novas formas de gestão e formas de diálogo entre os diversos atores sociais o planejamento de UC's, as diretrizes e as políticas ambientais, carecem ser debatidas articuladamente entre Estado, Sociedade Civil e Empresas Privadas com intuito de se integrar esforços para o êxito das mesmas, através da intercomunicação dos diversos saberes, na busca das soluções destes problemas (QUARESMA, 1998, p. 16).

É só através de visões como esta que se poderá buscar avaliar os erros cometidos nas implantações das UC's existentes, criar novas UC's tendo por base novas diretrizes e ideários como, por exemplo, um processo conduzido de forma democrática com participação de todos os envolvidos e, assim, fazer das UC's mais um instrumento positivo que articule a relação sociedade-natureza a partir de ações que viabilizem uma melhor qualidade de vida para quem nelas habita hoje, levando em consideração o uso sustentável dos recursos existentes com o intuito de conservar para quem virá habitá-la futuramente.

Atualmente, no que diz respeito às UC's federais na Amazônia Legal, estas ocupam uma área aproximada de 51.797.954,43 hectares sem as Reservas Particulares do Patrimônio Natural, como se demonstra no quadro abaixo:

QUADRO 02: UC's Federais na Amazônia Legal por Categorias e Tipos de Uso

CATEGORIA	TIPO DE USO	ÁREA DAS UC'S (ha)*	%**
Estação Ecológica	PI	6.654.919,39	1,32
Parque Nacional	PI	14.076.048,24	2,79
Reserva Biológica	PI	3.596.256,09	0,71
Subtotal		24.327.223,72	4,82
Floresta Nacional	US	19.111.549,03	3,79
Reserva Extrativista	US	7.910.428,25	1,57
Área de Proteção Ambiental	US	365.006,30	0,07
Área de Relevante Interesse Ecológico	US	19.012,13	0,00
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	US	64.735,00	0,00
Subtotal		27.470.730,71	5,43
Total		51.797.954,43	10,25

*As sobreposições entre as UC's foram processadas incluindo-as na categoria de maior restrição.

** Porcentual relativo à área continental da Amazônia Legal que é 503.735.569,94 hectares. Baseia-se na malha municipal digital do Brasil de 1996, fornecida pelo IBGE.

Fonte: IBAMA, 2005.

Em se tratando de Amazônia Legal, pode-se perceber que, em termos de área ocupada, as UC's do tipo US, ocupam a maior área, 27.470.730,71 hectares, tendo como destaque a categoria Floresta Nacional, 19.111.549,03 hectares. No tipo PI, a categoria de UC que se destaca, em termos de maior área ocupada da Amazônia Legal, ainda são os Parques Nacionais, 14.076.048,24 hectares.

Em termos estaduais, no Pará, que é o Estado em que se localiza a APA – Alter do Chão, existem cerca de 37 UC's federais distribuídas pelos seus tipos e categorias. O quadro abaixo apresenta as UC's do Estado do Pará.

QUADRO 03: UC's Federais no Estado do Pará por Categorias e Tipos de Uso

CATEGORIA	TIPO DE USO	N.	ÁREAS DAS UC'S (ha)
Estação Ecológica	PI	02	3.852.087,46
Parque Nacional	PI	02	2.339.045,56
Reserva Biológica	PI	03	852.908,37
Subtotal		07	7.044.041,39
Floresta Nacional	US	10	3.616.828,70
Reserva Extrativista	US	15	3.214.273,73
Área de Proteção Ambiental	US	01	20.637,13
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	US	01	64.735,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	US	03	-
Subtotal		30	6.916.474,56
Total		37	13.960.515,95

Fonte: IBAMA, 2005.

Pelos dados acima, percebe-se que o maior número de UC's federais do Estado do Pará é de US, 30 unidades, onde se destacam as Reservas Extrativistas, 15 unidades. Nas UC's federais, do tipo PI, devido ao seu número pequeno, não há nenhum destaque expressivo, sendo que as Reservas Biológicas são as categorias de maior número, 03 no total. Isto nos demonstra que, em se tratando de UC no Estado do Pará, fica evidente ao compararmos com o número de UC's existentes no resto do país e na Amazônia Legal, que este Estado ainda possui um número inexpressivo de UC's criadas em nível federal, o que pode ser reflexo do processo de ocupação escolhido dentro deste Estado que segue, de forma intensiva, o modelo de ocupação da Amazônia até os dias atuais. Segundo Pinto (2000, p. 60-61):

[...] as áreas protegidas do Pará padecem de dificuldades que são inerentes a todas as UC's criadas no País. Dentre elas tem-se recursos financeiros insuficientes; os funcionários disponíveis não atendem a demanda das UC's e estão muitas vezes, desqualificados para exercer funções; falta de material e equipamentos; e a inexistência de regularização fundiária na maioria das UC's. Porém, o problema que mais tem chamado à atenção dos estudiosos é a falta de demarcação das UC's, fruto do planejamento institucional sem aplicabilidade fora dos papéis da burocracia estatal. Principalmente esta situação deixa estas unidades vulneráveis a qualquer tipo de agressão: invasões, desmatamentos, etc.

Essa realidade prática da UC leva a se questionar até que ponto estas podem ser realmente viáveis como instrumentos de gestão que primem pela qualidade de vida e conservação da natureza. Deve-se considerar, no entanto, que a UC enquanto política pública vem, ao longo dos anos, sofrendo adaptações em seus aspectos conceituais, ideológicos, legais e práticos. Adaptações essas que vêm buscando, com os equívocos do passado, imputar novos rumos para as questões ambientais e seus instrumentos. Isto ocorre quer no âmbito internacional, quer no âmbito nacional como já foi enfatizado aqui. E, o que se espera é que tais adaptações também começem a ter seus reflexos no âmbito regional e mais especificamente, no Estado do Pará, que pelos dados demonstrados no **QUADRO 03** ainda não é prioridade do governo federal no que tange a criação de UC's, o que é um tanto questionável, pois o Pará, dentro da Amazônia Legal e região Norte, é o segundo Estado em área (1.247.702 Km²) e o primeiro em termos populacionais (6.192.307 habitantes) (IBGE, 2005), nos levando a pensar que as UC's enquanto estratégias de políticas públicas ambientais estão muito longe de se efetivarem quanto prioridade.

Ainda sobre as UC's no estado do Pará, é importante destacar que, na área de estudo deste trabalho, o município de Santarém, tem em suas proximidades, as seguintes UC's³¹: Floresta Nacional do Tapajós, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns e a recém-criada Área de Proteção Ambiental Aramanaí-Pindobal que, juntamente com a APA – Alter do Chão abrangem uma área aproximada de 1.274.775,74 hectares. Em linhas gerais, a Floresta Nacional do Tapajós ou como é conhecida, FLONA – Tapajós, é uma UC federal, criada em fevereiro de 1974, pelo Decreto nº. 73.684, do presidente Médici. Ocupa uma área aproximada de 600.000 hectares, abrangendo os municípios de Belterra, Aveiro, Rurópolis e Placas, no oeste do estado do Pará. É composta por 25 comunidades e mais o município de Aveiro, tendo uma população estimada de 10 mil pessoas aproximadamente (SOARES, 2004).

A Reserva Extrativista do Tapajós-Arapiuns, também conhecida como RESEX Tapajós-Arapiuns, foi criada pelo Decreto s/n de 06 de novembro de 1998, do governo federal, na gestão de Fernando Henrique Cardoso. Ocupa uma área de aproximadamente 647.610,74 hectares, abrangendo os municípios de Santarém, Belterra e Aveiro, também na região oeste do estado do Pará, tendo uma população estimada em 4.000 pessoas aproximadamente (IBAMA, 2005).

A Área de Proteção Ambiental Aramanaí-Pindobal foi criada pela prefeitura municipal de Belterra em 2003, na gestão do prefeito Oti Santos. Possui uma área estimada de 10.985 hectares e encontra-se em fase de implantação. Sua relevância, neste estudo, é pelo fato de que a mesma, ou pelo menos a área que abrange, sempre foi pensada pelo governo municipal de Santarém e por Alter do Chão como uma extensão da APA – Alter do Chão, haja vista estar aí as nascentes do Lago Verde que se localiza na vila de Alter do Chão e é um importante atrativo natural do local como se verá a seguir.

A importância de se estar citando essas outras UC's localizadas próximas a APA – Alter do Chão é para demonstrar que nesta região existem outras UC's federais e municipais. Segundo Côrte (1997, p.34):

O conjunto dos objetivos preservacionistas e conservacionistas pode ser mais facilmente alcançado através de um sistema de áreas protegidas composta por unidades de diferentes categorias de manejo com objetivos que vão desde a proteção integral dos recursos naturais até a sua utilização racional e implementação do desenvolvimento sustentável.

³¹ Para se manter um padrão estamos referenciando as categorias de UC's consideradas no SNUC. Fora estas, existem outras AP's na região: Reserva Florestal do Palhão (estadual), Bosque Santa Lúcia (particular) e Parque Ecológico do Mapiri (municipal).

Por isso, ao citar as UC's que se encontram nas proximidades da APA – Alter do Chão, mesmo que a maioria delas não esteja localizada no município de Santarém, estas, pela sua proximidade com Alter do Chão, podem vim a compor um sistema de áreas protegidas. Este sistema ajudará, portanto, na priorização da preservação e/ou conservação de um maior número de área possível e representativa do bioma amazônico. Esta forma de pensar demonstra, a relevância natural e cultural da área, que possui mais de uma UC nas suas proximidades. Neste sentido, a APA – Alter do Chão é mais uma UC a compor nesta região uma gama de área que possui as características naturais e culturais necessárias para a conservação, como se verá no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

ALTER DO CHÃO: UM LUGAR PARA CONSERVAR

O problema de salvar o ambiente faz coro com o problema de nossa própria salvação.

(Rémy de Gourmont, apud Brito; Câmara, 1998, p. 49)

2.1 INTRODUÇÃO

Após a discussão feita no **CAPÍTULO I**, onde se buscou traçar um panorama sobre as UC's e seus caminhos, no **CAPÍTULO II** abre-se ‘um parêntese’ para apresentar Alter do Chão. Isto se justifica por que está se levando em consideração este panorama como parte primeira e integrante do entendimento do por que de se criar uma APA nesta região. Vila e parte do Distrito hoje buscam trilhar um caminho que as levem para a conservação de um lugar em que o patrimônio natural e cultural seja conservado em prol das comunidades que ali vivem. Alter do Chão, como se verá, é um pedacinho da história de ocupação estabelecida por toda Amazônia. Da Vila ao Distrito, uma construção de décadas que se consolidou tendo a primeira como núcleo principal e irradiador das bases econômicas, sociais e políticas do local. Este fato, por si só, justifica a atenção, preocupação e reconhecimento das demais comunidades do distrito, que se situam em uma região denominada de Eixo Forte, em querer conservar seu bem maior: as belezas naturais que se encontram dentro e no entorno da vila de Alter do Chão. Belezas naturais que hoje se constituem a base sócio-econômica da maior parte do distrito com o advento do turismo que, para o município de Santarém do Pará, onde Alter do Chão está localizada, se constitui como sua segunda base econômica, tendo a vila de Alter do Chão como principal produto turístico. É evidente, então, que Alter do Chão, vila e distrito, são lugares para se conservar por várias gerações, pois deles dependem a sobrevivência e o desenvolvimento de uma região. Trilhar um caminho que passe pela estratégia política de criação de uma UC foi a escolha feita pelas comunidades da região do Eixo Forte, no distrito de Alter do Chão, e pelo município de Santarém.

Este capítulo contém mais duas sessões. A sessão 2.2, faz uma caracterização local que leva em consideração a história, os principais recursos naturais e culturais, sua organização econômica a partir do turismo, tendo como núcleo central a vila de Alter do Chão. Na sessão 2.3, a apresentação, a partir de um trabalho feito pelo Instituto Sócio-Ambiental – ISAM, órgão ambiental do município de Santarém, de alguns aspectos sócio-econômicos e ambientais da região do Eixo Forte, para que se tenha um panorama da estrutura, organização e das questões que mais afligem as comunidades dessa região no que tange ao meio ambiente e à estratégia de criação de uma UC no local. Com este capítulo, busca-se mostrar as evidências de por que uma parte expressiva do distrito de Alter do Chão deve ser um lugar para conservar não apenas o seu patrimônio natural e cultural, mas também a própria população local. Daí a escolha da sua conservação através de uma UC do tipo Uso Sustentável, categoria APA, para atingir esse objetivo.

2.2 ALTER DO CHÃO E SUA HISTÓRIA DE OCUPAÇÃO

FIGURA 01: Vista Aérea da Vila de Alter do Chão



Foto: Geraldo Ramos, s/d.

A pertinência de se iniciar este capítulo com esta sessão tem como justificativa o fato de que a vila de Alter do Chão é considerada a principal referência para qualquer ação direcionada para o distrito como um todo. O reconhecimento deste fato tem origens históricas, culturais, ambientais, sociais, econômicas e políticas que, de forma geral, será abordado aqui. Não se trata, pois, de se fazer um exaustivo retrospecto histórico, mas, ao contrário, pinçar de alguns dos principais autores da região, o entendimento da importância da vila de Alter do Chão ser referência de todo o processo que hora é um dos motivos de estudo desta dissertação: a criação da APA – Alter do Chão.

2.2.1 A História de um Lugar

Alter do Chão está localizada numa região comumente conhecida, desde a sua descoberta pelos portugueses, de região do Tapajós, uma alusão ao rio de águas claras e

límpidas que banha os municípios de Santarém e Belterra no Estado do Pará. Em seus primórdios, a região do Tapajós era habitada pela nação ‘Tapuiuçu’ que, segundo Santos (1999) era uma grande nação, composta por várias tribos indígenas. Uma dessas tribos era a tribo dos índios Boraris, os habitantes de Alter do Chão quando os portugueses aí estiveram. Os autores Santos (1999), Fonseca (1996) e Reis (1979), registram 1542 como o ano do primeiro contato entre os brancos e índios dessa região, em que “[...] se relata que Francisco de Orellana saqueou as plantações de roça e milho dos índios” (FONSECA, 1996, p. 16).

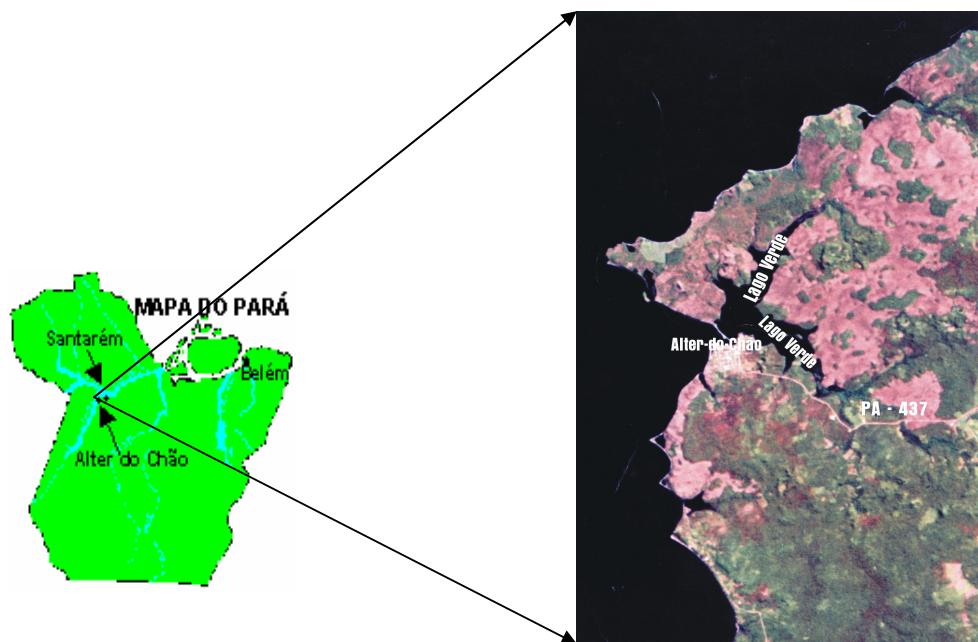
Após esse primeiro contato, o próximo registro de expedições foi em 1626 com o capitão português Pedro Teixeira que “[...] é, incontestavelmente, o descobridor do Rio Tapajós [...]” (SANTOS, 1999, p. 29). E, este desbravador veio com a missão denominada ‘Tropas de Resgate’, “[...] cujo objetivo era comprar silvícolas, prisioneiros de guerra de outras tribos, para depois escravizá-los” (FONSECA, 1996, p. 16). Os relatos dessa época são riquíssimos e podem ser encontrados nos autores citados e em outros autores que estudam a Amazônia e, mais especificamente, a região do Tapajós, Baixo Amazonas ou Oeste do Pará.

Alter do Chão foi elevada à categoria de vila mesmo antes do município de Santarém - o município mais importante da região. Como antiga aldeia Borari e “[...] ao tempo dos jesuítas chamada de Missão de Nossa Senhora da Purificação” (FONSECA, 1996, p. 1994), foi elevada à categoria de vila em 06 de março de 1758, pelo então governador da Província do Grão Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado, “[...] cumprindo determinação de seu irmão o Marquês de Pombal, Ministro do Rei de Portugal D. José I” (FONSECA, 1996, p. 194). Foi Mendonça Furtado que deu o nome de Alter do Chão à mais nova vila criada à época, seguindo o seu ritual de denominar as vilas criadas nessa região com nomes de cidades portuguesas como forma de homenagear a Corte Portuguesa e marcar o território como uma extensão de Portugal.

Da criação da vila de Alter do Chão à sua elevação a distrito, passaram-se exatos cento e noventa anos. O distrito de Alter do Chão é um dos cinco distritos³² que compõem o município de Santarém. Criado pela lei estadual nº. 158, de 31 de dezembro de 1948, o distrito de Alter do Chão limita-se ao norte com o distrito de Curuaí e o Rio Amazonas, ao sul com o município de Belterra e distrito de Boim, a leste com o distrito de Santarém e, a oeste, com o município de Juruti. As **FIGURAS 02 e 03**, abaixo, mostram a localização da vila de Alter do Chão no Estado do Pará e o distrito e seus limites, respectivamente.

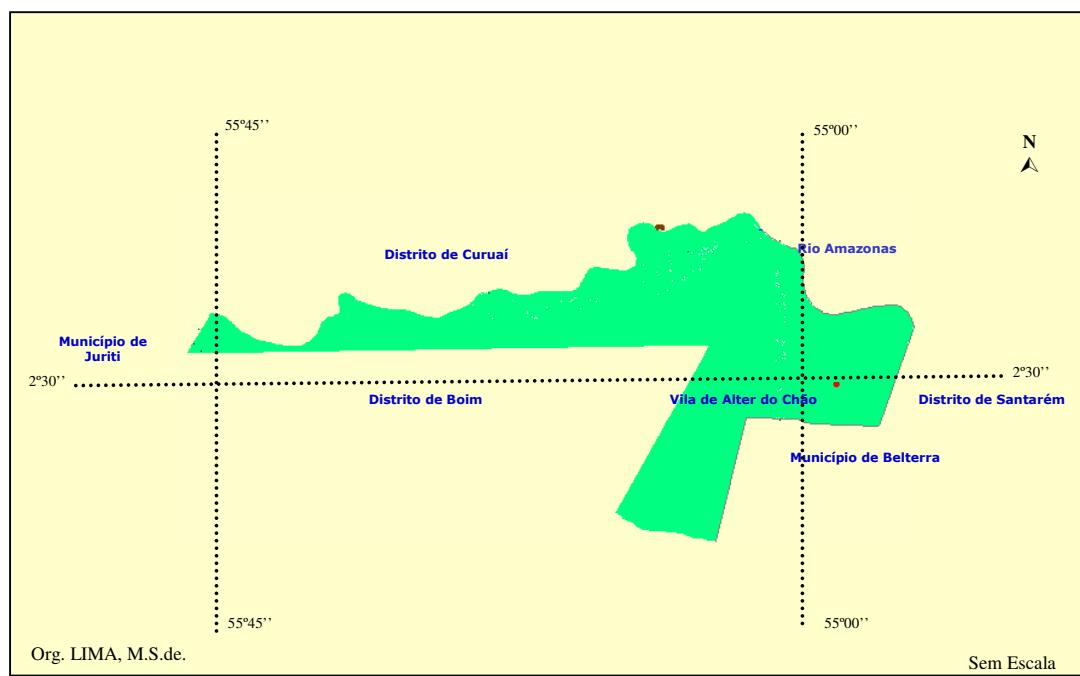
³² Além de Alter do Chão, os outros distritos do município são: Santarém, Mojuí dos Campos, Curuaí e Boim (COELHO, 1998).

FIGURA 02: Localização da Vila de Alter do Chão no Estado do Pará



Fonte: Santos et al, 1999.

FIGURA 03: Distrito de Alter do Chão e seus limites



Fonte: COELHO, 1998 (modificado)

O referido distrito ocupa uma superfície de 1.706 Km², cerca de 7% da área total de Santarém que é 24.154 Km², aproximadamente (COELHO, 1998; SANTOS, *et al*, 1999). A vila de Alter do Chão pode ser considerada como a principal comunidade do distrito, seus aspectos históricos, econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais a deixa numa situação de relevante destaque em relação às demais comunidades que compõem tal distrito. Reconhecida como o centro urbano mais adiantado do distrito de Alter do Chão, cabe aqui, fazer sua breve caracterização, para que assim se perceba, dentre outras coisas, a importância que tem dentro do processo de criação da APA – Alter do Chão.

A vila de Alter do Chão situa-se à margem direita do rio Tapajós, em seu baixo curso, na confluência deste com o Lago Verde. Possui uma área aproximada de 80 hectares. Está distante de Santarém cerca de 30 km, tendo a rodovia PA – 457 e o rio Tapajós seus principais meios de acesso³³. Segundo o ISAM (2005), na vila de Alter do Chão, vivem aproximadamente 400 famílias que perfazem um número aproximado de 2.500 pessoas, o que faz dela a comunidade com o maior número de habitantes, se comparada com o restante das comunidades que compõem a região do Eixo Forte³⁴, o que pode ser visto no **ANEXO B**.

Em termos gerais, a vila de Alter do Chão possui uma infra-estrutura básica. A comparar com as demais comunidades do distrito, pode-se dizer que é a mais desenvolvida, em termos de urbanização, possuindo posto médico com atendimento de emergência e assistência ambulatorial básica, educação com escolas de ensino fundamental e médio, posto de serviço da Empresa de Correios e Telégrafos – ECT, serviço telefonia operacionalizado pela TELEMAR S/A e por empresas que prestam serviços de telefonia individual como a Amazônia Celular. Após a conclusão do Projeto Tramoeste, em 1999, Alter do Chão passou a ter um abastecimento de energia elétrica regular, via Santarém, e disponibilizada pelo Grupo REDE/CELPA. Seu principal problema estrutural encontra-se no saneamento básico. Ainda muito deficitário, a Vila não possui rede de abastecimento de água (há apenas um poço tubular público), rede de esgoto e nem uma coleta adequada de resíduos sólidos que é realizada pela Secretaria de Infra-Estrutura - SEMINF do município de Santarém. Por fim, mas não menos importante, a Segurança Pública da vila de Alter do Chão, é da responsabilidade das polícias Civil e Militar (SANTOS, *et al*, 1999).

³³ Segundo Santos, *et al* (1999, p. 02): “O acesso a Alter do Chão, partindo de Santarém, pode ser efetuado por vias terrestre ou fluvial. No primeiro caso é utilizada a rodovia Pa-457, que apresenta excelentes condições de tráfego, durante o ano inteiro; a rodovia é totalmente pavimentada e sinalizada, e o percurso Santarém – Alter do Chão, com cerca de 32 km, pode ser efetuado num tempo médio de 25 minutos. O acesso fluvial, partindo do porto de Santarém, através do rio Tapajós, tem cerca de 35 km e pode ser efetuado num tempo médio de 2 horas, por meio de embarcações de pequeno e médio portes, tipo barco-motor”.

³⁴ Eixo Forte é a denominação dada para a região do distrito de Alter do Chão que está localizada na margem direita do rio Tapajós e será motivo de descrição da próxima sessão deste capítulo.

Por este panorama geral, percebe-se que a vila de Alter do Chão, em termos de infra-estrutura, se compararmos com outras comunidades do município, têm o básico, à exceção da parte de saneamento, considerado como motivo de preocupação para os moradores, pois com o advento do turismo³⁵, há uma expansão acelerada, em termos populacionais, que não está sendo acompanhada pelas ações do governo municipal para aquela região. Um dilema característico da região Norte e, mais especificamente do município de Santarém, que ainda requer planos ‘executáveis’ para o desenvolvimento de sua infra-estrutura básica. Isso se torna, por um lado, uma demanda para que ocorra elevação do bem-estar e da qualidade de vida da população santarena como um todo e, por outro, uma necessidade primária para um município que considera o turismo como a segunda prioridade para o seu desenvolvimento, já que a primeira é a agricultura.

2.2.2 As Formas Naturais de um ‘Paraíso’

Ao pensar na vila de Alter do Chão, que já foi chamada de ‘Caribe da Amazônia’³⁶, o principal destaque é dado para seu patrimônio natural. Com o clima tropical quente e úmido característico das regiões da Amazônia, um dos recursos mais apreciados, enquanto beleza e atrativo natural é o rio Tapajós que, em frente da vila, apresenta uma largura de 15 km, que se transformam em belas praias de água doce, principalmente nos meses de agosto a novembro (período do verão na região). Segundo Santos, *et al* (1999, p. 06):

A Vila situa-se em uma pequena enseada, na confluência do rio Tapajós com o Lago Verde (ou Lago dos Muiraquitãs). A separação entre esses dois acidentes geográficos é efetuada através de uma “barra fluvial”, de direção noroeste-sudeste, emersa durante o verão e submersa durante o período das cheias (janeiro a julho). Quando totalmente exposta [...], a “barra” atinge 1 km de comprimento e apresenta-se cercada por belas praias recebendo a denominação de “ilha”, pela qual é conhecida na região.

A ilha acima citada e, apresentada na **FIGURA 04**, é conhecida como ‘Ilha do Amor’. O Lago Verde é constituído por dois cursos de água convergentes que ao se interceptarem, em frente da vila de Alter do Chão, formam um só corpo de água em forma de V. Sua superfície, incluindo os dois segmentos que o compõem, é aproximadamente de 587 hectares, como se percebe na imagem de satélite apresentada na **FIGURA 05**. Tanto na seca como na cheia do rio Tapajós, o Lago Verde constitui-se no mais belo atrativo natural de Alter do Chão. Isto

³⁵ Uma discussão sobre o turismo será feita no próximo capítulo por este ser considerado a terceira justificativa da criação da APA – Alter do Chão. Por hora, estaremos falando desta atividade apenas para descrever sua ocorrência na vila de Alter do Chão.

³⁶ Este termo foi usado numa das campanhas de divulgação do local pelo órgão de turismo municipal de Santarém, na década de 1990.

porque, quer seja as praias de verão, ou as áreas de igapó³⁷, no período das cheias (período de inverno na região), o mesmo possibilita para quem dele usufrui uma belíssima paisagem que acabou se tornando o principal produto turístico local (SANTOS, *et al*, 1999).

FIGURA 04: Vista da Ilha do Amor separando o Lago Verde (D) do rio Tapajós (E)



Fonte: Foto Society, apud Santos, et al, 1999.

FIGURA 05: Vista Geral da Vila de Alter do Chão através de Imagem LANDSAT WRS 227/062



Fonte: Santos, et al, 1999.

Em termos geomorfológicos, são identificados a Planície Fluvial e o Planalto Rebaixado da Amazônia. Da Planície Fluvial se destacam os aluviões do rio Tapajós por serem depósitos arenosos formadores das praias e/ou barras fluviais. Do Planalto Rebaixado o destaque são para duas paisagens: uma em forma de platô, com diferentes níveis topográficos, situados entre altitudes médias de 80 a 100 metros, e que podem ser exemplificados pela serra Piroca ou morro Alter do Chão, **FIGURA 06**, além dos morros do Mingote, Esfria e Carauari,

³⁷ Segundo Ribeiro (1992, p. 34): “Os terrenos que margeiam os rios de água preta, também inundáveis na época da enchente, são chamados igapós. Caracterizam-se pela baixa fertilidade, menor incidência de insetos hematófagos e pouca produtividade do ponto de vista da fauna aquática, não obstante a grande variedade de espécies”.

todos localizados próximos a Vila. A outra paisagem do Planalto Rebaixado, topograficamente mais baixa, formada a partir da erosão dos platôs, são as savanas³⁸. A geologia da Vila tem por base os clásticos da Formação Alter do Chão³⁹, **FIGURA 07**, de idade Cretáceo Superior/Terciário e, além dessa formação, há também os aluviões quaternários que acabam por formar contínuas faixas de praias durante o verão que ficam submersas no inverno (SANTOS, *et al*, 1999).

FIGURA 06: Serra Piroca ou Morro Alter do Chão



Foto: Dickson Lima, 1999.

Disponível em: <http://www.supridad.com.br/assinantes/pirarara/111.html>. Acesso em: Maio/2005.

FIGURA 07: Barranco do Rio Tapajós, expondo Arenitos da Formação Alter do Chão



Fonte: Acervo SEMTUR, *apud* Santos, *et al*, 1999.

³⁸ As savanas são vegetações tropicais secas caracterizadas por arbustos rasteiros e árvores esparsas (IBGE, 2005). Estas serão abordadas, no que diz respeito a sua presença em Alter do Chão, no próximo capítulo devido serem consideradas uma das justificativas para a criação da APA – Alter do Chão.

³⁹ A Formação Alter do Chão por ser uma das justificativas da criação da APA Alter do Chão, também será abordada com maiores detalhes no próximo capítulo.

Das questões geológicas para o solo, podemos dizer com base em Oliveira Júnior, *et al* (1999) que na vila de Alter do Chão e seu entorno tem-se o Latossolo Amarelo e as Areias Quartzosas, produto de alteração das rochas da Formação Alter do Chão. Para Albernaz, *et al* (1999), este solo é arenoso, com quantidade de nutrientes mínima e elevada concentração de alumínio o que faz com que o mesmo tenha baixa fertilidade e, por isso, pouco propício para as atividades agrícolas. A vegetação, nesta área, é composta por: savanas (norte do lago Verde), florestas abertas com palmeiras (sul da vila de Alter do Chão) e áreas de igapó, campinaranas⁴⁰, e vegetações secundárias que se localizam no entorno da vila de Alter do Chão (SANTOS, *et al*, 1999; ALBERNAZ, *et al*, 1999). A fauna local, tanto aquática como terrestre, também se constitui num importante e exuberante atrativo natural, com espécies de animais, aves, peixes, dentre outros, diversificados, complementando a belíssima paisagem natural da vila de Alter do Chão e entorno⁴¹.

2.2.3 Sua Cultura

A cultura local é um atrativo a mais da vila de Alter do Chão. Intensamente baseada nos conhecimentos e costumes indígenas, ribeirinhos e caboclos amazônicos, esta se apresenta através de ritos religiosos, manifestações folclóricas, artesanato e comidas típicas a base de frutos, peixes e mandioca. O respeito a esta cultura local, por parte da comunidade se manifesta pela sua preocupação em repassá-la e mantê-la por gerações. Esse tipo de escolha fez com que, aliada ao seu patrimônio natural, que tem seu ponto forte, as belas praias, vegetação e fauna, a cultura local se tornasse mais um produto turístico, beneficiando economicamente a vila de Alter do Chão e seu entorno.

A partir de estudos como o de Santos, *et al* (1999) e o Inventário da Oferta e Infra-Estrutura Turística de Santarém, realizado pela Secretaria Municipal de Turismo e Integração Regional - SEMTUR (2005), as expressões culturais da vila de Alter do Chão que mais se destacam como produtos turísticos, são:

⁴⁰ Termo regionalista brasileiro, típico da Floresta Amazônica. É sinônimo de campina, que também significa na linguagem dos indígenas, falsos campos (IBAMA, 2005).

⁴¹ Para uma descrição mais detalhada da fauna local, ver: Albernaz, *et al* (1999).

- **Festa de Nossa Senhora da Saúde:**

FIGURA 08: Igreja Nossa Senhora da Saúde, Vila de Alter do Chão



Foto: Dickson Lima, 1999.

Disponível em: <http://www.supridad.com.br/assinantes/pirarara/103.html>. Acesso em: Maio/2005.

Nossa Senhora da Saúde é a padroeira da vila de Alter do Chão. Sua festa acontece na última semana de dezembro. Tal festividade: “[...] começa na véspera do Círio, quando acontece a transladação da Imagem da Santa, para a comunidade de Caranazal; daí a romaria sai na manhã seguinte, para a Vila, até a igreja de Nossa Senhora da Saúde, na qual é celebrada a Santa Missa” (SANTOS, *et al*, 1999, p. 18) e só termina no dia 6 de janeiro com festas, arraial e fogos de artifício, atividades bastante prestigiadas pela população local e regional.

- **Festa do Çairé:**

Figura 09: A Representação da Procissão do Çairé pela Agremiação Boto Cor-de-Rosa



Fonte: Disponível em: <http://www.botecorderosa.com.br/art/artshw.php?artid=10>. Acesso em: janeiro/2006.

A Festa do Çairé é o mais tradicional evento cultural da vila de Alter do Chão e do município de Santarém. Segundo Rabelo (2005, p. 29):

Em documento descoberto em 1797, atribuído ao padre João Daniel, o Çairé é descrito como uma dança de meninos e meninas que bailavam em fileiras sem mistura de sexos. Ao mesmo tempo em que era uma dança, o Çairé também era um estandarte enfeitado com flores e algodão. Sua forma variava de acordo com a missão religiosa, em cerimônias que envolviam cantigas devotas semelhantes a uma procissão. Cantava-se para os santos e juízes da festa.

Como descrito acima, a Festa do Çairé surgiu com as missões jesuítas, passando por transformações ao longo do tempo, acabando por originar uma mistura de ritos religiosos e profanos. Essas transformações reforçaram suas características populares e profanas aos olhos da Igreja, ocasionando em 1943, a proibição da Festa pela igreja católica – Prelazia de Santarém. Passaram-se trinta anos e, em 1973, os moradores da vila de Alter do Chão se organizaram e reativaram a Festa do Çairé, que ocorria sempre na segunda semana de julho. Segundo SEMTUR (2005, p. 54), a Festa do Çairé:

[...] é uma mistura de elementos religiosos e profanos. Começa com os participantes levantando os mastros enfeitados e prossegue com outras atrações. A programação inclui ainda procissão, ladinhas, torneios esportivos e exibição de diversas manifestações folclóricas. No quinto e último dia acontece a varrição da festa, seguindo da derrubada dos mastros e da cecuiara (almoço de confraternização, servido a base de pratos típicos da cozinha santarena). A programação termina a noite com a festa dos barraqueiros.

Essa programação dura cinco dias e tem como principal elemento o símbolo do Çairé⁴², **FIGURA 10** e **FIGURA 11**, um semicírculo de madeira, que contém o relato bíblico do dilúvio. Em 1997, como forma de incrementar ainda mais esta festa, com intuito de transformá-la no principal atrativo turístico cultural da região, o governo transferiu-a para o mês de setembro, como uma estratégia de aliar este atrativo com os atrativos naturais (praias); mudou a grafia da palavra Çairé, que antes era escrita com S⁴³; construiu a Praça do Çairé, um espaço para que ocorram as manifestações folclóricas, religiosas e festivas (shows musicais); e ainda incentivou o surgimento do que comumente se convencionou chamar de Disputa dos Botos.

⁴² Segundo SEMTUR (2005, p. 55), o símbolo do Çairé pode ser assim descrito: “[...] o grande arco representa a arca de Noé; os espelhos a luz do dia, os doces e as frutas, a abundância de alimentos existentes na arca; o algodão e o tamborim, a espuma e o ruído das ondas durante os quarenta dias do dilúvio. Os três semicírculos simbolizam a Santíssima Trindade e as três cruzes o calvário, com Jesus Cristo crucificado entre os ladrões”.

⁴³ Esta mudança foi baseada em estudos históricos antigos, como a Grande Encyclopédia da Amazônia, de Carlos Roque, que registra Çairé com cedilha por respeitar e resgatar a terminologia indígena. Contudo, hoje frente a uma determinação da gestão municipal atual, voltou-se a escrever Çairé com S, mas em respeito a terminologia indígena e a vários historiadores e pesquisadores, manterei neste trabalho Çairé com cedilha.

FIGURA 10: Símbolo do Çairé

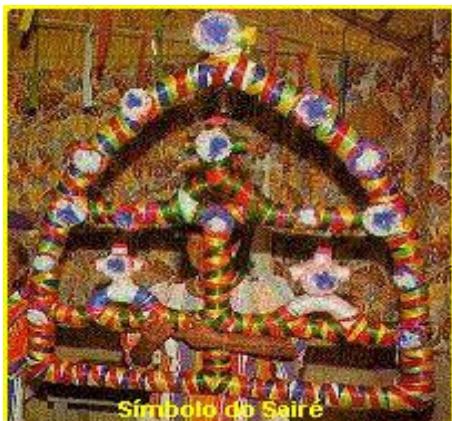


Foto: Dickson Lima

Disponível em: http://www.supridad.com.br/assinantes/pirarara/doc_007p.html. Acesso em: Maio/2005.

FIGURA 11: Procissão do Çairé



Fonte: Acervo SEMTUR, apud Santos, et al, 1999.

A disputa dos Botos, como é vista atualmente, iniciou em 1998 e se configura numa manifestação folclórica inspirada a partir da lenda do Boto. A lenda do Boto é uma lenda típica da região amazônica que conta a façanha do boto em noites de lua cheia se transforma em um homem vestido de branco e com chapéu que vem à terra seduzir índias e caboclas da região, tendo como ato final, engravidá-las. Daí a designação de *filhos do boto* para as crianças ribeirinhas que os pais não assumem. A disputa se dá entre o Boto Tucuxi e o Boto Cor-de-rosa. Transformadas em agremiações folclóricas, trabalham durante todo o ano para que no período do Çairé, concorram entre si pelo título de melhor agremiação. Surge, assim, uma nova tradição que evolui aceleradamente, para que a cada ano encante a Vila, Santarém e os turistas que vêm prestigiar tal evento, agitando a vila e toda a região oeste do Pará.

FIGURA 12: Dança do Boto



Fonte: Disponível em: <http://www.viamazonica.com/viatour/altersec.php>. Acesso em: Fevereiro/2006.

FIGURA 13: Dança da Sedução do Boto Homem



Fonte: Disponível em: <http://www.viamazonica.com/viatour/altersec.php>. Acesso em: Fevereiro/2006.

FIGURA 14: Dança do Pajé



Fonte: Disponível em: <http://www.viamazonica.com/viatour/altersec.php>. Acesso em: Fevereiro/2006.

De 1997 até os dias atuais, a Festa do Çairé só tende a crescer e já é considerada um produto turístico municipal, estadual, divulgado em nível nacional e internacional. Nos meses que antecede a Festa e no período em que ela acontece, movimenta a comunidade e o centro urbano de Santarém em termos de geração de renda e emprego, aquecendo o mercado, principalmente os setores atrelados ao comércio, serviços relacionados ao *trade* turístico (agências de turismo, pousadas, hotéis, restaurantes, etc.) e a infra-estrutura local que, no período da Festa, necessita ser ampliada. Isto, como era esperado por seus organizadores e principais incentivadores – a população da vila e o poder público municipal – deu um novo fôlego econômico à Vila e ao distrito como um todo.

A Festa do Çairé é um evento que, devido ao seu crescimento ano a ano, necessita ser pensada com cautela e planejamento, pois demanda de uma infra-estrutura que vai além da disponível na vila e até mesmo em Santarém. A falta de planejamento e infra-estrutura adequada no que tange à recepção dos turistas, que vêm prestigiar a Festa, acabam gerando transtornos de ordem infra-estruturais que ocasionam, dentre outras coisas, problemas

ambientais relacionados principalmente à poluição da água e da vila (alta concentração de resíduos sólidos), dentre outros. Esta realidade preocupa a comunidade que reconhece a importância da Festa, mas, admite que seja preciso rever algumas ações que acabam pondo em risco o meio ambiente local. Questões como estas aumentam ainda mais a relevância da criação e efetivação da APA – Alter do Chão para que esta seja um instrumento efetivo, dentre outros, para ajudar a disciplinar, monitorar e planejar eventos como a Festa do Çairé.

- **Festival Borari**

FIGURA 15: Apresentação Folclórica no Festival Borari



Foto: Acervo SEMTUR, s/d.

O Festival Borari surgiu logo após a mudança da data da Festa do Çairé de julho para setembro. Ocorrendo em julho, “[...] visa resgatar a cultura e o folclore da tribo indígena Borari, seus antigos habitantes. É uma festa que tem duração de três dias onde se apresentam grupos de danças folclóricas, bandas regionais, além das comidas e bebidas típicas [...]” (SEMTUR, 2005, p. 184). É um evento que movimenta as férias de julho, sendo um produto turístico a mais para a geração de emprego e renda local.

- **Outros Eventos**

Eventos menores, com potencial de se transformarem em produtos turísticos começam a despontar como uma referência local. São eles o Alternaval⁴⁴ e o *Reveillon* da vila que, mantendo aspectos culturais e locais, aliados às belezas naturais surgem como mais uma alternativa de produto turístico para a Vila.

⁴⁴ Manifestação popular que acontece no período carnavalesco. Trata-se de uma brincadeira na qual se criam blocos ao estilo dos antigos carnavais de rua (SEMTUR, 2005).

Vale destacar que, assim como foi dito da ocorrência de problemas ambientais na Festa do Çairé, esses outros eventos citados não estão passivos de não ocasionarem tais problemas. Como eventos dessa magnitude, que acarretam aumento de fluxo de pessoas o local, é preciso que comunidade e governo municipal estejam atentos e preparados para minimizar tais problemas, através de planejamento e ações políticas que busquem investimentos para a infra-estrutura e educação que sejam capazes de melhorar a qualidade de vida local e dos visitantes que buscam em Alter do Chão um pedaço da Amazônia.

Temos consciência da dubiedade do que vai aqui ser dito, mas o diferencial de Alter do Chão está no grau de participação e interesse da comunidade em fazer valer suas expectativas e prerrogativas de qualidade de vida com responsabilidade e salubridade. Seria mesmo possível dizer, como exemplo, que sem o Lago Verde não haveria do que se viver ali. É menos algo, digamos, xenofóbico do que de meio de sobrevivência.

Outros dois aspectos culturais que ajudam a incrementar os eventos e a beleza natural são o artesanato e a gastronomia típicos do local. O artesanato tem por base produtos extraídos da natureza como: flores, frutos, troncos, raízes, sementes, barro, cordas, etc., que são transformados com muita criatividade em todo tipo de peças artesanais e utilitárias como: ventarolas, abajur, cinzeiro, vasos, bolsas, cestos, etc., que com detalhes que retratam o dia-a-dia local, acabam se diferenciando e chamando atenção dos visitantes. A culinária da vila de Alter do Chão tem como base o peixe, as aves (frangos e patos), os frutos locais (caju, muruci, cupuaçu, jenipapo, araçá, goiaba e açaí) e mandioca (farinha e tucupi). Desses produtos saem pratos típicos como a caldeirada de peixe, o pato no tucupi, o tacacá, os licores e os doces.



Figura 16: Loja para a Venda de Doces e Licores

Fonte: Acervo SEMTUR apud Santos, et al, 1999



FIGURA 17: Lojas de Venda dos Artesanatos na Vila de Alter do Chão. Entre elas, o Barracão de Eventos e Reuniões da Comunidade.

Fonte: Acervo SEMTUR *apud* Santos, *et al*, 1999.



FIGURA 18: Mesas de Frutas Típicas Encontradas em Alter do Chão.

Fonte: Disponível em:
<http://www.beloalter.com.br>
Acesso em: Janeiro/2006



FIGURA 19: Tambaqui no Molho de Tomate - Prato Típico de Alter do Chão.

Fonte: Disponível em:
<http://www.beloalter.com.br>
Acesso em: Janeiro/2006.

2.2.4 A Vila de Alter do Chão e a sua Atividade Turística

Diante do que foi exposto se evidência que a vila de Alter do Chão tem como base econômica a atividade turística que está em franca ascensão. Essa atividade faz com que a vila de Alter do Chão, atualmente, seja considerada uma das mais importantes localidades do município. Sua importância para a economia da região como um produto turístico regional permite que a mesma possa irradiar para as demais comunidades do distrito de Alter do Chão e até mesmo para a cidade de Santarém, as demandas de abastecimento de produtos alimentícios e de serviços em geral que a atividade turística necessita. Essas demandas acabam por movimentar outras atividades econômicas como: a agricultura familiar, o extrativismo, o artesanato e o setor de serviço de uma forma geral, dentro e fora da Vila.

O turismo é o alicerce econômico da vila e, por ele, uma ampliação nos serviços como pousadas, hotéis, restaurantes, lojas de artesanato, barracas na ilha do Amor, agências de turismo foram instaladas na vila de Alter do Chão, transformando-a, segundo Pastana e Salgado (1997, p. 40), no “[...] mais famoso balneário de Santarém e importante pólo turístico de alcance nacional [...]”, o que ajuda a fortalecer a economia local e regional, pois Alter do Chão conta com um número considerável de serviços demandados pelos turistas, como se pode ver no **QUADRO 04**.

QUADRO 04: Quantidade dos Serviços de Atendimento aos Turistas Encontrados na Vila de Alter do Chão

SERVIÇOS	QUANTIDADES DISPONÍVEIS
Agência de Turismo	02
Empresa de Transporte Rodoviário*	01
Hotéis	01
Lojas de Artesanato	07
Pousadas	09
Restaurantes	07

* Esta empresa se situa em Santarém, mas é a responsável pelo translado diário entre Santarém/Alter do Chão.
Fonte: SEMTUR, 2005.

Em se tratando de serviços demandados pelo turismo, pode-se perceber que, considerando o tamanho da vila de Alter do Chão, esta dispõe minimamente destes para atender os turistas. É claro que esta, por ter uma proximidade com a área urbana do município de Santarém, ainda pode contar com os serviços que aí podem ser encontrados⁴⁵. O cuidado,

⁴⁵ O Inventário da Oferta e Infra-Estrutura Turística de Santarém (SEMTUR, 2005) dispõe de forma descritiva os serviços disponíveis tanto em Santarém como em Alter do Chão, chegando a qualificá-los e indicar as principais informações no que se refere a oferta de cada um desses serviços.

portanto, se pensarmos apenas na vila de Alter do Chão, é estar atento para a capacidade de carga do local. Isto faz com que o crescimento do turismo na vila e em seu entorno, seja motivo de preocupação dos habitantes do distrito de Alter do Chão que reconhecem nesta atividade sua base econômica, ao mesmo tempo em que identificam nos recursos naturais e culturais locais o seu alicerce. Com este reconhecimento, têm consciência de que é preciso preservar algumas áreas e conservar outras, pois disso depende a sobrevivência local.

FIGURA 20: Restaurante Alter Nativo na Vila de Alter do Chão



Fonte: Acervo SEMTUR *apud* Santos, *et al*, 1999.

FIGURA 21: Pousada Alter do Chão



Fonte: Acervo SEMTUR *apud* Santos, *et al*, 1999.

FIGURA 22: Blocos de Apartamentos do Belo Alter, Hotel da Vila de Alter do Chão.



Fonte: Disponível em: <http://www.beloalter.com.br> Acesso em: Janeiro/2006.

FIGURA 23: Área do Restaurante do Belo Alter.



Fonte: Disponível em: <http://www.beloalter.com.br> Acesso em: Janeiro/2006.

Por outro lado, a sociedade santarena, reconhecendo o turismo como uma atividade econômica importante, cria através do Institui Esperança de Ensino Superior – IESPES, o primeiro curso de turismo da região Oeste do Pará, em 2001. O curso de turismo é citado aqui como um exemplo de que tal atividade está sendo considerada como uma atividade

promissora para a região que, para se consolidar, dentre outras necessidades, tem a capacitação e qualificação profissional como uma demanda que precisava ser levada em consideração. Contudo, isto não significa que não reconhecemos os problemas, principalmente de ordem política, que tal atividade acarreta. Em se tratando de Santarém, o município reconhece no turismo uma das fontes potenciais para a diversificação de suas atividades econômicas. Mas, na prática, muito pouco vem fazendo para que a atividade turística seja efetivada de fato. Um dos grandes entraves tanto para a atividade como para a própria cidade são os problemas relacionados com a infra-estrutura. Santarém é uma cidade carente de saneamento básico, asfaltamento, transporte eficiente, etc. que causam transtornos para quem aí mora e para os visitantes.

Outro entrave para a atividade turística é a falta de recursos públicos tanto locais quanto de outras esferas governamentais ou não governamentais, nacionais ou internacionais. Ao mesmo tempo em que também em nível estadual e federal, a atividade turística não parece ser prioridade, gerando conflitos entre o que priorizar, uma atividade como turismo ou a expansão agrícola? Por outro lado, as ações direcionadas a implantação da atividade turística da região está sendo viabilizado de forma desordenada e sem planejamento, se sustentando através de ações pontuais e esparsas. Como tais questões apenas permeiam a discussão realizada neste estudo, fica aqui apenas o registro e o reconhecimento desta problemática que aflige toda a região Oeste do Pará e mais especificamente, Alter do Chão.

Dentro desta conjuntura, a vila de Alter do Chão, por ser a área mais visada para o turismo na região e, aonde, de fato, este vem crescendo nos últimos anos, é o ponto de partida da origem da idéia de criação da APA – Alter do Chão que inicia internamente na referida vila. Isto se dá devido a duas preocupações: primeiro, pela população da Vila reconhecer que precisa do seu patrimônio natural e cultural conservado e, segundo, por ver o turismo como uma atividade econômica que precisa ser disciplinada e planejada para que realmente seja a base de sobrevivência de muitas gerações da Vila e de seu entorno. Por isso, a origem da APA – Alter do Chão advir do maior patrimônio do distrito de Alter do Chão que reconhece que a sua conservação vai além das fronteiras da vila, o que faz com que a região do Eixo Forte como um todo queira participar desta APA.

2.3 A REGIÃO DO EIXO FORTE E SEUS ASPECTOS RELEVANTES

Como descrito anteriormente, em nota de rodapé, a região do Eixo Forte faz parte do distrito de Alter do Chão e é composta por dezoito comunidades⁴⁶: Alter do Chão, Caranazal, Cucurunã, Irurama, Jatobá, Juá, Pajuçara, Ponta de Pedras, Ponte Alta, Santa Luzia, Santa Maria, Santa Rosa, São Brás, São Francisco de Carapanari, São Pedro, São Raimundo, São Sebastião e Vila Nova. Estas comunidades que, em sua maioria, encontram-se ao longo da PA – 457 rodovia que as liga à Santarém são importantes por serem próximas da vila de Alter do Chão, que também é parte integrante da região do Eixo Forte. Isto tem relevância para nós por que ao investigarmos o processo de criação da APA – Alter do Chão, que será descrito no **CAPÍTULO III**, percebeu-se que tal processo foi uma demanda que se iniciou na vila de Alter do Chão, mas que logo se disseminou para as demais comunidades do Eixo Forte. A consequência imediata deste fato foi a discussão, nessas comunidades, da necessidade de se criar a APA – Alter do Chão, o que aos poucos foi ganhando a adesão de todas as comunidades do Eixo Forte, a ponto de hoje, todas quererem fazer parte da referida APA. Por isso, a importância de se buscar conhecer um pouquinho dos aspectos relevantes, no que tange a socioeconomia desta região, haja vista ainda hoje serem muito poucos, diríamos quase nada, os estudos referentes a esta área: a região do Eixo Forte.

A descrição dos aspectos relevantes da socioeconomia local da região do Eixo Forte, que será apresentado aqui, tem por base o resultado do “Levantamento Preliminar feito junto às Comunidades do Eixo Forte” (**ANEXO B**). Este levantamento foi realizado pelo ISAM, com o apoio da Associação dos Moradores do Eixo Forte – AMEIFOR⁴⁷, Grupo de Defesa da Amazônia – GDA⁴⁸ e do IBAMA. O período de realização desse levantamento foi de 03 a 20 de maio de 2005, onde foram visitadas das dezoito comunidades, dezesseis. Apenas as comunidades de Cucurunã e São Pedro não deram as informações solicitadas pelo Levantamento. Segundo membro responsável da equipe desse levantamento: “A equipe que foi para lá, foram duas vezes, mas não foi possível reunir as pessoas e, já vai fazer o

⁴⁶ No que se refere ao número de comunidades existentes na região do Eixo Forte, as informações coletadas no ISAM não são consensuais e, por isso, paira uma dúvida se são 17 ou 18 comunidades. Trabalharei com dezoito, respeitando o número de vezes que tais comunidades aparecem nas minhas pesquisas, depoimentos e na Assembléia do Irurama. Mas, fica aqui o reconhecimento de que tal área precisa ser mais bem estudada e mapeada.

⁴⁷ É a Associação que congrega a representação de todas as comunidades da região do Eixo Forte, no distrito de Alter do Chão.

⁴⁸ É uma Organização não Governamental - ONG local, sem fins lucrativos, que atua na região em defesa dos direitos dos povos da Amazônia.

levantamento das comunidades que foram visitadas” (Assembléia do Irurama, 2005, p. 38). Fazer o levantamento somente com as dezesseis comunidades justifica-se por que a equipe do ISAM tinha um prazo de até 20 de junho de 2005, data marcada para a realização da ‘Assembléia de Esclarecimento sobre a APA – Alter do Chão’, na comunidade do Irurama, para apresentar de forma preliminar tais dados como um dos instrumentos que subsidiaria as discussões desta Assembléia, cujo Relatório encontra-se no **ANEXO C**. Esta Assembléia que ficou conhecida como “Assembléia Geral sobre a APA – Alter do Chão” ou Assembléia do Irurama, foi organizada pelo ISAM, com o objetivo de esclarecer as dezoito comunidades sobre o que seria uma APA, quais as implicações positivas e negativas de se criar uma APA, para desta forma, inicia-se de fato a implantação da mesma, haja vista esta ter sido criada, mas não implantada, como será descrito no próximo capítulo.

Para tal Levantamento foram realizadas visitas e, nessas visitas, a equipe se reunia com os membros de cada comunidade, que se dispuseram a responder questões que vão desde dados gerais, infra-estrutura existente, organização comunitária, situação ambiental, situação fundiária até a discussão sobre a APA – Alter do Chão. E, o que será apresentado aqui são os resultados obtidos neste Levantamento por achar relevante, haja vista ser um dos raros levantamentos em que a abordagem é para a região do Eixo Forte e, não somente para a vila de Alter do Chão. Sem esquecer que tais dados são preliminares e foram representados apenas de forma quantitativa e/ou pontual, no documento fornecido pelo órgão responsável⁴⁹. Uma outra questão relevante é que, ao apresentar esse Levantamento, é possível traçar, de forma inicial e geral, a relação dessas comunidades ouvidas com a criação da APA – Alter do Chão, identificando os seus principais aspectos relevantes no que tange a região do Eixo Forte e a APA.

2.3.1 Dados Gerais

Em se tratando dos Dados Gerais contidos no Levantamento do ISAM, o mesmo mostra que existe um total de 1.093 famílias nas dezesseis comunidades visitadas, onde pelas informações o número de pessoas gira em torno de 5.054 aproximadamente. Tal dado não se distancia tanto do Censo Demográfico para o ano de 2000, do IBGE, para o distrito de Alter do Chão como mostra o **QUADRO 05**, e permite deduzirmos que a região do Eixo Forte é a mais habitada do referido Distrito.

⁴⁹ Portanto, as análises que se seguem estão baseadas na exposição da pessoa responsável pelo levantamento na Assembléia do Irurama e de conclusões da autora desta dissertação.

QUADRO 05: População Residente no Distrito de Alter do Chão por Sexo e Zona

SEXO	ZONA RURAL	ZONA URBANA	TOTAL
Homens	2.846	708	3.554
Mulheres	2.519	667	3.186
Total	5.365	1.375	6.740

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

Em se tratando de tempo de fundação, a comunidade mais antiga da região é a vila de Alter do Chão com mais de 344 anos e, a mais nova tem apenas 10 anos de existência que é a comunidade de São Raimundo. As demais comunidades giram em torno de 13 a 150 anos de existência. Perguntados sobre a origem das famílias de cada comunidade visitada, segundo membro do ISAM, responsável por esse levantamento:

No resumo, a maioria disse que são da própria comunidade, mas também teve resposta de pessoas que disseram que vieram do Lago Grande, do Curuaí, do Arapiuns, Água Preta, própria Santarém da cidade, Alenquer, Maranhão, teve até gente do Sul, Santa Catarina, mas é mais recente. Teve gente que disse que era da várzea, do planalto, enfim, e da própria área do Eixo Forte, que se deslocou. Então esse é um pouco o retrato da origem da população dessas comunidades (ASSEMBLEIA DE IRURAMA, 2005, p. 39).

Com este apanhado geral é perceptível que a região do Eixo Forte é uma área povoadas. Sendo assim, uma das justificativas mais fortes para a escolha da categoria de UC, APA. Pois, como foi identificada no capítulo anterior, a APA permite ocupação de sua área, desde que esta seja feita de forma ordenada e disciplinada, evitando possíveis conflitos - como os causados por desapropriação de terras, por exemplo – se fosse um outro tipo qualquer de categoria de UC.

2.3.2 Infra-Estrutura

Em termos de infra-estrutura existente, o levantamento questionou as comunidades ouvidas sobre a existência ou não de postos de saúde, agentes de saúde, energia elétrica, posto telefônico/linha telefônica, transporte coletivo, ensino fundamental (até a 5^a série), ensino fundamental (até a 8^a série), ensino médio, abastecimento de água e pequena produção (agricultura, criação, pesca e artesanato). O resultado segue no **QUADRO 06**:

QUADRO 06: Infra-estrutura Existente

ESTRUTURA NAS COMUNIDADES	QUANT. /COMUNIDADES			
	SIM		NÃO	
	Quant.	%	Quant.	%
Posto de Saúde	02	12	14	87
Agente de Saúde	06	37	10	62
Energia Elétrica	08	50	08	50
Posto Telefônico/Linha Telefônica	03	19	13	81
Transporte Coletivo	10	62	06	37
Ensino Fundamental (até 5ª série)	08	50		
Ensino Fundamental (até 8ª série)	01	06		
Ensino Médio	02	12		
Não tem Escola			05	31
Abastecimento de Água	12	75	04	25
Pequena Produção (agricultura, criação, pesca e artesanato)	16	100		

Fonte: ISAM, 2005

OBS.: Os percentuais acima são obtidos pelo número de comunidades que responderam as questões.

No que tange à infra-estrutura existente nas comunidades pesquisadas da região do Eixo Forte, apresentadas no **QUADRO 06** se percebe que o *ranking* do que as comunidades têm mais acesso fica assim:

QUADRO 07: *Ranking* do Acesso a Infra-estrutura da Região do Eixo Forte

RANKING	INFRA-ESTRUTURA
1º	Abastecimento de Água
2º	Transporte Coletivo
3º	Energia Elétrica e Ensino Fundamental (até 5ª série)
4º	Agente de Saúde
5º	Posto Telefônico/Linha Telefônica
6º	Posto de Saúde e Ensino Médio
7º	Ensino Fundamental (até 8ª série)

Fonte: ISAM, 2005

O item pequena produção atingiu 100% permitindo concluir que tais atividades são cotidianas, como afirma o membro do ISAM responsável por este Levantamento, “[...] todas elas vivem da pequena produção, da agricultura de subsistência, da criação, da pesca, e que desenvolve alguma forma de artesanato.” (ASSEMBLEIA DE IRURAMA, 2005, p. 39). É interessante aqui fazer uma comparação desses dados com o que foi questionado pelos

moradores do Eixo Forte que se fizeram presentes na Assembléia do Irurama. Ao se abrir para o debate do primeiro bloco de questões, que podem ser visualizados na Proposta de Programação desta Assembléia (**ANEXO D**), que, no geral, se resumiu em: histórico do movimento de criação da APA; situação fundiária das comunidades do Eixo Forte; e, conceitos e objetivos de uma APA, se percebeu que os membros das comunidades começaram a listar certas demandas de infra-estrutura que para eles são urgentes. Os destaques aqui são para: o melhoramento e construção de ramais que dê acesso às comunidades; a melhoria dos transportes coletivos, principalmente os que conduzem os alunos as escolas; e, a questão da eletrificação. Nos questionamentos dos comunitários é perceptível que problemas com relação aos ramais são sérios para eles e, acaba acarretando os demais problemas como a falta de transporte e a dificuldade das crianças e jovens de chegarem à escola.

Como bem afirma um comunitário:

Só quero dizer para o padre que, para se mudar a questão ambiental, para que a gente possa permitir a permanência dos nossos filhos e garantir a permanência das famílias nas comunidades, precisa que o próprio governo dê condições (ASSEMBLEIA DE IRURAMA, 2005, p. 19).

Esta afirmação demonstra que em áreas habitadas como o caso da região do Eixo Forte no distrito de Alter do Chão, e, até mesmo deste distrito como um todo, ao se pensar na questão ambiental é preciso também levar em consideração como vivem os membros da comunidade que se relaciona com esta natureza. Não se pode discutir a criação de uma APA sem ter claro que seus possíveis habitantes têm demandas de infra-estrutura prioritárias e que precisam ser levadas em consideração. Isto foi perceptível nos questionamentos dos comunitários que queriam saber se a APA poderia ser um instrumento de viabilização de tais demandas. O que foi respondido muito habilmente pelos membros do governo que ali estavam, como se percebe nas citações abaixo:

Então, nós gostaríamos de colocar para as comunidades que nós vamos trabalhar. Vamos trabalhar no sentido de tentar amenizar os problemas de infra-estrutura dentro das comunidades. Mas, isso aí vai depender muito das comunidades, de chegar, procurar, como o padre Edilberto falou e não esperar cair do céu. Tem que correr atrás. Tem que procurar. Nós estamos lá com a nossa administração distrital, funcionando em Alter do Chão e fica aberta, tem o horário igual o da Prefeitura de Santarém, que é das 7:00 da manhã até as 13:00 da tarde. Todo dia, nós estamos funcionando e estamos abertos ao público, de todas as comunidades que fazem parte do Eixo Forte (ASSEMBLEIA DE IRURAMA, 2005, p. 22).

Aqui, nesse momento, nós temos autoridade de estar encaminhando o que diz respeito ao processo que vamos trabalhar a APA, certo? O processo de infra-estrutura, nós temos aqui o representante da região, que está aqui em nome da Prefeitura e que vocês devem se direcionar para poder está discutindo e isso ser levado para Maria do Carmo, para Valéria (Secretária de Infra-Estrutura) para vê dentro do processo das prioridades, que Santarém inteira está precisando de ramal, quais vão está sendo trabalhados (ASSEMBLEIA DE IRURAMA, 2005, p. 23).

Se não houver um processo de pressão, de organização, de chegar a demanda, vai se dar prioridade para onde a pressão está maior, por que ramal que não presta nesse município é só o que restou, certo? Então, uma coisa vocês podem ter certeza, vontade política, há, espaço para a participação, há também, agora, não tem dinheiro suficiente para fazer tudo. O que não é uma desculpa para dizer que não vai está sendo trabalhado. Quando o companheiro me pergunta: a APA ela vai resolver esse problema de infra-estrutura? De ramal e eletrificação? A APA por si só não resolve nada, certo? A APA ela é um meio de vocês estarem legalmente trabalhando o processo de uso da terra, trabalhando o processo de como vai ser a vivência, a produção, a forma como vocês vão usar essa área. Se vai ter infra-estrutura dentro da APA, vai depender do processo que nós do governo e vocês das comunidades vão estabelecer nesse processo (ASSEMBLEIA DE IRURAMA, 2005, p. 23).

Os trechos acima mostram que em termos de infra-estrutura, o que vai determinar sua viabilização ou não é o processo de organização das comunidades para reivindicar as soluções para tais problemas e, por outro lado, o governo municipal ter os mesmos como prioridades de solução. É interessante notar também no discurso do governo o reconhecimento de que a APA em si não resolve esses problemas, mas pode ser um canal para ajudar as comunidades a se organizarem para reivindicar as soluções, tendo, inclusive, o aval e/ou parceria do órgão ambiental do governo que, no caso é o ISAM. Pois, sendo este responsável pela administração da APA - que é municipal - poderá ser aliado ou não das comunidades nestas reivindicações.

O importante aqui é ficar o registro desses fatos, por que em se tratando de regiões da Amazônia, a relevância desses ramais para as comunidades mais afastadas do centro urbano se constitui uma prioridade. Demonstrando, com isso, que ao pensar a questão ambiental, no caso da Amazônia, não se pode desprezar as realidades dos que aí vivem. Sendo este um motivo a mais que fortalece a categoria APA nesta região, pois esta UC permitirá um exercício de organização das comunidades que poderá trazer benefícios para as próprias comunidades da APA.

2.3.3 Situação Fundiária

A situação Fundiária no Brasil, na Amazônia e na região Oeste do Pará constitui-se como um dos maiores impasses com relação à criação de UC's. Em Alter do Chão não é diferente. Ou seja, a maioria das comunidades ouvidas não tem titulação definitiva da terra, como se vê no **QUADRO 08**:

QUADRO 08: Situação Fundiária das Comunidades da Região do Eixo Forte

SITUAÇÃO DESCrita	Nº. DE RESPOSTAS POR COMUNIDADE	%
Ausência de titulação definitiva	09	56
Possuem histórico de posse (recibo de compra e venda)	06	37
Poucos têm titulação de terra	06	37
Grande parte das terras foi vendida para pessoas de fora da comunidade	02	12
Famílias com repasse de terras por herança	02	12
Pagamento de Imposto Territorial Rural – ITR	02	12
Tem protocolo de ocupação	02	12
Titulação coletiva (4 famílias)	01	06
Solicitação de assentamento agroextrativista	01	06

Fonte: ISAM, 2005

A questão fundiária também foi tema da Assembléia do Irurama. Seus organizadores convidaram para falar deste tema uma pessoa que atuou ativamente nas comunidades do Eixo Forte e que resgatou um pouco da história da situação fundiária nessa região. O outro convidado seria um representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA que não se fez presente, o que deixou um estado de decepção e revolta no ar, tanto pelo lado da coordenação do evento, como pelo lado dos participantes.

E, também fico indignada quando mais uma vez o INCRA não vem para um debate, para uma discussão tão importante, por que várias atividades, vários eventos que nós temos realizado que é muito importante a presença do INCRA, por que é o órgão que é responsável pela questão das terras públicas, das terras da União. Então a gente já nem critica demais o [Instituto de Terra do Pará] ITERPA, por que o ITERPA não tem nenhuma história pelo menos daqui. Mas, o INCRA, inclusive vai ser agora transformado numa Superintendência, que bom vai ter um poder maior de decisão, aqui próximo da gente. Mas, de que adianta ter um poder maior se não vem para a discussão, para saber aquilo que é melhor para nós. Enquanto, as coisas forem decididas em gabinetes para o povo, nunca vai dar certo. (ASSEMBLEIA DE IRURAMA, 2005, p. 37)

Esta indignação tem por trás a preocupação da posse da terra, tema que foi bastante debatido para o caso de criação da APA. Principalmente, o representante do IBAMA, deixou claro que, a posse da terra numa APA é propriedade privada. O que a diferencia dos outros tipos de posse de terras é que sendo uma posse de terra dentro de uma UC, o uso desta será ‘disciplinado’ para que assim haja a proteção dos recursos naturais aí existentes, objetivando o bem-estar das populações residentes. A propriedade privada e o uso racional da terra estão garantidos em uma APA, o que a faz uma categoria de UC ideal para áreas que têm a presença

de populações locais. Como iremos voltar a essa discussão quando falarmos sobre a criação da APA – Alter do Chão abordaremos com mais detalhes esse assunto no próximo capítulo.

2.3.4 Organização Comunitária

Neste item, o levantamento mostra as organizações internas e externas ao Eixo Forte que são reconhecidas pelos comunitários ouvidos pelo Levantamento. Isto é importante para se evidenciar, de um lado, como as comunidades se organizam e, de outro, quais as instituições externas, ou seja, que não são da comunidade, mas que atuam nesta área, em atividades diversas, que as mesmas reconhecem. Os **QUADROS 09 e 10** reproduzem os resultados do Levantamento e mostram a forte influência sindical – tanto interna como externa – na região. Isto advém, principalmente, do fato da região ter uma concentração rural, baseada na pequena propriedade agrícola familiar. A identificação deste fato também demonstra uma relação intensa na região, do rural com o ambiental que pode ser benéfica se a mesma tiver assentada na vontade de proteger e/ou conservar a terra como fonte de vida e sobrevivência das comunidades aí existentes.

QUADRO 09: Grupos Internos Reconhecidos na Região do Eixo Forte

GRUPOS INTERNOS	Nº. DE COMUNIDADES	%*
Delegacia Sindical	13	81
Clubes de Futebol	13	81
Associação Comunitária	10	62
Coordenação/Conselho Comunitário	05	31
Grupo de Jovens	07	44
Equipe Catequética	10	62
Igreja Evangélica	06	37
Igreja Católica	06	37
Grupo de Mulheres	05	31
Grupo de Mães	03	19
Grupo Folclórico	02	12
Grupo de Artesanato/Pintura	02	12
Conselho Escolar	02	12
Grupo de Barraqueiros	02	12
Grupo de Catraieiros	01	06

Fonte: ISAM, 2005

* Os percentuais acima são obtidos pelo número de comunidades que responderam as questões.

QUADRO 10: Grupos Externos Reconhecidos na Região do Eixo Forte

GRUPOS EXTERNOS	Nº. DE COMUNIDADES	%*
Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR	09	56
Associação dos Moradores do Eixo Forte – AMEIFOR	05	31
Pastoral da Criança	05	31
Pastoral Social	04	25
Associação dos Produtores de Santarém – APRUSAN	03	19
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER	03	19
Casa Familiar Rural - CFR	02	12
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA		
Grupo GUARDIÃO	01	6
Associação das Organizações de Mulheres Trabalhadoras do Baixo Amazonas - AOMT-BAM		
Centro de Estudo, Pesquisa e Formação do Baixo Amazonas - CEFT-BAM		
ROTARY CLUB		
Grupo de Defesa da Amazônia – GDA		
Comissão Pastoral da Terra - CPT		
Colônia de Pescadores zona 20 de Santarém - Z-20		
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE		
SEMTUR		
ISAM		
Universidade Luterana do Brasil - ULBRA		
RÁDIO COMUNITÁRIA		
ASSOCIAÇÃO INDÍGENA		
ONG VILA VIVA		
Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS		

Fonte: ISAM, 2005

*Os percentuais acima são obtidos pelo número de comunidades que responderam as questões.

Isto também foi uma evidência percebida nas intervenções de alguns comunitários e/ou participantes da Assembléia do Irurama:

[...] como é que nós vamos continuar vivendo se nós não entendemos o que é esse processo de defender aquilo que é nosso, principalmente o meio ambiente, a floresta, a terra, a vida, a vida do ser humano, a vida dos animais, a vida de todos (ASSEMBLEIA DE IRURAMA, 2005, p. 05).

A gente tem esse espaço, ele é garantido por lei, nós temos que participar desse Conselho Gestor, que é o Conselho que vai em conjunto com o ISAM administrar essa área de proteção ambiental. Então, se você quer proteger a terra onde você mora e assegurar que as gerações futuras tenham acesso aos recursos que você tem hoje, você tem que se preocupar com isso. E, essa é uma grande oportunidade, a gente tem que arregaçar as mangas e trabalhar (ASSEMBLEIA DE IRURAMA, 2005, p. 37).

[...] uma maneira direta da gente proteger essa área é a gente não vender as nossas terras, não abrir mão das terras. A gente está preocupado com os ditos forasteiros, mas também muita gente, nossos irmãos comunitários acabam vendendo as terras e prejudicando toda a comunidade. Então, a gente tem que começar em cada

comunidade a discussão de proteger a terra (ASSEMBLEIA DE IRURAMA, 2005, p. 38).

Nas citações acima fica claro a preocupação dos que moram na região do Eixo Forte com a proteção da terra ou meio ambiente como a sua fonte de sobrevivência. Proteger a terra e se organizar nos sindicatos rurais, nas associações comunitárias, sociais e religiosas estão na base das comunidades do distrito de Alter do Chão, que fazem parte da região do Eixo Forte. Isto mostra o nível elevado de organização das mesmas, onde os comunitários demonstram um exercício de participação e cidadania que se reflete no seu interesse em discutir e conhecer o processo de criação da APA como mais uma alternativa reconhecida de organização em prol da conservação de onde vivem.

2.3.5 Situação Ambiental

O Levantamento do ISAM indagou aqui quais os principais problemas ambientais sentidos pelas comunidades, quais suas principais causas e consequências. O resultado obtido com relação aos principais problemas ambientais encontra-se no **QUADRO 11:**

QUADRO 11: Principais Problemas Ambientais citados na Região do Eixo Forte

PRINCIPAIS PROBLEMAS AMBIENTAIS CITADOS	Nº. DE RESPOSTAS POR COMUNIDADE	%
Poluição de igarapés e rios	08	50
Desmatamento	07	44
Assoreamento de igarapés e lagos	05	31
Diminuição do volume de água dos igarapés		
Queimadas	04	25
Falta de coleta de lixo		
Erosão		
Carros e motos nas praias	03	19
Lixo nos ramais e praias		
Captura ilegal de aves (curiô)	02	12
Poluição sonora nas praias (veículos)		
Pesca predatória (cercagem, tarrafa)		
Captura de peixes ornamentais (comercialização)	01	06
Invasão e exploração ilegal por madeireiros		
Aumento da Monocultura de grãos		

Fonte: ISAM, 2005

No **QUADRO 11** se percebe que os comunitários reconhecem que os principais problemas ambientais de sua região são: poluição de igarapés e rios, desmatamento, assoreamento de igarapés e lagos, queimadas, dentre outros. E, com isso, as comunidades têm consciência que esses tipos de ações acabam por prejudicar não só o meio em que vivem mais suas atividades na terra também. Esse tipo de preocupação detectada é importante aqui para se verificar que tais preocupações estão intimamente ligadas com as justificativas de criação da APA e, com a vontade que as demais comunidades da região do Eixo Forte, que não estão na APA, de fazerem parte da mesma – como veremos mais adiante, no próximo capítulo. As principais causas e consequências dos problemas ambientais, detectados pelas comunidades encontram-se no **QUADRO 12**:

QUADRO 12: Causas Levantadas e Consequências Apontadas em Função dos Problemas Ambientais citados na Região do Eixo Forte

PRINCIPAIS CAUSAS LEVANTADAS	PRINCIPAIS CONSEQUÊNCIAS APONTADAS
<ul style="list-style-type: none"> • Falta de Planejamento • Falta de Consciência • Ação Predatória de Banhistas • Poluição por Empresas (Frigorífico e Piçarreiras) • Construção de casas e balneários a beira de igarapés • Retiradas de açaizais • Construção de barragens, represas e tanques • Construção de fossas irregulares • Criação de gado branco e búfalo • Criação de porco • Uso incorreto da galeria do aeroporto • Falta de demarcação dos lotes 	<ul style="list-style-type: none"> • Diminuição dos recursos naturais • Trabalhos isolados • Diminuição de fontes de alimento e de renda • Poluição do ar e visual • Aparecimento de doenças • Aumento de picadas de ofídios • Desemprego • Êxodo Rural

Fonte: ISAM, 2005

O **QUADRO 12** demonstra bem a consciência das comunidades ouvidas. Ou seja, eles têm noção dos problemas ambientais, das suas causas e das suas consequências. Contudo, como ficou evidente na Assembléia do Irurama, eles não sabem e/ou tem muitas dúvidas a quem e como recorrer para evitar ou solucionar tais problemas, como se vê nos questionamentos abaixo:

A outra pergunta que a gente entende que o ISAM e o IBAMA podem fazer uma observação é: que tipo de ação vai ser feito com as agressões dos igarapés, com as barragens? (ASSEMBLEIA DE IRURAMA, 2005, p. 23).

Tem um bloco aqui que está direcionado para o Ricardo, em relação à questão ambiental:

A primeira pergunta: O que podemos fazer com os caçadores que vem da cidade em busca de caça na comunidade e também os pegadores de passarinho, quais os procedimentos que podem ser feitos?

Outra: Quando o proprietário vê uma grande área de terra, de onde ele tira o seu sustento, mas a comunidade sofre com as consequências, pois o desmatamento é grande, o que fazer, pois ele tem licença do IBAMA?

Outra para o Ricardo: Gostaria de saber do Sr. Ricardo como o IBAMA poderia ajudar as regiões na fiscalização das comunidades do Eixo Forte, no sentido das pessoas que venham com o intuito de destruir em relação à plantação de soja?

Outra aqui é a da comunidade de Ponte Alta, está perguntando: que no ramal de Ponte Alta tem uma empresa que está extraíndo seixo, e pedra para aterro e com isso o ramal está extremamente dificultado o acesso do ônibus para os moradores e alunos que estudam no Cucurunã e em Santarém. Que tipo de fiscalização pode ser feita?

Tem uma outra que é para o ISAM ou IBAMA: quero saber se o desmatamento do açaizal está sendo fiscalizado e o aterro das margens do igarapé de São Brás, como está sendo feito? (ASSEMBLEIA DE IRURAMA, 2005, p. 26).

Esses são só alguns exemplos do que foi dito anteriormente. Muitos outros questionamentos surgiram com relação aos problemas ambientais citados acima. Questões estas que foram respondidas nesta Assembléia, ora pela representação do ISAM, ora pelo representante do IBAMA. Estes se esforçaram em responder a todos os questionamentos mostrando para os comunitários presentes que, a alternativa aqui é a ‘denúncia’. É a relação estreita entre as comunidades e os órgãos fiscalizadores que, por um lado tem carências de pessoal, mas por outro, havendo a denúncia, não se furtam, segundo eles, de ir averiguar.

Então, quando a comunidade tem problema, entra em contato com a gente, não tem muita frescura de ficar fazendo ficha ou coisa parecida. Se tiver o problema e não tiver como fazer o processo burocrático, dá uma ligada ou então vai lá com a gente e, a gente pega o que tem de denúncia. E, o que nós não temos competência de encaminhar, por que o ISAM tem certo limite de atribuição, o que a gente não tem competência de resolver só, a gente tem feito essa discussão junto com o IBAMA, inclusive eles tem acompanhado a gente na fiscalização, em alguns processos eles tem nos ajudado (ASSEMBLEIA DE IRURAMA, 2005, p. 24).

Gente! É uma história velha, mas é uma história verdadeira, não dá para está em todos os lugares ao mesmo tempo. Alguém falou aqui do ramal da Ponte Alta. Eu, particularmente não estou sabendo que tem lá alguém extraíndo seixo, acabei de ficar sabendo. Esse tipo de coisa tem que ser denunciado, o IBAMA tem que saber. A partir do momento que o IBAMA saiba ou o ISAM, quem quer que seja, tem que tomar uma atitude. É obrigatório que o órgão executor ambiental tome uma atitude, a partir do momento que está sabendo da irregularidade. Então, tem que ter denúncia, né? (ASSEMBLEIA DE IRURAMA, 2005, p. 27).

Em se tratando de problemas ambientais, o importante, como expressam as citações acima é que haja uma interação entre as comunidades e os órgãos ambientais fiscalizadores. Essa interação será mais estreita quanto maior forem os esclarecimentos dos direitos e deveres para com o meio ambiente de um lado. E, de outro, se conheça qual a função dos órgãos públicos ambientais e até onde vai sua atuação fiscalizadora. A Assembléia do Irurama e o Levantamento aqui exposto, ambos realizados pelo ISAM, são instrumentos importantíssimos

para que o fortalecimento desta relação comunidade/órgãos ambientais seja intensificado e se reflita num estreitamento de relações através do processo de consolidação da APA – Alter do Chão.

2.3.6 A UC APA – Alter do Chão para a Região do Eixo Forte

O levantamento do ISAM finaliza-se com três questões sobre a APA – Alter do Chão para as comunidades ouvidas, quais sejam:

- 1 – Se estas têm conhecimento da finalidade de uma APA?
- 2 – Quais as suas principais dúvidas sobre a APA – Alter do Chão?
- 3 – O que eles esperam com a APA?

Essas questões, tinham por finalidade, determinar até que ponto as comunidades estavam inteiradas sobre a criação da APA – Alter do Chão, subsidiando, desta forma, órgão ambiental municipal na construção da programação da Assembléia do Irurama, ao mesmo tempo em que indicava os caminhos que este deveria percorrer para construir uma sensibilização das comunidades frente a APA – Alter do Chão. As respostas às três questões citadas acima, foram agrupadas em função do que mais foi respondido e são apresentadas nos **QUADROS 13 e 14:**

QUADRO 13: Finalidade da APA para as Comunidades da Região do Eixo Forte

- Serve para organizar as comunidades;
- Trazer segurança e benefícios para os moradores e levar o conhecimento a respeito da proteção da área;
- Proteção das comunidades contra a grilagem e atividades predatórias;
- Para conservar a natureza para filhos e netos;
- Facilidade para acesso de financiamentos;
- Área que organiza de forma planejada para a proteção do ambiente e da área da comunidade;
- Serve para proteger os igarapés e evitar desmatamento;
- É uma área fiscalizada;
- Tem conhecimento superficial – pouca participação nos primeiros eventos (06 comunidades – 35%);
- Ouviram falar pela primeira vez (02 comunidades – 17%);
- Não sabem nada (01 comunidade – 6%).

Fonte: ISAM, 2005

Do **QUADRO 13**, o interessante a se destacar é que os comunitários, de uma forma geral, demonstraram certo conhecimento sobre a finalidade da APA, haja vista em suas

respostas aparecerem palavras-chave que determinam, em certa medida, os objetivos de uma APA, tais como: ‘organizar’, ‘conhecimento’, ‘proteção’, ‘conservar’, ‘fiscalização’. Por outro lado, se percebe também que ainda é muito grande o índice de comunidades que tem um conhecimento superficial, devido a pouca participação nos primeiros eventos (35%), ou que ouviram falar pela primeira vez (17%), ou ainda que não saibam de nada (6%). Isto demonstra quão árduo tem que ser o trabalho de sensibilização das comunidades para que se efetive a criação da APA. Se de fato a esfera governamental espera que a mesma tenha uma participação das comunidades, este trabalho deve ser intensificado, pois, principalmente, no que tange a APA, a sensibilização das pessoas que estarão em sua área e no entorno precisa ser pautada em conhecimento para que as mesmas se disponham a ajudar efetivá-la. Caso contrário, jargões como “a APA é coisa para inglês ver”, muito comum entre os críticos dessa categoria, realmente se concretizará.

A APA, como falou o companheiro do IBAMA é a unidade mais flexível que se tem, ou seja, diz-se que na APA pode tudo. Até um companheiro me disse num debate, num determinado dia, que a APA é um pouco um negócio, assim, para inglês ver. Faz que é mais não é, quando é já foi, tem essa característica. Mas, o companheiro do IBAMA falou um negócio importante, nós temos que zelar pelo meio ambiente, nós temos que zelar pelo recurso natural existente independente que esteja em APA e, se tiver na APA, ela tem normas, ela tem procedimentos que nós temos que cumprir, a comunidade começa a participar mais organizadamente (ASSEMBLEIA DO IRURAMA, 2005, p. 16).

E em resposta a este modo de pensar:

Ninguém foi criar a APA para inglês ver. Só por que a APA é uma categoria de áreas protegidas mais amena, onde são permitidas várias atividades econômicas, inclusive indústria é permitida dentro de uma APA, não quer dizer que é para inglês ver. Eu acho que é ao contrário até, você permite que continue tendo um desenvolvimento econômico de uma maneira em todos possam participar eu acho que até é mais possível a participação comunitária. Diferente de quando você começa a ser proibido de fazer um monte de coisa. Eu acho que a APA é uma das unidades de conservação mais difíceis de saírem do papel, mas se sair vai ser um, eu acho que é a que mais pode funcionar (ASSEMBLEIA DO IRURAMA, 2005, p. 53).

Desta forma, se percebe que a conscientização e o esclarecimento de dúvidas como as apresentadas no **QUADRO 14** são importantes para que a APA não fique só no papel, evite-se conflitos e conquiste a participação dos principais interessados na conservação dos recursos naturais, aumentando assim, como visto no **QUADRO 15** as suas expectativas. Só assim, a comunidade local vai se sentir responsável e disposta a atuar em prol da implantação e manutenção de uma APA. Tais esclarecimentos de dúvidas e motivação das comunidades, foi buscado pelos representantes do ISAM, com a realização da Assembléia do Irurama. Assembléia que tem como relevante à presença de todas as comunidades do Eixo Forte, na participação de 178 pessoas que saíram motivadas a conhecer mais sobre a APA – Alter do

Chão, impulsionar mudanças no Decreto que criou a APA, na qual a mais importante é sua ampliação para toda a região do Eixo Forte e, dar continuidade as ações relevantes para a implantação da APA – Alter do Chão: continuaçao da sensibilizaçao das comunidades e preparação para a escolha do Conselho Gestor da APA, através de um Grupo de Trabalho, escolhido pelas comunidades, como ações imediatas.

QUADRO 14: Principais Dúvidas sobre a APA – Alter do Chão

- Proibição do uso dos recursos naturais (extraír açaí, plantar, caçar)
- Traz desenvolvimento ou impedimento?
- Se pode ser administrada pelo governo Estadual ou Federal
- Vantagens quanto a administração Federal, Estadual ou Municipal
- Número total de comunidades da APA – Alter do Chão
- Existência do Projeto de Lei
- Vantagens, benefícios e forma de organização de uma APA
- Se facilita a regularização de terras
- Diferença de APA e assentamento na legalização das terras
- Se assentamento pode estar dentro de uma APA
- Atividades que podem ser feitas na APA
- Se pode ter utilização por família (O morador continua dono da terra?)
- Se a comunidade pode escolher estar ou não na APA

Fonte: ISAM, 2005

QUADRO 15: A Expectativa das Comunidades do Eixo Forte com Relação a APA

- Sensibilização, mobilização das comunidades do Eixo Forte;
- Organização das comunidades;
- Envolver todas as comunidades do Eixo Forte;
- Mais esclarecimento sobre APA;
- Benefícios para os moradores e garantias dos direitos;
- Continuidade do projeto pelo governo municipal;
- Fortalecer grupo gestor da comunidade para ter autonomia;
- Fortalecer a AMEIFOR para orientar e contribuir com a APA;
- Ampliar representação das comunidades na AMEIFOR;
- Melhorar ações de fiscalização ambiental;
- Reflorestamento obrigatório para quem causar desmatamento;
- Ter projetos para a melhoria da vida dos moradores;
- Propiciar titulação de terra definitiva aos comunitários;
- Garantir infra-estrutura e serviços (estradas, energia, transporte, educação);
- Melhoria nas políticas públicas;
- Preservação das áreas das comunidades;
- Preservação dos rios, igarapés e lagos (ações urgentes de recuperação);
- Trabalho junto aos banhistas para o cumprimento da legislação ambiental;
- Envolver banhistas nas discussões.

Fonte: ISAM, 2005

Todas as informações que foram aqui expostas tiveram a finalidade de apresentar a região do Eixo Forte e as visões que os membros das comunidades dessa região têm sobre a mesma e sobre o processo de criação da APA Alter do Chão. A forma como foram abordadas tais informações está simplificada e colocada de modo descritivo para atender os objetivos de apresentar a respectiva região, sua realidade e a sua forma de organização. Com isso, muitas questões como os conflitos fundiários, de organização comunitária e políticos não estão aprofundados. Esta foi uma opção frente à temática aqui abordada e frente à dificuldade de encontrar materiais consistentes que viabilizassem tal discussão. Portanto, a opção foi antes por identificar e descrever os processos que dizem respeito à criação da APA – Alter do Chão do que os demais temas que neste estudo são apenas citados e reconhecidos.

No próximo capítulo, serão apresentadas as origens e os caminhos do processo de criação da APA – Alter do Chão. O interessante é que, como a maioria das UC's, criadas no Brasil, irá se perceber que a APA – Alter do Chão, em sua criação, segue em processo lento. Isto de forma nenhuma pode ser visto como algo totalmente negativo, pois a estratégia de criação de UC's como uma política ambiental requer participação, aceitação e comprometimento de todos os setores envolvidos, o que requer tempo, paciência e vontade daqueles que estão dispostos a ver uma UC implantada, gerando benefícios e avanços na relação sociedade-natureza. Ser uma política de médio e longo prazo não minimiza seu valor, desde que isso tenha o objetivo de realmente implantá-la. A grande questão, como se verá mais adiante, é que nem sempre, no que tange à criação de UC's, o processo se dá de forma harmônica, com interação dos setores envolvidos.

Na maioria dos casos, a ‘demora’ em criar ou implantar representa descaso, falta de capacidade e/ou falta de prioridade. Com o processo de criação da APA – Alter do Chão não foi diferente, em um dado momento, isso tudo aconteceu. Contudo, como todo processo democrático, existem aqueles que não desistem e, aqui, algumas lideranças comunitárias foram esses atores, persistiram e fazem com que, mesmo com altos e baixos, a continuação do processo de criação da APA saia do papel, com a participação do maior número daqueles que estão envolvidos diretamente. Um exemplo que as UC's de Uso Sustentável, e mais especificamente as APA's, enquanto uma política pública ambiental pode ser vista diferentemente do convencional que é ser uma ação inteiramente das esferas governamentais. Um exemplo de que esta política começa a ser vista como alternativa, por parte das populações tradicionais, que não impede o bem-estar e a busca do desenvolvimento local.

CAPÍTULO III

A CRIAÇÃO DA APA – ALTER DO CHÃO: CAMINHOS, DESCAMINHOS E PERSPECTIVAS

A investigação popular não pode ser feita sem o povo, mas com ele como sujeito do seu pensar.
(Paulo Freire, 1983)

3.1 INTRODUÇÃO

A criação da APA – Alter do Chão está sendo considerada, nesta dissertação, como um processo permeado por escolhas cujo diferencial está na sua origem. Um diferencial que precisa ser relatado como uma mudança de atitude no que concerne à criação e implantação de UC's como política pública ambiental. Este é o foco deste capítulo, buscar reconstituir, através dos depoimentos daqueles que acreditam na importância da APA – Alter do Chão, o que esta tem de diferente e como seu exemplo pode ser mais um a contribuir na disseminação de que pensar a relação sociedade-natureza e a relação APA – desenvolvimento. Isto, contudo, não quer dizer que tal diferencial suplante conflitos e relações de poder ou que se tem um ‘modelo’ de comunidades no distrito de Alter do Chão. Os conflitos e relações de poder são reconhecidos e, isto ficará bem perceptível em alguns trechos das entrevistas utilizados neste capítulo. Mas, para o conjunto deste estudo, o interessante é destacar o diferente e descrever o processo de criação da APA – Alter do Chão.

O fato da origem da APA – Alter do Chão estar relacionada com uma instituição de pesquisa, reconhecida como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA e, a vontade de algumas lideranças comunitárias vai de encontro à noção de que as UC's, de uma forma geral, são criadas de ‘cima para baixo’ e, por isso, acabam se tornando ‘enclaves’ difíceis de manter. Admite-se, como é ‘normal’ num processo que envolva diferentes setores e forma de pensar, conflitos e problemas como falta de verba e pessoal capacitado. Só que, mesmo na adversidade, a vontade de uma região está prevalecendo lenta, conflituosa, mas firme. E, é isso que possibilita pensar em perspectivas que vão além de sua criação.

Neste capítulo, se buscará descrever, através das entrevistas aqueles que atuaram neste processo, desde sua origem até hoje e, também, pelos relatos e questionamentos feitos na Assembléia do Irurama, o caminho percorrido até aqui, no que tange o processo de criação da APA – Alter do Chão. Para isso, está dividido, além dessa sessão, em mais quatro sessões: 3.2 – *A Origem*; 3.3 – *A justificativa*; 3.4 – *O Processo e os Conflitos*; e, 3.5 – *Da Criação a Implantação: perspectivas e desafios*. Com estas sessões a pretensão é ter um panorama geral da criação da APA – Alter do Chão onde seja evidenciado nesta uma possibilidade de mudança de atitude que determine um caminho diferente para as UC's de Uso Sustentável. Um caminho que demonstre serem possíveis relações como sociedade-natureza e APA – desenvolvimento, objeto primeiro desta dissertação.

3.2 A ORIGEM

A vila de Alter do Chão, uma das dezoito comunidades do Eixo Forte que compõe o distrito de Alter do Chão, como caracterizada no capítulo anterior, possui um patrimônio natural, cultural e histórico vastíssimo. Isto permite que a mesma seja vista como uma área importante na realização de estudos sobre a fauna e a flora local, sua cultura e sua história. Dentre as várias instituições locais, regionais, nacionais e internacionais, que fazem pesquisa na região, destaca-se o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA⁵⁰. Este Instituto há décadas vêm realizando estudos, principalmente relacionados à fauna, à flora e à formação geológica local, gerando importantes informações sobre essa região e, consequentemente, sobre o bioma Floresta Amazônica, o que o transforma em um importante e reconhecido centro de estudos e pesquisas da Amazônia.

O INPA, reconhecendo a imensa contribuição acadêmico-científica que tal localidade e região proporcionam no que se refere aos estudos sobre a Amazônia e seus ecossistemas, achou que precisava retribuir tal contribuição e apoiou uma equipe de seus pesquisadores numa empreitada científica cujos resultados viessem a ajudar mais diretamente a comunidade. Segundo o depoimento de uma das pessoas que participaram da equipe de pesquisadores do INPA, na ocasião do surgimento dessa discussão:

[...] uma preocupação do Instituto Nacional de Pesquisa foi como retribuir todo esse conhecimento, toda essa pesquisa que foi feita, durante tantos anos para a comunidade. Como que o INPA poderia dar retorno à comunidade? Se a gente passou pesquisando a região e nem sequer a gente se preocupou em demonstrar essa informação que foi juntada. Então, daí e, também da necessidade real de se proteger essa região que tem os recursos naturais tão belos, tão importantes, surgiu as primeiras discussões de se criar uma área de proteção ambiental (ASSEMBLÉIA DO IRURAMA, 2005, p. 35).

Essas ‘primeiras discussões’ segundo o resgate feito a partir das entrevistas com pessoas que estiveram à frente do processo de criação da APA – Alter do Chão desde o início, se deu em meados de 1997. Contudo, há que se retroceder em alguns anos, a 1992, mais precisamente para se perceber que não eram apenas os pesquisadores do INPA que estavam preocupados em proteger a área da vila de Alter do Chão. A atração que a vila de Alter do Chão e seu entorno geram em diversos pesquisadores, por ser um pedaço da Amazônia e trazer consigo

⁵⁰ O INPA tem sua sede em Manaus (AM) e foi criado em 1952, com a finalidade de realizar o estudo científico do meio físico e das condições de vida da região amazônica, tendo em vista o bem-estar humano e os reclamos da cultura, da economia e da segurança nacional. Sua missão é gerar, promover e divulgar conhecimentos científicos e tecnológicos sobre a Amazônia brasileira para a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais em benefício, principalmente, da população regional (INPA, 2005).

uma diversidade de aspectos naturais, culturais e históricos para se entender o *habitat* amazônico, possibilitou e até hoje possibilita, uma relação desses pesquisadores com as pessoas da comunidade da Vila. Como isso é bem corriqueiro, é normal que tal relação se dê a partir da necessidade desses pesquisadores buscarem na comunidade guias para conduzi-los pelos locais de interesse para a pesquisa. Esta, por sua vez, na maioria das vezes, acaba gerando uma troca de conhecimentos que beneficia a ambos. Ao mesmo tempo em que esta troca pode favorecer o surgimento de idéias que venham a contribuir com as ações dentro da comunidade. Na relação INPA - comunidade isso aconteceu, teve como resultado que o guia dos pesquisadores deste Instituto, um líder comunitário, viu nesta relação uma possibilidade de buscar novos rumos para problemas ambientais recorrentes.

Para este líder comunitário - que pode ser considerado o principal ‘ícone’ dessa luta, pois todos os entrevistados, no que tange ao reconhecimento de quem deu início e até hoje impulsiona a questão da APA – Alter do Chão nas comunidades do Eixo Forte - o reconhece como a liderança local que encabeça a proposta de criação da APA. O primeiro estopim, em nível local, para se pensar proteger a vila de Alter do Chão, foi a construção de um prédio com mais de três pisos na vila, isso em meados de 1992. Houve solicitação de embargo, por parte de alguns comunitários (inclusive ele), mas nada foi conseguido, ou seja, o prédio foi construído, o que provocou certa inquietação e preocupação com relação a esta prática começar a ser corrente.

[...] a APA tem um processo bem mais atrás. Em 92, dezembro de 92, a gente viu assim, ficou... Até houve umas brigas de forças políticas por conta de um prédio que o pessoal fez aqui, a construtora Dinâmica fez o primeiro prédio com três pisos aqui em Alter do Chão e já então no final do governo da administração do Ronan Liberal ele deu o alvará de construção para essa empresa. E, a gente, quando foi em janeiro de 93, a gente conseguiu ir ao Ministério Público, ir à Secretaria de Meio Ambiente, na Secretaria de Saúde, por que a Secretaria de Meio Ambiente era junto com a Secretaria de Saúde, que era Secretaria de Saúde e Meio Ambiente e, mas mesmo assim nós não conseguimos reverter à situação. Com isso, o prédio foi terminado e, aí a partir disso se pensou em transformar Alter do Chão numa Área de Proteção Ambiental. Proteger Alter do Chão. Arranjar uma forma de proteger Alter do Chão e, ninguém sabia se era APA ou Parque ou Patrimônio Cultural (ENTREVISTA 02, 09/06/05).

Nós vimos que quando foi em 1992, foi mais agressivo ainda, começou com a edificação a mudar a história de Alter do Chão, com os prédios altos, com mais de dois andares e a gente começou a se preocupar e ficar com as mãos atadas porque nem o governo municipal e nem o governo estadual não estavam preocupados com a comunidade, e não era só Alter do Chão que estava sofrendo com isso, os igarapés das nossas comunidades, as praias do Pajuçara, do Juá, de Ponta de Pedras estavam sendo invadidas também e a gente sempre achava que tinha um jeito, mas não tinha uma lei, não tinha como barrar essa invasão de pessoas, inclusive até acabando com a nossa questão cultural da região, as pessoas estão tendo outras culturas (ASSEMBLÉIA DO IRURAMA, 2005, p. 08).

Por esse panorama inicial se percebe que a origem da criação da APA – Alter do Chão advém da preocupação de algumas pessoas da comunidade da vila de Alter do Chão, de um lado, preocupados de certa forma, com o aumento da especulação imobiliária local e os impactos disso para o meio ambiente; e, por outro, o interesse acadêmico-científico do INPA que também tinha e tem preocupação com as questões ambientais daquela região. Tais fatos propiciam a evidência de que, pelo menos na sua origem, a busca de se criar uma UC em Alter do Chão tem uma singularidade. Esta singularidade está no fato que o pensar em criar uma UC na região, parte de preocupações com as questões ambientais locais advindas de dois grupos sociais que, normalmente só entram em tal processo, quando entram, depois da UC criada.

Pelo menos no Brasil é perceptível que o processo de criação das UC's, desde o seu início, na sua grande maioria, está pautado em um modelo centralizador que tem por base o Estado nas suas três esferas de governo (federal, estadual e municipal). Por isso, quando se identifica um caso como de Alter do Chão, em que as demandas relativas à questão ambiental e, mais especificamente à criação de uma UC advêm do encontro e/ou relação de um centro de Pesquisas Amazônica, como o INPA, com a comunidade, é no mínimo instigante e/ ou diferente. Uma relação na qual ambos os lados contribuem e se ajudam a partir de sua vivência e conhecimento, convergindo suas ações para um interesse maior que se complementa e se identifica que é a preservação e/ou conservação da natureza.

[...] a APA – Alter do Chão ela tem um processo diferente de outras APA's. Nós tivemos até sorte de estar numa área que muitos pesquisadores e pessoas preocupadas com a questão ambiental vieram para cá para Alter do Chão. Então, com isso, não só partiu da comunidade, mas eu acho que, partiu primeiro dos pesquisadores juntamente com a vontade de algumas pessoas da comunidade. Algumas pessoas que, dessas pessoas não chegavam dez pessoas da região que estavam preocupados com a questão ambiental (ENTREVISTA 02, 09/06/05).

Essa junção entre INPA e membros da comunidade da vila de Alter do Chão possibilitou um diálogo entre estes dois grupos sociais. Tal diálogo, para o lado acadêmico-científico representou a chance de contribuir de forma efetiva com a comunidade e, para o grupo comunitário que iniciou tal discussão, a chance de apresentar para a Vila uma alternativa de conservação do seu bem mais precioso, as suas belezas naturais.

Começa-se, assim, uma parceria mais intensa do grupo de pesquisadores do INPA e grupo da comunidade da vila de Alter do Chão para a viabilização de estudos que mostrassem que tipo de UC seria mais apropriado para a região, o que justificaria a mesma, qual sua área e que esfera governamental seria mais apropriada. Neste processo, também é ouvida outra

instituição acadêmica de reconhecida probidade internacional, o Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG⁵¹ que também faz pesquisa na região e:

Com o tempo, a gente conversando com alguns pesquisadores do INPA, do Emílio Goeldi e fomos ver, eu estava no Conselho Comunitário, fomos vê que a APA seria uma modalidade de áreas protegidas, unidade de conservação no caso, que seria ideal para Alter do Chão. Primeiro por que você não tira as pessoas da terra, as pessoas não perdem o direito de serem proprietários, não impede a atividade das pessoas e, o que se faz é ordenar ou criar regras específicas para essa ou aquela área que poderá ser ocupada. E, também trabalhar dentro do zoneamento, trabalhar num zoneamento que passe pela aprovação da comunidade e também com a comunidade (ENTREVISTA 02, 09/06/05).

Portanto, em função da APA ser uma UC que está inserida na categoria de uso sustentável e, por isso, como já discutido anteriormente no **CAPÍTULO I**, permite que a população tradicional ou não permaneça em sua terra, mas de forma ‘ordenada e disciplinada’, tanto um grupo como o outro viu na APA a alternativa de UC capaz de atender aos interesses de conservar e/ou preservar a natureza sem excluir a população local que ali vive, a principal preocupação de todos os envolvidos no início desse processo.

Pelo lado acadêmico, de 1997 até 2001, os pesquisadores do INPA iniciaram diversos levantamentos e pesquisas com o intuito de buscar dentro do patrimônio natural e da socioeconomia local as justificativas necessárias para a proposta de criação de uma UC de Uso Sustentável do tipo Área de Proteção Ambiental – APA.

Então, quando foi em 1997, houve um grupo de estudantes, de pesquisadores do INPA e deram uma luz para a gente no que se refere a criar uma Área de Proteção Ambiental em Alter do Chão. E, a gente embarcou nessa discussão com o INPA, eu dava inclusive comentários de forma que a gente embarcou mesmo nessa questão de transformar Alter do Chão em Área de Proteção Ambiental (ASSEMBLÉIA DO IRURAMA, 2005, p. 08).

3.3 A JUSTIFICATIVA

Os levantamentos e pesquisas realizados na região da vila de Alter do Chão e seu entorno, resultou em dois trabalhos. Aqui vale identificar que o grupo de pesquisadores do INPA fazia parte do departamento de Ecologia do Instituto e, sua maioria era composta de estudantes de mestrado e doutorado que eram coordenados por Ana Luisa Albernaz, à época também estudante de doutorado. Estes dois trabalhos, originados dos trabalhos de pesquisa da referida equipe, que referendam a criação da APA – Alter do Chão são: um documento que

⁵¹ O MPEG está localizado na cidade de Belém (Pa) e foi fundado em 1866 concentrando, desde esse ano, suas atividades em estudos científicos dos sistemas naturais e socioculturais da Amazônia, bem como na divulgação de conhecimentos e acervo relacionado à região (MPEG, 2005).

apresenta, de forma resumida, uma “Proposta para a Criação de uma Área de Proteção Ambiental (APA) em Alter do Chão, Santarém/Belterra, Pará” (1999) e, a tese de doutorado, intitulada “Zoneamento da Região de Alter do Chão, Pará: um exercício de planejamento para uma unidade de conservação de uso direto” (2001), onde se tem um mapeamento em que a pretensão foi “integrar os aspectos biológicos, econômicos e humanos em uma proposta de zoneamento para uma Unidade de Conservação de uso sustentável na Amazônia brasileira” (ALBERNAZ, 2001, p. 06). Com este objetivo, dá-se uma importante contribuição para a discussão da criação da APA – Alter do Chão, pois, nele encontra-se um levantamento da fauna e da flora terrestre e aquática, bem como um levantamento sobre o uso da terra e das atividades socioeconômicas existentes na área proposta por esta pesquisadora para a criação da APA - Alter do Chão.

Em sua tese, Albernaz (2001) apresenta quatro cenários que, para serem elaborados, contou com a contribuição das comunidades da região do Eixo Forte. Com estes cenários, tinha a pretensão de “[...] avaliar algumas possibilidades para que as escolhas pudessem ser baseadas no máximo de informação possível” (ALBERNAZ, 2001, p. 102). O resultado deste esforço foi a composição da proposta de quatro cenários que são: “[...] apenas as áreas de preservação permanente, as zonas propostas pelas comunidades, o balanceamento entre elementos biológicos e pressões para uso, e uma combinação entre estes cenários” (ALBERNAZ, 2001, p. 102).

Dos cenários citados acima a autora defende como sendo o mais viável, o cenário 04 denominado de: uma combinação entre estes cenários:

O cenário que combina o zoneamento sugerido pela população local ao derivado de valores biológicos e econômicos representa uma pequena diminuição na zona de uso agropecuário, e aumenta a zona de preservação em detrimento da de conservação. Este cenário, no entanto, une as vantagens da proteção de funções embutidas na proposta das comunidades às vantagens dos princípios científicos contidos no cenário de valores biológicos e econômicos. Este cenário representa, ainda, a proteção integral da maior parte dos ambientes de savana, igapós e lagos e mais de um terço das áreas de floresta. Seria assim, o cenário mais recomendável para a manutenção das características naturais da área em longo prazo (ALBERNAZ, 2001, p. 113-114).

Esta autora toma partido pelo quarto cenário, mas, descreve todos os outros cenários apontando, em todos os quatro, os prós e os contras de cada um e, finaliza sua discussão deixando claro que a responsabilidade da escolha da área da APA e de sua gestão é um processo que dependerá das negociações e tomadas de decisões interativas em que a participação dos principais atores sociais envolvidos é de fundamental importância. Neste contexto, se reconhece os principais atores sociais envolvidos nesse processo: as populações das comunidades da Região do Eixo Forte no distrito de Alter do Chão, as lideranças

comunitárias desta região e a esfera de governo que criou a APA, que no caso foi o governo municipal, como se verá mais adiante.

A tese de Albernaz teve como base o primeiro documento citado acima: “Proposta para a criação de uma Área de Proteção Ambiental (APA) em Alter do Chão, Santarém/Belterra, Pará”. Neste documento que na verdade é um esboço simplificado da proposta de criação de uma APA que abrangesse áreas de Alter do Chão e Belterra⁵², aparece logo na sua introdução, os três motivos fundamentais elencados, através dos levantamentos preliminares da pesquisa do INPA, para a criação da APA – Alter do Chão:

Existem três motivos principais para criar uma Área de Proteção Ambiental em Alter do Chão: (1) é a região em que se situa uma das savanas amazônicas isoladas; (2) a área contém a localidade-tipo da descrição de uma formação geológica que recebeu seu nome; (3) a área tem tido intensa atividade turística, que deve ser ordenada para ser sustentável (ALBERNAZ, *et al*, 1999, p. 02).

Dos três motivos citados acima, dois são de cunho ambiental, o que revela a preocupação com o ‘fator paisagístico’ e natural. O terceiro motivo é de cunho socioeconômico. Contudo, a partir das entrevistas, foi detectado que havia mais dois motivos que se relacionam com o terceiro que é a proteção das águas e a especulação imobiliária, haja vista que o principal atrativo turístico local é a praia de rio que se forma em frente à vila de Alter do Chão. Esta beleza natural tem ocasionado o crescimento do turismo como atividade econômica para região e a crescente demanda para esse fim começou a ser motivo de preocupação.

Atualmente, aliada a esses motivos, acrescenta-se também, a partir das entrevistas, o avanço da fronteira agrícola na Amazônia e na região Oeste do Pará, com a produção de grãos, que aqui só iremos fazer a menção e não discutiremos com mais profundidade, primeiro por que tal processo está se dando recentemente (2003 para cá) e optou-se em trabalhar as justificativas que antecedem a criação da APA – Alter do Chão. Segundo, só a partir de 2005 é que as comunidades do Eixo Forte começam a se sentirem ameaçadas pelo processo de expansão da fronteira agrícola na região. Uma preocupação que precisa estar na pauta das discussões sobre a implantação da mesma, temática que não faz parte deste estudo. Para maiores informações sobre a discussão da expansão da fronteira agrícola em Santarém,

⁵² Na proposta acadêmica de criação da APA – Alter do Chão sempre teve presente a intenção de se incluir áreas dos municípios de Santarém e Belterra. Isso se justifica pelo fato dos levantamentos feitos na área concluírem que as nascentes do Lago Verde se localizavam no município de Belterra. Contudo, essa proposta não se concretizou e, o que se tem atualmente são duas APA’s: a APA – Alter do Chão no município de Santarém e a APA – Aramanaí no município de Belterra. Segundo o Decreto da APA – Alter do Chão (artigo 6º) as duas referidas APA’s formarão uma APA Intermunicipal Alter do Chão/Aramanaí devido possuírem limites físicos, objetivos comuns e mesmas características físico-bióticas. Seus grupos gestores serão distintos, mas trabalharão em conjunto para a elaboração de um Plano Diretor de Gestão Ambiental comum para as mesmas.

ver Steward (2004). O importante a destacar aqui é que tal expansão, sem dúvida nenhuma, vem reforçar a necessidade da criação da APA – Alter do Chão.

Com relação às savanas amazônicas, a justificativa apresentada por Albernaz, *et al* (1999), leva em consideração que esta ocupa cerca de 2,5% de toda a Amazônia, são “ambientes muito frágeis”, constituídos de solos arenosos, merecendo um certo cuidado no que tange à intervenção do homem. Segundo Albernaz, *et al* (1999, p. 02):

Apenas a savana isolada do Amapá tem parte de sua área protegida, enquanto as de Humaitá (AM), Roraima e Alter do Chão não estão representadas em áreas protegidas. Entre as savanas isoladas estudadas, a de Alter do Chão foi onde Sanaiotti (1996) encontrou a maior diversidade de árvores.

Por este aspecto, preservar as savanas amazônicas existentes em Alter do Chão significa resguardar um importante bioma posto que se revelam como uma fonte de estudos riquíssima para se entender sua constituição, ao mesmo tempo em que possibilita a manutenção de sua existência haja vista estas não se manifestarem em grandes porções da Amazônia e de serem pouco representadas em UC's.

O segundo motivo elencado: a Formação Alter do Chão. Segundo Santos, *et al* (1999, p. 08):

O termo Formação Alter do Chão foi empregado pela primeira vez por KISTLER (in CAPUTO et al, 1971), para dominar um conjunto de rochas sedimentares de coloração avermelhada, inconsolidadas, identificadas durante a perfuração do poço 1-AC-1-PA (Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRÁS), recobrindo a seqüência paleozóica da Bacia Sedimentar do Amazonas.

Para Albernaz, *et al* (1999), a Formação Alter do Chão é importante como uma fonte histórica que servirá para fins didáticos e, portanto, preservá-la é manter intacta a história local. No que tange à área proposta para APA – Alter do Chão, toda ela está situada na Formação Alter do Chão que:

[...] distribui-se pela sub-bacia do Médio Amazonas desde o vale do Rio Madeira, no Amazonas, até a região de Monte Alegre, no Pará (Petri&Fúlfaro, 1983). Amaral (1954) descreveu com mais detalhes os sedimentos que afloram no Vale do Rio Tapajós. As rochas predominantes nessa região são sítios argilosos vermelhos e, subordinadamente, arenitos médios a finos. São raros conglomerados e ausentes sedimentos químicos. Formam suaves elevações, com raras exceções, como a serra da Piroca, próxima à vila de Alter do Chão. A espessura, na secção-tipo, poço 1-AC/1-PA (Alter do Chão) é de 545 metros (Daemon, 1975) (ALBERNAZ, *et al*, 1999, p. 05).

Na citação acima se tem mais argumentos para que a proteção da Formação Alter do Chão tenha uma relevância natural, histórica e científica sem precedentes para a região amazônica como um todo.

O terceiro motivo apontado, definido como econômico, é o crescimento do turismo⁵³ na região. Esse crescimento vem se difundindo a partir da vila de Alter do Chão e se expandindo para outras comunidades da região do Eixo Forte como é o caso de Ponta de Pedras, Caranazal, São Brás, Juá, dentre outras. Há certa unanimidade local de que o turismo é a base econômica do distrito de Alter do Chão, em função da vila de Alter do Chão, como foi descrito no capítulo anterior. E isto faz com que a demanda pela APA por parte das comunidades aí existentes, como um todo, se intensifique. Atualmente, os atrativos turísticos que se encontram nesta região são os que se baseiam nas belas paisagens naturais como o Lago Verde; a Ilha do Amor, a Serra Piroca, todos localizados na vila de Alter do Chão e toda a extensão de praia de água doce do rio Tapajós que abrangem além de Alter do Chão, Ponta de Pedras, Juá, Pajuçara, etc. Além disso, as savanas, os igarapés⁵⁴, igapós, florestas secundárias, que se encontram distribuídas por todo o Eixo Forte formam um conglomerado de paisagens naturais prestigiadas por turistas regionais, nacionais e internacionais.

O turismo é uma atividade econômica que se fortalece e se intensifica nos séculos XVIII e XIX; apogeu do sistema capitalista, em função do surgimento de novas necessidades sociais. Segundo, Figueiredo (1999, p. 90):

A viagem turística nasce da busca de melhores instrumentos para proporcionar lazer, permanecendo como uma necessidade constituída em nossa sociedade industrial, na tentativa de se recuperar mazelas oriundas do trabalho e da vida urbana. Aparece, então, a função primordial da natureza dessa viagem na modernidade.

O turismo, então, passa a ser um setor econômico que apresenta complexidades e se formaliza a partir de elementos que buscam ser demonstrações de sua organização dentro do processo produtivo. Deste modo, como afirma Figueiredo (1999), estudar o turismo nos leva a fazer análises que identifiquem a oferta e a demanda turística, bem como o mercado turístico, fortalecendo a visão de que os principais estudos analíticos sobre esta atividade estão relacionados a aspectos econômicos e administrativos do setor.

Existe uma grande variedade de tipos ou segmentos de turismo que ultrapassam a idéia de viagem ou excursão. Podemos citar: o turismo de veraneio, o turismo de evento, negócios, aventura, histórico, cultural, ecológico ou ecoturismo, dentre outros, que estão demonstrados

⁵³ O turismo, por ser uma atividade complexa, tem muitas definições. Dentre estas várias definições destacamos a de La Torre (apud Barreto, 2001, p. 13): “O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural”.

⁵⁴ Igarapés são cursos de água amazônicos de primeira e segunda ordem, componentes primários de tributação de rios pequenos, médios e grandes, sendo que a sua boca serve de porta de acesso para as matas (BRASIL NATURE, 2006).

e especificados a partir de diversos autores como Lage; Milone (2000); Angeli (2003); e Fernandes; Coelho (2002). Para o referente estudo convém destacar destes segmentos o veraneio⁵⁵, o cultural⁵⁶ e o ecoturismo⁵⁷, haja vista Alter do Chão praticar os dois primeiros de forma intensiva e o último ser um tipo de turismo proposto como alternativo, não só para Alter do Chão, mas para toda Amazônia.

As atividades turísticas acabam por estabelecer o desenvolvimento de uma série de outras atividades econômicas que, hoje em dia, impulsionam a economia local, gerando emprego e renda. Em Alter do Chão, não é diferente e, no que tange à Vila, isto se demonstra no crescimento e estabelecimento de atividades como: barracas na praia, catraias⁵⁸ para travessia, pousadas, hotéis, restaurantes, bancas de comidas típicas, agências de turismo, lojas de artesanato, dentre outros. Este impulso vale destacar, pode ser sentido de forma indireta por outras comunidades da região, pois como já vimos anteriormente, a vila de Alter do Chão é o principal centro turístico do distrito. Mas, ao demandar abastecimento de alimentos e serviços, outras comunidades que vivem da agricultura familiar, do extrativismo (açaí e borracha) e do artesanato se beneficiam, pois conseguem vender seus produtos para Alter do Chão que os demanda em função do movimento turístico.

[...] o turismo aqui na nossa região ele acaba fortalecendo a agricultura familiar. Por exemplo, as pessoas que produzem farinha, tapioca, tucupi, galinha caipira, a produção familiar ela produzem por que tem uma demanda de turista, entendeu? Por exemplo, tem alguém que tem um restaurante e ela mesma cria galinha caipira. Quer dizer, se acaba o consumidor que é o turista, todas as outras atividades vão para o brejo (ENTREVISTA 02, 09/06/05).

A questão do turismo na vila de Alter do Chão aponta para duas preocupações contraditórias que são detectadas tanto nos estudos dos pesquisadores do INPA, quanto pelas pessoas que foram entrevistadas para a composição deste estudo. Primeiro, há uma conclusão de que o turismo é a base econômica local e que o mesmo está assentado nos recursos naturais existentes que são as belezas naturais da vila de Alter do Chão e de outras comunidades. Sendo, então, o turismo a base da sobrevivência dessa região, a conservação de recursos como

⁵⁵ Aqui está se chamando de veraneio o segmento turístico que tem como produto principal as praias e os balneários de que estas resultam. Como a vila de Alter do Chão é considerada um balneário em que a utilização das praias de rio são freqüentes, esta passa a ser o principal segmento turístico.

⁵⁶ O turismo cultural, segundo Barreto (2001, p. 21): “[...] seria aquele que tem como objetivo conhecer os bens materiais e imateriais produzidos pelo homem”. No caso de Alter do Chão, suas festas folclóricas, seu artesanato e sua gastronomia, são criações milenares dos habitantes da Amazônia que mantidas e recriadas são conhecidas e apreciadas por turistas.

⁵⁷ Segundo o Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR (1994, p. 19), o **ecoturismo** é definido como: “[...] um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas”.

⁵⁸ A catraia é um tipo de canoa utilizada na vila de Alter do Chão como o meio de transporte para a travessia realizada da vila para a Ilha do Amor, como se fossem táxis aquáticos.

as savanas, os lagos e igarapés fontes do Lago Verde e a própria Formação Alter do Chão torna-se uma questão vital, em termos socioeconômicos para todo o distrito, como já foi demonstrado no **CAPÍTULO II**. Para o comunitário que lidera a criação da APA, essa questão acabou sendo o ponto de partida para convencer o restante das outras pessoas das comunidades da região do Eixo Forte da importância de se criar a APA – Alter do Chão.

Então, quando você fala, por exemplo, hoje na questão ecológica, hoje você fala em Alter do Chão em turismo ecológico, você já sente que você tem aceitação, por que nós conseguimos com a Ana (Albernaz), a gente passou dois meses visitando aí e ouviu as comunidades e, a gente até mudou um pouco de como levar a questão de proteger a área. Era até eu falei para a Ana. Ana nós vamos sair daqui, nós vamos passar dez anos aqui e nós não vamos conseguir nada, não vamos conseguir mobilizar, não vamos conseguir sensibilizar as pessoas se falar só na questão de proteger. Nós vamos ter que falar na questão econômica, quando você fala em dinheiro, quando você fala na economia piora ou melhora a situação de alguém, você consegue aceitação (ENTREVISTA 02, 09/06/05).

Isto mostra que na visão de quem estava e está à frente do processo de criação da APA - Alter do Chão, a conservação e/ou preservação dos recursos naturais tem um motivo econômico intrínseco que mexe com a própria sobrevivência das populações locais. Esse motivo fica evidente em alguns depoimentos quando foi questionado o objetivo da criação da APA – Alter do Chão:

[...] o principal deles na verdade é garantir a perenidade do Lago Verde, que é um dos nossos mais importantes atrativos naturais. E, se o processo de antropização está sendo desenvolvido cada vez mais intensamente, nas nascentes dos formadores do Lago Verde, a médio e longo prazo ele vai sofrer problemas seríssimos de assoreamento (ENTREVISTA 04, 10/06/05).

Principalmente por Alter do Chão e as demais comunidades que fazem parte da APA apresentar um ecossistema muito frágil que é o ecossistema de savana. E, por apresentar toda uma beleza cênica, uma beleza natural e que precisa ser preservada e conservada (ENTREVISTA 05, 17/06/05).

Neste sentido, está evidente que proteger os recursos naturais locais está relacionado com a base econômica local, fonte da sobrevivência dos mesmos que é o turismo. Ao se referendar o turismo como a base econômica local, a segunda preocupação que surge é que a própria atividade pode ser nociva a esta paisagem natural que se quer proteger. O uso intensivo desses recursos, a falta de infra-estrutura adequada para receber os turistas e as atividades turísticas convencionais à exceção do ecoturismo, como os já citados anteriormente, acabam propiciando um turismo de massa que pode vir a ser prejudicial ao meio ambiente em questão.

E, sob esse prisma, a APA surge, mais uma vez, como alternativa, pois no momento que ela possibilita o ordenamento e a disciplina do uso dos recursos naturais, esta, através do

seu Zoneamento⁵⁹, Plano de Manejo⁶⁰ e Conselho Gestor⁶¹, poderá determinar como e que tipo de segmentos de turismo se quer para a APA – Alter do Chão. E, sob esse ponto de vista, a atividade turística que vem ganhando força na região como uma alternativa de turismo sustentável com base comunitária⁶², é o ecoturismo. Para Coelho (1999, p. 52):

O ecoturismo vem sendo apresentado por ecologistas, empresários, agências financeiras - internacionais, nacionais e regionais – governantes estaduais e municipais, e, não, raro, pelos representantes das sociedades locais, como um achado na solução de problemas econômicos e ambientais. Crescem as expectativas sempre positivas em relação ao ecoturismo, uma nova panacéia para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Todavia, apesar de ter origem na busca de alternativa ao turismo convencional ou de massa, ecológico e socialmente danoso, as relações positivas entre o ecoturismo e sociedades locais, entre ecoturismo e preservação das riquezas naturais não podem ser automáticas, naturais.

Citar o ecoturismo como um dos segmentos turísticos viáveis para a APA – Alter do Chão e para toda a Amazônia justifica-se pelo fato do mesmo encontrar-se relacionado com o discurso dos que defendem o desenvolvimento sustentável. Mas, como ressalta Coelho (1999), Simonian (2000) e Pinto (2000) é preciso ter cuidado, pois muitas vezes a prática não condiz com o discurso e, portanto, as opções de ecoturismo, e do turismo de modo geral, e como estes podem ser viabilizados pela comunidade da APA – Alter do Chão tem que ser levado em consideração. Isto faz parte de um processo que exige conscientização, educação e convencimento no que tange às formas de uso do meio ambiente pelos turistas e pela comunidade local.

A realidade atual de Alter do Chão é o turismo convencional ou de massa a partir da utilização de suas belezas naturais e culturais. Contudo, muito se tem discutido nos meios universitários, institucionais e sociais, a perspectiva de alternativas de diversificação das atividades turísticas em Alter do Chão, em que o ecoturismo se apresenta como uma das mais promissoras, principalmente em áreas de proteção ambiental, como se pode perceber em Irving (2002, p. 48):

⁵⁹ Zoneamento, segundo o SNUC (2004, p. 10) é: “[...] definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicas, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz”.

⁶⁰ Plano de Manejo, segundo o SNUC (2004, p. 10-11) é o: “[...] documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade”.

⁶¹ O Conselho Gestor das UC's podem ser deliberativos ou consultivos e se constitui pelo órgão responsável de administrar a UC, por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e por populações tradicionais. As competências do Conselho Gestor estão descritos no SNUC (2004) em seu artigo 20.

⁶² Segundo Costa (2002, p. 64): “John Swarbrooke, em sua publicação *Sustainable Tourism Management*, defende o uso da expressão turismo sustentável que, de acordo com o autor, encerra uma abordagem do turismo que reconhece a importância da comunidade local, a forma como as pessoas são tratadas e o desejo de maximizar os benefícios econômicos do turismo para essa comunidade”.

A utilização de áreas protegidas para o ecoturismo reflete, portanto, algumas tendências globais, entre as quais o crescimento da consciência ambiental, em razão dos níveis crescentes de degradação da base de recursos naturais, incluindo a destruição de ecossistemas de alta relevância para a preservação da biodiversidade global, e o processo de reencontro do homem com sua própria essência, abandonada pela sociedade de consumo, e profundamente afetada pelo fenômeno da globalização.

É por isso que áreas como as existentes na região amazônica são visadas e, segundo Figueiredo (1999, p. 107), podem “promover uma justificação econômica para a conservação de áreas naturais com o mínimo de modificação [...].” Portanto, no momento em que uma nova APA na Amazônia é criada em prol de um melhor planejamento e gestão de áreas naturais, se faz necessário levantar todas as perspectivas e possibilidades de utilização racional da mesma, onde o turismo aparece como uma das atividades mais promissoras quando o assunto é envolvimento comunitário, educação ambiental e conservação dos recursos naturais e culturais do local.

Neste sentido, o turismo é encarado como uma das principais formas de sustentação econômica, social, cultural e ambiental dentro da APA – Alter do Chão, haja vista este ser reconhecido na área como sua principal base econômica, cabendo, portanto, se efetuar um levantamento de como se pode melhorar tal atividade adequando-a para uma APA com o intuito de se tentar dar mais um passo rumo ao amadurecimento e crescimento desta atividade em áreas de proteção ambiental em busca de um desenvolvimento sustentável.

Pensar dessa maneira, por outro lado, permite se ter uma alternativa econômica que não esteja tão contrastante com a conservação da natureza. E, neste aspecto, um fator importante que pode contribuir para que se consiga viabilizar um turismo sustentável com base comunitária é o fato, já citado no capítulo anterior, de Santarém ter uma faculdade de turismo⁶³ que hoje vem capacitando uma gama expressiva de profissionais da região. Isto representa pessoas capacitadas, através de uma vivência local, facilitando assim, o acesso a profissionais para a condução de propostas de efetivação de atividades turísticas de acordo com as reais demandas de uma APA.

O fortalecimento do turismo, de acordo com as premissas da APA para a região, ainda pode ser visto como a melhor alternativa para as comunidades do que, por exemplo, a ampliação da fronteira agrícola através dos grãos. Uma atividade que vem se expandindo em

⁶³ Refiro-me ao Instituto Esperança de Ensino Superior – IESPES, criado em 2001 e que tem como missão: contribuir para o desenvolvimento da região amazônica articulando um saber comprometido com a justiça e a solidariedade e contribuindo para o exercício pleno da cidadania mediante formação humanista, crítica e reflexiva (IESPES, 2005).

toda a Amazônia e, especificamente na região do Eixo Forte, como já citado anteriormente, vem sendo motivo de preocupação por parte de sua população que está se sentindo ameaçada por este avanço.

Quem vai para Ponta de Pedras já está vendo ali alguém ciscando, a impressão que eu tenho que é para plantar soja. Agora, imagina que aquele trecho, eu falei para Luzia, lá no ISAM, ali tem um trecho, mas depois me disseram que não é só lá não, em São Sebastião, todo esse trecho ali, vindo para o lado de Alter do Chão é área de medicina, área de medicina. Ali está a sacaca, ali está a verônica, a Verônica tanto a moça e como a planta. Ali está a sucuba e do jeito, se nós não apressarmos, daqui a pouco serão quintais de criação de porco, de galinha ou depósitos de tratores que vão ser usados para plantar soja na região. (ASSEMBLÉIA DO IRURAMA, 2005, p. 11)

[...] a questão da soja. Será que o Eixo Forte vai querer soja ou não? Tem a questão fundiária em jogo, a questão da terra, tem a questão política, mas, tem também a questão de aptidão. Como é que a gente vai começar abrir campo na natureza para começar a plantar soja, se o solo não sustenta esse cultivo? A gente vai está desmatando e matando um monte de plantas medicinais importantes para a nossa sobrevivência, sendo que aquele cultivo não vai vingar. Ele pode vingar dois, três anos, mas aquele solo não vai sustentar. (ASSEMBLÉIA DO IRURAMA, 2005, p. 36)

Verônica, sucuba, assim como a sacaca, a andiroba, a copaíba, entre outras são plantas ou árvores nativas da Amazônia que são utilizadas para a fabricação de remédios caseiros, através de conhecimentos tradicionais passados de geração a geração na região amazônica e, hoje, são reconhecidas cientificamente, tendo remédios farmacêuticos e cosméticos produzidos à sua base. Com o avanço da agricultura de grãos, estas plantas e árvores podem estar ameaçadas, sendo mais um motivo para se preservar e/ou conservar aquela região. Em conjunto com as justificativas que deram origem à criação da APA – Alter do Chão esta também, consolida e ratifica que criar a APA – Alter do Chão é mais do que necessário para a conservação e/ou preservação de uma parte da natureza. No momento em que a comunidade local respalda tal criação, demonstra que sua relação é direta, existindo assim um interesse onde o que está em jogo não é apenas a conservação e/ou preservação da natureza, mas também o reconhecimento que isto garantirá a sobrevivência das populações locais como um todo, no presente e no futuro.

3.4 O PROCESSO E OS CONFLITOS⁶⁴

Com base nas justificativas iniciais, levantadas pelo grupo de pesquisadores do INPA, segundo a liderança local que estava à frente desse processo:

Em 1999, já com o INPA, já com um estudo mais detalhado sobre a questão da APA, a gente entrou com um pedido no Ministério Público, através do Ministério Público, do IBAMA, Brasília pedindo para criar a APA – Alter do Chão, uma APA federal. E, daí começou a discussão. Quando foi em 2000 houve uma oportunidade na comemoração dos 500 anos do Brasil, o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, ia criar 500 unidades de conservação dentro do Brasil. Então, óbvio, a gente estava querendo pegar uma carona, mas a gente não conseguiu. Mesmo assim não parou o processo e quando foi em 2000, essa discussão foi mais acirrada e o Fernando Henrique com o nosso governador, na época, Almir Gabriel, sentaram em Brasília, e o Almir Gabriel proibiu que o governo federal cria-se qualquer unidade dentro do Estado do Pará e, hoje tem um acordo, lá em Brasília, e nossa APA novamente foi barrada em Brasília (ASSEMBLÉIA DO IRURAMA, 2005, p. 08).

Este relato mostra bem a dificuldade que estaria por vir para que a criação da APA – Alter do Chão fosse consolidada. Não bastava ter uma organização na comunidade e respaldo acadêmico-científico para que a APA fosse criada. Era preciso buscar negociar com as esferas governamentais para que a criação da APA se tornasse realidade. No momento que os grupos envolvidos nesse processo percebem que a via federal estaria impossível devido a promessas que jamais seriam cumpridas e aos acordos políticos da natureza do acima citado, iniciou-se um processo de busca de novos rumos. Esses novos rumos levaram as lideranças comunitárias que defendiam a criação da APA – Alter do Chão a procurarem outras instâncias e esferas de governo.

Uma das instâncias que merece destaque é o Conselho Municipal de Turismo e Meio Ambiente de Santarém – COMTUMA. A proposição para a criação de uma APA em Alter do Chão, foi discutida e apresentada pela primeira vez no COMTUMA, através de sua presidente à época, Selma Melgaço (que nesse período era representante do IBAMA de Santarém). Este fato se deu no dia 20 de janeiro de 2000. Deste momento em diante, várias reuniões do COMTUMA trataram sobre a APA – Alter do Chão. A proposta da APA - Alter do Chão e sua colocação como ponto de pauta para o COMTUMA, se deu através de uma solicitação do Conselho Comunitário de Alter do Chão através de seu presidente na época, o Sr. Laudelino Sardinha. A partir desta data, várias reuniões foram feitas para discutir a APA – Alter do Chão dentro do COMTUMA que, neste momento, tomou para si a responsabilidade de

⁶⁴ Aqui estamos denominando por conflitos os embates que existiram para a criação da APA – Alter do Chão que envolveram os principais atores responsáveis por este processo.

discutir e encaminhar o processo. Dentre estas reuniões se destacam algumas deliberações tomadas⁶⁵:

1- Em reunião do dia 22/05/2000, onde estavam presentes os representantes das comunidades envolvidas na área proposta para a APA, foi lançada a proposta de se formar grupos para conscientizar as comunidades envolvidas da importância da APA.

2- Nesta mesma reunião se definiu que a APA seria municipal, já que se verificou que nem o Estado e nem o Governo Federal teriam interesse em criar a APA e, também, devido ao fato do gerenciamento poder ser feito de forma local, com a possibilidade da participação mais efetiva das comunidades e de gestores locais.

3- Foi criado um grupo de trabalho, do qual faziam parte: técnicos da Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santarém – SANTUR, atual SEMTUR, e do ISAM, representantes da AMEIFOR e de ONG's ambientalistas locais, sob a coordenação do COMTUMA, para discutir a APA, se responsabilizar pela formulação de um projeto de Sensibilização para as comunidades inseridas na proposta da APA, o que foi feito, e, buscar agilizar a implantação da APA.

4- Um outro ponto que foi agilizado através do COMTUMA foi a solicitação de verba, via, Programa de Desenvolvimento de Ecoturismo na Amazônia Legal - PROECOTUR, para se fazer o Estudo Sócio–Econômico da área proposta para APA, já que o levantamento físico – natural fora feito pelos pesquisadores do INPA e estava a disposição da comunidade.

5- Esta verba seria de R\$ 18.000,00, que estava como dotação confirmada, porém, precisava de um aval do prefeito de Santarém, o que não ocorreu e, consequentemente, a mesma foi perdida por não cumprimento dos prazos de solicitação, que era dezembro/2001.

Ainda neste período, no final de 2001, um outro marco reconhecido por todos os entrevistados foi um Seminário coordenado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi e organizado pela Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – SECTAM e pelo

⁶⁵ Essas deliberações tem como fonte anotações da autora, contidas em um Caderno de Memória que era utilizado para relatar as atividades realizadas via SANTUR/COMTUMA, instituições da qual fiz parte no período de 1999 a 2002.

PROECOTUR, realizado em Alter do Chão no dia 20 de dezembro de 2001. Segundo Mourão (2005, p. 32), o objetivo foi:

[...] discutir e avaliar uma proposta para a criação de uma unidade de conservação. Fizeram-se presentes além da SECTAM/PROECOTUR, representantes do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, comunidades locais, sociedade civil organizada, organizações não-governamentais, entidades públicas e privadas e outros interessados. Neste seminário a própria comunidade decidiu a criação de uma Área de Proteção Ambiental Estadual no distrito de Alter do Chão, no município de Santarém e parte do município de Belterra, sob o nome de APA Estadual Alter do Chão, com aproximadamente 50.000 ha em que se delimitaram inclusive seus limites.

O fato do Seminário acima citado ter decidido por uma APA Estadual não fez disso uma realidade. A APA Estadual Alter do Chão não foi criada pelo governo do Estado do Pará que, naquele momento, não tinha nenhum interesse de criar novas UC's no Estado, como relatado por um dos entrevistados e citado acima. Neste Seminário, que teve um caráter de consulta pública, o município estava representado por alguns técnicos da SANTUR e do ISAM. Contudo, sem força de decisão esses técnicos nada responderam frente às pressões da APA ser estadual ou municipal. E, portanto, a discussão também permanecia na esfera municipal onde havia grupos (como o caso das duas secretarias de governo SANTUR e ISAM em conjunto com alguns grupos da vila de Alter do Chão) que defendiam junto ao prefeito a criação da APA. O ano de 2002 foi mais um ano de discussões e tentativas de criação da APA – Alter do Chão que, somente em 2003 se efetivava na forma de Lei Municipal.

E aí quando foi em 2003, o prefeito então criou uma APA que não era nem a APA que a gente estava pedindo inicialmente que era de 36.800 hectares e nem a que as comunidades do Eixo Forte estavam pedindo que era de 58.000 hectares. E, se criou uma APA de 16.000 hectares que não contempla as necessidades, não contempla a questão do Eixo Forte, mesmo por que não houve um estudo técnico, mais detalhado sobre a questão da APA – Alter do Chão, essa de 2003 cortou algumas bacias, alguns igarapés e bacias aqui da região do Eixo Forte. Então são alguns detalhes que a gente sentiu que não houve uma preocupação técnica e sim política da criação da APA, mesmo para esvaziar a Associação dos Moradores do Eixo Forte que era o alvo maior do prefeito tinha para esvaziar a luta da região do Eixo Forte (ASSEMBLÉIA DO IRURAMA, 2005, p. 08-09).

Na citação acima, no que se refere às áreas citadas, a primeira, de 36.800 hectares, advém dos estudos, levantamentos e propostas da equipe do INPA, a segunda, que varia entre 50.000 a 52.000 hectares, surgiu no Seminário coordenado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi quando algumas comunidades aí presentes reivindicaram a sua inclusão nos limites da APA e, por fim, a de 16.000 hectares ou mais precisamente, 16.180 hectares. A escolha e definição da área da APA em Lei Municipal não estão claras. Os próprios membros do governo não souberam dizer por que da escolha. Por isso, como se verá mais adiante, a única razão que temo é dada pelos depoimentos dos comunitários e/ou lideranças ouvidos. O que se

tem de concreto até este momento, portanto, é o que está estabelecido no Decreto de Lei Municipal nº. 17.771/03 (**ANEXO E**) que em seu primeiro artigo institui:

Fica criada, no Município de Santarém, no Estado do Pará, a Área de Proteção Ambiental de Alter do Chão (APA - Alter do Chão), com área de 16.180,00 ha (dezesseis mil, cento e oitenta hectares) [...] (DECRETO DE LEI nº. 17.771, 2003, p. 01).

O Memorial Descritivo, bem como a planta cartográfica atual da APA – Alter do Chão, bem como estão apresentados nos **ANEXO F** e **ANEXO G**, respectivamente. E, sobre isso, o importante frisar é que nenhuma dessas áreas atende os anseios da região do Eixo Forte, em Alter do Chão que quer ver todas as dezoito comunidades dentro da área da APA. O artigo segundo do referido Decreto, define a cargo de quem caberá sua supervisão:

A APA – Alter do Chão será supervisionada, administrada e fiscalizada pelo Instituto Sócio-Ambiental de Santarém (ISAM), com a colaboração de entidades públicas e privadas, podendo ser criado o Conselho Gestor da APA e grupos técnicos para apoiar a implantação das atividades de administração e a elaboração do Plano Diretor de Gestão Ambiental, contemplando o Plano de Manejo e o Zoneamento Ecológico-Econômico (DECRETO DE LEI nº. 17.771, 2003, p. 02).

Como se percebe através dos artigos citados acima, a APA – Alter do Chão está criada e com o indicativo de supervisão, administração e fiscalização encaminhadas. Além do Decreto citado, a Prefeitura Municipal de Santarém, através do ISAM, elaborou a Planta Cartográfica da APA – Alter do Chão, bem como o seu Memorial Descritivo. A APA Municipal de Alter do Chão criada pelo Decreto citado acima, abrange das dezoito comunidades apenas sete: Alter do Chão, Ponta de Pedras, Santa Rosa, Caranazal, São Raimundo, São Pedro e Jatobá. O fato da criação da APA – Alter do Chão, através de um Decreto de Lei Municipal ter sido efetivada, não fez com que essa saísse do papel por um lado e, por outro, não contempla os anseios das comunidades da região do Eixo Forte, no distrito de Alter do Chão, surgindo por um lado um conflito de demandas e, por outro, um desânimo que afetou temporariamente as principais lideranças locais.

[...] a APA – Alter do Chão, isso muito reduzida, com 16.000 hectares e, a gente não contempla o anseio da região e, ficou bem visível que o pessoal não fez por uma questão técnica e sim por uma questão política. Inclusive, eu estava na presidência da Associação da Região do Eixo Forte, que são dezoito comunidades e, isso foi um desgaste muito grande para a Associação quando o prefeito criou a APA – Alter do Chão por que deixou as comunidades que estavam com mais força para criar a APA, deixou de fora. E, a comunidade custou muito, a gente gastou reunindo com a comunidade, que a gente não entrou na discussão, não foi chamado para a discussão e, já se passou quase dois anos (ENTREVISTA 02, 09/06/05).

[...] quando foi criada a APA? A APA – Alter do Chão foi criada em 2003, em julho. Foi votada e aprovada na Câmara dos Vereadores com 16 votos contra um. Então, eu vi assim que, naquele momento, a APA foi criada mais por um capricho político do que técnico e, o único vereador que votou contra a APA – Alter do Chão foi o vereador Nivaldo Sarmento, a pedido. Eu pedi para o Nivaldo votar contra por

que os vereadores estavam votando uma coisa que eles não tinham conhecimento, nem técnico e nem político. Foi um crime dos vereadores, liderado pelo presidente da Câmara Emir Aguiar e que não só fez uma luta contra a Região do Eixo Forte, mas foi um crime eleitoral e uma falta de responsabilidade da classe política que estava na Câmara até o ano passado e, infelizmente alguns continuaram (ASSEMBLÉIA DE IRURAMA, 2005, p. 29).

As citações acima demonstram que um processo que começou de forma diferenciada, teve um fim não tão diferente das demais criações de UC's no Brasil. Ou seja, uma criação de cima para baixo, que não respeitou a vontade da comunidade e, por outro lado, acabou se tornando mais um decreto que só ficou no papel por não ter sido efetivado pelo órgão responsável. Isso ocasionou um desgaste grande para as lideranças locais que apostaram na APA. Essas lideranças, que já eram reduzidas, se viram sozinhas e sem forças para continuar buscando envolver outros grupos nesse processo. Até por que, de ambos os lados (lideranças comunitárias e técnicos da prefeitura responsáveis pelo processo), houve quem colocasse em suas entrevistas que não eram favoráveis a uma APA municipal devido à fragilidade desta, principalmente a vulnerabilidade política. O único ponto positivo que alguns viam, no momento da criação, era o fato de que com a APA municipal o órgão responsável estaria mais próximo sendo mais fácil o processo de cobrança de ações em prol da APA.

Eu achava que a APA, em minha opinião, ela deveria ser estadual ou intermunicipal, como acabou havendo a prevalência. O grande problema é que ela sendo intermunicipal a dificuldade de conseguir recursos, como nós já esperávamos, esta dificuldade se concretizou. E, na verdade a APA não saiu do papel.

Hoje, a minha posição é que ela pode ser municipal, mas acima de tudo é preciso que ela saia do papel e se faça desenvolver as ações. Se ela for estadual e tiver recursos, não vejo nenhuma dificuldade. O importante que exista recursos para que seja efetuado o plano de manejo desta área, iniciando já pelo zoneamento ecológico econômico da área da APA. Isso é urgente (ENTREVISTA 04, 10/06/05).

A gente pensou mais na APA federal. Eu não fui favorável a APA municipal, eu coloco por que, nós pensamos na questão da APA federal por que a gente acreditava que os deputados federais e senadores não iam brigar por muita mudança e nem resistência de criar uma APA federal por que nós temos um pouco mais de dois mil eleitores dentro da área da APA e, isso não elege nem um deputado federal, nem um senador e nem um governador. Sendo municipal, há interesses políticos menores que seriam os vereadores e dois mil votos elege um vereador em Santarém. Então, era uma questão muito política e também técnica de, por exemplo, era mais seguro o IBAMA gerenciar uma APA por que ele ia ter pouca influência do mandatário que seria o Ministério do Meio Ambiente, o presidente da república de que gerenciado pelo município que o prefeito, que o secretário do meio ambiente está ali em cima e, dependendo do compadre, que tem um compadre lá dentro da APA, todo mundo se conhece, vereador conhece outro fazendeiro, um criador de frango, sei lá, de porco. Então, eu vejo assim que era um risco muito grande de criar a APA e, na hora de fazer zoneamento cada um puxar para defender seus interesses. Então, ia sobrar pouco para a comunidade, a gente achava que ia ter pouca mudança.

Então, até com a questão estadual a gente achou que... A APA municipal para mim é a mais frágil. Hoje, a gente aprova a APA municipal por uma questão de que já tem uma APA municipal que é pequena e, segundo a questão, a assessoria jurídica da prefeitura, a hora que a Prefeita e os Vereadores ampliarem a área,

automaticamente será anulada essa APA de 16.000 hectares (ENTREVISTA 02, 09/06/05).

O ano de 2003 passou e nada do que estava programado no Decreto de Lei nº. 17.771/03 foi cumprido. Pelo Decreto (2003), o ISAM como órgão gestor da APA – Alter do Chão tinha um prazo de noventa dias para conduzir o processo de composição e definição de atribuições do Conselho Gestor da APA – Alter do Chão, para que este fosse aprovado por Decreto e assim prosseguir com a implantação da APA encaminhando a elaboração dos instrumentos de gestão da APA: o Zoneamento e o Plano de Manejo. Nenhum desses instrumentos foi viabilizado e, 2003 acaba sem que nada, com relação à APA – Alter do Chão, fosse feito. Aparentemente, o fato de a APA ter sido criada pela esfera municipal e à mercê das lideranças comunitárias da região do Eixo Forte, provocou uma desmotivação de levar adiante o processo de forma mais intensa. O ano de 2004 foi um ano eleitoral e, o saldo foi a derrota do grupo que estava na Prefeitura de Santarém. O novo grupo que entra é liderado pelo Partido dos Trabalhadores – PT que elege a senhora Maria do Carmo para a Prefeitura deste município. Dos vários apoios que a atual prefeita de Santarém pôde contar, estavam componentes do grupo que lidera a criação da APA – Alter do Chão, o que possibilita um laço estreito e direto entre os mesmos, a ponto, por exemplo, de esses indicarem o atual administrador do distrito de Alter do Chão, que está sendo assessorado pela principal liderança que defende a APA – Alter do Chão, além de indicar a pessoa responsável pela sessão de Áreas Protegidas do ISAM, que é da vila de Alter do Chão. Esse laço estreito e direto faz com que as lideranças defensoras da APA retornem à discussão e às cobranças quanto às ações desse novo governo em prol da implantação da APA – Alter do Chão.

3.5 DA CRIAÇÃO À IMPLANTAÇÃO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Atualmente, com a entrada de uma nova gestão de governo municipal, o ISAM tem a APA – Alter do Chão como “[...] uma prioridade número um, quando se fala em criar as unidades de conservação. E a APA já tem um caminho andado que já foi criada e então agora é implementar” (ENTREVISTA 01, 06/06/2005). Segundo este entrevistado, a equipe do ISAM reconhece o Decreto nº. 17.771/03 que criou a APA – Alter do Chão, mas busca atualmente nas comunidades o real interesse de efetivar a APA, como ação principal e inicial desse processo.

Em primeiro lugar, nós já realizamos incursões dentro da região da APA, em visitas às dezoito comunidades para a gente sentir o grau de interesse dessas populações

que ainda são tradicionais, que moram na APA. E, a partir daí nós elaboramos um plano de trabalho, com visitas periódicas nas comunidades, a onde a gente está colhendo subsídios que está nos dando suporte para realizar uma Assembléia agora no dia 20 de junho onde a gente vai discutir não só a questão da APA, mas a questão de como está o meio ambiente dentro dessa região, por que a gente sabe que é uma região que está sendo muito olhada, muito especulada, inclusive existem indícios fortes de pessoas que já demarcaram áreas para plantio de grãos (ENTREVISTA 01, 06/06/2005).

Aqui é perceptível a preocupação com o mais novo problema que ameaça a paisagem natural da Amazônia, a plantação de grãos. Uma preocupação de hoje que requer atenção principalmente quando áreas com as características do distrito de Alter do Chão são visadas para esse tipo de atividade. E, o mais interessante é perceber que tal preocupação vem das lideranças comunitárias como já mostramos em outra parte desta dissertação e também de quem está atualmente no governo dentro do órgão responsável pelas questões ambientais. Além disso, uma outra evidência, como diz o ditado “é preciso dar dois passos atrás para se dar um na frente”. Ou seja, na gestão atual do governo municipal eles reconhecem a criação da APA e estão viabilizando, através do órgão responsável pelas questões ambientais, incursões nas comunidades para que delas sejam identificadas a real vontade de criação da APA e até que ponto as mesmas tem conhecimento desse processo e dos problemas ambientais existentes, demonstrando que tal se volta para ações que deviam preceder o Decreto de criação.

E, nesse sentido, a equipe do ISAM reconhece que o principal parceiro da passagem de criação para implantação da APA são os comunitários e suas lideranças.

[...] o principal parceiro é o comunitário, são as lideranças, por que nós temos que pensar a APA, mas pensar que a gente não pode chegar com nada pronto e tentar, como diz o ditado: *enfiar goela a baixo...* Não! A participação do comunitário, dessas populações, elas vão ser super importantes (ENTREVISTA 01, 06/06/2005).

O entendimento do entrevistado acima é que, com as visitas nas comunidades e o diálogo com as pessoas que ali residem e suas lideranças, o processo de implantação da APA ainda é uma vontade das comunidades que, de acordo com o Levantamento Preliminar feito pelo ISAM e descrito no **CAPÍTULO II**, estão interessadas em conhecer melhor tal processo para entender os prós e contras e se inserir na implantação da mesma, pois o decreto da criação da APA só atinge sete comunidades em vez das dezoito. Aí advém a importância do Levantamento Preliminar, da Assembléia do Irurama e do retorno ao ponto de partida da criação da APA, a vontade dos comunitários da região do Eixo Forte.

Uma outra questão detectada na entrevista é que para o responsável deste processo, via ISAM, a APA continua sendo a melhor alternativa para a região do Eixo Forte quando se

pensa em uma ação efetiva de governo para aquela área em prol da conservação ambiental aliada ao seu processo de desenvolvimento.

[...] uma APA, apesar de ser uma unidade de conservação que o manejo, o modo de utilizar é o mais brando, por que tudo pode se fazer dentro de uma APA. Mas, desde que obedeça ao Plano de Manejo, primeiro tem o zoneamento que se faz depois a gente vai fazer o Plano de Manejo e todo esse processo é feito com a participação ativa de lideranças das comunidades. Eles sabem que eles têm que ajudar a preservar. Eles são as pessoas que... Eles não se precisam se conscientizar por que eles são conscientes do que está acontecendo hoje na região da APA e ele está sendo impactado diretamente. (ENTREVISTA 01, 06/06/2005)

Mais uma afirmação evidente de que o órgão gestor da APA considera a comunidade como elemento fundamental desse processo. Agora, isso não quer dizer, por outro lado que dificuldades não existam.

A primeira dificuldade que nós encontramos, logo quando eu comecei a visitar, foi o desinteresse grande pela maioria da população. Justamente por que essa APA que foi criada, incluindo só sete comunidades, ela foi criada acho que no gabinete do Prefeito, por que as pessoas não foram realmente consultadas [...] Apesar de ter tido aquela grande discussão, mas as reuniões de discussões que aconteceram eram justamente para fazer a APA, uma APA envolvendo todas as dezoito comunidades, aí que eu digo que não houve interesse do Prefeito passado por que ele na verdade, ele tentou enfraquecer o movimento de criação. E, de certa forma, ele conseguiu, por que ele chamou sete representantes de comunidades e fechou com eles, criou uma APA pequena e não é a APA que todo mundo aspirava. Tem muita comunidade que ficou de fora que, o que mais quer é a APA e, são as que mais querem. Então, eu acho que a grande dificuldade e que nós estamos trabalhando em cima é reagrupar esse povo para que eles entendam que é necessária a criação da APA até para que eles tenham suporte de vida. (ENTREVISTA 01, 06/06/2005)

O grande conflito e que acabou resultando em dificuldades para a implantação da APA – Alter do Chão foi a forma com que o seu processo de criação foi conduzido via governo municipal, na gestão anterior. Mesmo havendo discussões como as reuniões do COMTUMA e o Seminário coordenado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi, os anseios das comunidades não foram levados em consideração, nesse primeiro momento. Havia proposições quanto à esfera de gestão da APA (federal ou estadual); área; e, mais ainda estudos que respaldavam tal processo e que no ato de sua criação, ao que tudo indica, não foram levados em consideração. Isso proporcionou um desgaste das lideranças à frente desse processo que ocasionou certa ‘lentidão’ e até estagnação das discussões pós-decreto de criação, como já foi detectado anteriormente.

Com o processo eleitoral e a vitória do grupo apoiado pelas lideranças da região do Eixo Forte, que defendem a APA – Alter do Chão, essas se viram novamente fortalecidas para encaminhar tal processo. O principal líder desse processo faz parte do governo atual.

Eu queria dizer que hoje eu participo do governo. Eu estou numa assessoria comunitária, ligada à Secretaria de Governo. Mas, eu vejo assim que se a gente não usar esse espaço em benefício da comunidade é melhor nem participar do governo. A Luzia é testemunha. Eu conheço a Luzia a mais de vinte anos e, logo que ela

assumiu o ISAM, em fevereiro ou março, nós tivemos uma reunião para discutir a questão da APA. E, parece que ela, até no começo, ela não queria me ouvir assim, por que ela falou: Ah! Você ainda não mudou? Você ainda continua sendo um radical? E, eu falei: Não! Não é isso não! É o meu desespero que eu tenho com a área do Eixo Forte, vários anos, já é mais de décadas que a gente vem lutando pela preservação dessa área. Então, por isso, a APA para mim é uma questão de honra para toda a comunidade. Então eu vejo assim que, a gente discutiu com a Luzia, inclusive eu falei: Oh! Se a coisa não mudar eu estou disposto a sair do governo, por que eu acho que, mesmo que o município seja um grande corredor da soja, um grande produtor da soja, mas, eu acho que, a soja não cabe no Eixo Forte. Então, por isso, eu acho que essa discussão procede. Essa questão das comunidades discutirem o seu modo de viver e discutirem a questão da preservação, a preocupação com as pessoas que ainda nem nasceram e, por isso, eu quero agradecer muito esse momento e, mais ainda às pessoas que deixaram os seus afazeres, deixaram a escola, deixaram o seu trabalho lá no posto de saúde, deixaram sua cozinha, sua casa, para vim para cá. Eu gostaria de agradecer muito essas pessoas. Muito Obrigado! (ASSEMBLÉIA DO IRURAMA, 2005, p. 33-34).

O testemunho acima demonstra bem a relação atual de algumas lideranças de Alter do Chão e o governo municipal. Uma relação ponderada pela implantação da APA. Isso ficou bem evidente na Assembléia do Irurama, onde ao seu final era notório que todos os presentes referendavam a implantação da APA, mas com a perspectiva de que algumas alterações em seu Decreto de criação fossem feitas. A primeira e a mais importante diz respeito à ampliação da área. Ficou evidenciado que ainda persiste a vontade das dezoito comunidades participarem da APA. E, em segundo lugar, o imediato início dos trabalhos relacionados à implantação dos instrumentos administrativos da APA como o Conselho Gestor e o Plano de Manejo. Como ambos requerem um aprofundamento e preparo maior das comunidades foi decidido pelos os presentes na Assembléia do Irurama que o trabalho de sensibilização continuará tendo por base um grupo de trabalho composto por dois representantes de cada comunidade, o ISAM e as instituições até aqui reconhecidas como parceiras por ambos os lados – AMEIFOR, Associação Comunitária de Alter do Chão, Experimento de Grande Escala da Biosfera – Atmosfera na Amazônia – LBA, Grupo Guardião e IBAMA – comunidade e governo municipal.

O processo de implantação da APA, portanto, tem seu início de fato em 2005 e segue seu rumo. Não há dúvidas que o mesmo por estar pautado na participação das comunidades dentro de um processo democrático torna-se lento. Mas, por essa via, também não há dúvidas que hoje, começa a dar sinais de um processo que se amadurece nesse decorrer de trajetória (1992-2005) onde a principal motivação é a relação sociedade-natureza, reconhecendo que o primeiro depende do segundo e o segundo é parte integrante do primeiro.

O interesse ao resgatar o processo de criação da APA – Alter do Chão advém da percepção que este tem certa singularidade que pode contribuir para o entendimento e até mesmo o avanço das discussões sobre UC's de Uso Sustentável no Brasil. O fato de pessoas e

lideranças comunitárias entenderem que a questão ambiental é uma preocupação para eles que tem como fundo não somente preservar por preservar, mas conservar a sua própria sobrevivência pode ser um indicativo do surgimento de novas possibilidades de se pensar a relação sociedade-natureza. A grande questão passa a ser, portanto, como estes podem se relacionar de forma a equacionar a viabilidade de tal relação em prol de uma melhor qualidade de vida em que esteja intrínseca não só a questão econômica, social e política, mas também a ambiental e a cultural e, portanto, avançar para se pensar possibilidades, não só se sobrevivência, mas também, de desenvolvimento regional. Esse tipo de debate, contudo, requer pelo lado do desenvolvimento um retrospecto conceitual que tenha por base estabelecer uma relação entre processos e possibilidades de desenvolvimento que se adeque às realidades advindas de UC's de Uso Sustentável como o caso da APA – Alter do Chão. Este é o desafio do próximo capítulo desta dissertação, que se transforma numa aspiração e inspiração deste estudo.

CAPÍTULO IV

A RELAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO E APA'S: UMA INSPIRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM LIBERDADE

O conceito básico do desenvolvimento equitativo em relação à natureza deverá permear todo o nosso pensamento, influenciando as ações dos cidadãos, tomadores de decisão e profissionais de todas as áreas (inclusive os burocratas que preparam e avaliam projetos de desenvolvimento).

A longa luta somente será vencida no dia em que for possível esquecer o adjetivo “sustentável” ou o prefixo “eco” ao se falar em desenvolvimento.

(Ignacy Sachs, 1993, p. 54)

4.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo contém a discussão sobre a relação APA-desenvolvimento propagada no título. Trazê-la como último capítulo da dissertação tem em si o reconhecimento que tal relação é uma aspiração, transformada em inspiração. Perceber através da APA – Alter do Chão a possibilidade da relação sociedade-natureza foi a tônica dos capítulos anteriores. É claro, se considerarmos que tal relação só é possível através de políticas públicas e participação democrática, o próprio caso de Alter do Chão ainda tem muito que avançar. Contudo, isso não significa dizer que estudar tal caso não tenha tido seus méritos. Pelo contrário, nosso entendimento é que o processo de criação da APA – Alter do Chão nos permitiu fazer uma reflexão além da busca da sobrevivência. Ao pensar dessa maneira, a questão do desenvolvimento aparece como uma inspiração para uma região que necessita de possibilidades diversificadas e específicas. Desta forma, repensá-lo através das concepções que referendem tal pensamento passa a ser uma alternativa, haja vista a APA, que aceita a relação sociedade-natureza, trazer em si, enquanto forma de organização social, um caminho possível de se vislumbrar um processo de desenvolvimento.

Como se verá nas descrições a seguir, o marco conceitual terá por base, três categorias de desenvolvimento: desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento como liberdade. O objetivo dessa discussão é buscar um elo entre as três concepções de desenvolvimento citadas para que seja possível responder, positivamente, a dois questionamentos relacionais: i) desenvolvimento e APA's indicam uma relação antagônica?; e, ii) é possível um desenvolvimento sustentável com liberdade na APA – Alter do Chão? A construção deste capítulo visa, portanto, intuir algumas ponderações e argumentações sobre o papel das APA's no processo de desenvolvimento que está hoje em transição, na região hora estudada, tendo como fio condutor as escolhas dos membros da sociedade, enquanto ser individual e social e, sua relação com a natureza. Tal discussão é apenas uma pequena parte de uma gama teórica complexa e que está longe de um consenso e/ou de se esgotar neste estudo. Mas, por outro lado, fazê-la, mesmo que de forma preliminar, traz à baila a percepção de que a relação sociedade-natureza-desenvolvimento é possível se for pensada como uma meta local que conduza a um planejamento de médio e longo prazo, envolvendo atores sociais que sejam capazes de fazer suas escolhas.

Para tanto, contém, além da introdução, mais três sessões. Na sessão 4.2 – *Do Desenvolvimento Econômico ao Desenvolvimento Sustentável com Liberdade: uma trajetória*

conceitual – é apresentado, de forma introdutória e conceitual, o desenvolvimento enquanto um processo onde adjetivações como ‘econômico’, ‘sustentável’ e ‘com liberdade’ permeiam sua trajetória teórico-conceitual dando uma mobilidade maior para o mesmo no decorrer dos tempos e, até mesmo, no decorrer da evolução do sistema capitalista enquanto dominante. Isto feito, as duas últimas sessões: *4.3 – Desenvolvimento e APA’s: uma relação antagônica?* e, *4.4 – Desenvolvimento Sustentável com Liberdade na APA – Alter do Chão: algo possível?* – vem para incluir no contexto do desenvolvimento, questões que abrem caminho para uma reflexão em que a relação APA-desenvolvimento possa vir a ser uma inspiração para se pensar alternativas para a região em questão.

4.2 DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM LIBERDADE: UMA TRAJETÓRIA CONCEITUAL

Para que seja possível estabelecer uma trajetória conceitual do desenvolvimento de forma coerente, o ponto de partida será o desenvolvimento econômico, passando pelo desenvolvimento sustentável e pelo desenvolvimento como liberdade, para que assim se estabeleça um elo entre os dois últimos que aqui estou denominando de desenvolvimento sustentável com liberdade. A intenção é, como Maluf (2000) argumenta, sair na defesa crítica do desenvolvimento. Trabalhar com as três concepções de desenvolvimento acima citadas é uma opção que se justifica por se tratar:

- 1) O desenvolvimento econômico como o conceito teórico no qual a abordagem do desenvolvimento ganha força a partir do pós - Segunda Guerra Mundial;
- 2) O desenvolvimento sustentável como a concepção de desenvolvimento que está relacionada com as questões ambientais; e,
- 3) O desenvolvimento como liberdade, uma concepção de Amartya Sen, como a que melhor se relaciona e complementa todas as demais concepções de desenvolvimento, acima citadas.

Ao fazer isso, a pretensão é mostrar o processo de desenvolvimento capitalista a partir da origem conceitual dessas três concepções de desenvolvimento. Três concepções que fazem parte da própria evolução do pensar o desenvolvimento em outros padrões ou parâmetros na tentativa de buscar ir além da concepção de desenvolvimento econômico, considerada a mais tradicional das concepções.

4.2.1 Uma Análise Crítica do Conceito de Desenvolvimento Econômico

A concepção conceitual desenvolvimento econômico é o marco para esta discussão devido o seu caráter teórico, modelístico e prático, que tem no crescimento econômico, em conjunto com a idéia de aumento na qualidade de vida, a sua base fundante. Mas, ao reconhecer tal conceito, se evidencia também que o mesmo, entendido apenas dessa forma, é passível de crítica e descrédito, gerando assim um anti-desenvolvimento, devido aos seus limites conceituais e práticos, como por exemplo, no caso dos países independentes da América Latina que, segundo Maluf (2000, p. 55), “[...] constitui-se num dos principais exemplos da necessidade de, permanentemente, repensar e atribuir sentido(s) ao desenvolvimento econômico.” Outros autores, não tão crédulos quanto o autor citado acima, sobre um repensar da concepção desenvolvimento econômico, como por exemplo, Latouche (1998), irão evidenciar dentre outras coisas, que a história do desenvolvimento é de um conceito que está no imaginário social, marcada pela idéia de progresso⁶⁶. Tal conceito, gestado na civilização ocidental, será sempre um instrumento de dominação. Portanto, segundo Latouche (1998), o fracasso do desenvolvimento em si leva a uma involução semântica e uma perda de rigor que dá origem a uma adjetivação, tornando-se assim, uma ilusão. Com isso, tal autor critica as várias formas de adjetivações do desenvolvimento: desenvolvimento econômico, social, sustentável, humano, dentre outros.

Outra crítica interessante vem dos autores ingleses Cowen e Shenton (1996) ao se referirem que o projeto de modernidade capitalista tinha como intenção o desenvolvimento, mas o desenvolvimento capitalista (a lá matriz marxista) cuja dimensão destrutiva é a pobreza e o desemprego. Nestes autores, o desenvolvimento estaria associado à noção de progresso como forma de ordenar o desenvolvimento onde o Estado teria a tutela do mesmo que se apresenta como ‘intenção de desenvolver’. Assim, aparece aqui a dificuldade, segundo esses autores, do entendimento do desenvolvimento que reside na relação entre a intenção com o imanente. Ou seja, juntar estas duas é difícil, pois existe uma contraposição entre ambas, devido o imanente estar relacionado com o capitalismo que nem sempre absorve a intenção de desenvolver.

Muitas outras críticas ao desenvolvimento econômico são pertinentes como as de Arrigui (1998), Furtado (1974), dentre outras. São essas críticas, que na maioria das vezes se

⁶⁶ Progresso está sendo entendido aqui como a ideologia que sustenta o conceito de desenvolvimento econômico. Nesta perspectiva, segundo Becker (2002, p. 14) “[...] o progresso é uma ideologia que se fundou num credo e numa fé de que era possível dominar racionalmente a natureza e o acaso”.

transformam em descrédito e outras em busca de novos rumos para o desenvolvimento, abrindo caminho, assim, para o surgimento de concepções de desenvolvimento que mais do que um erro semântico (como afirma Latouche), nos leva a perceber que existem duas formas de estudar o desenvolvimento: i) a tradicional, econômica com todo seu arcabouço teórico; e, ii) a que leva em consideração a interdisciplinaridade das ciências, reconhecendo que o desenvolvimento não pode ser estudado por uma única ciência ou disciplina. Para mim, é isto que está por trás de concepções como o desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento como liberdade, que irão surgir a partir da necessidade de se repensar o desenvolvimento econômico e combater críticas que minimizam a importância do desenvolvimento enquanto concepção teórico-prática, como será abordada mais adiante.

O desenvolvimento econômico enquanto conceito teórico e modelo que perdurou por aproximadamente três décadas (1950, 1960 e 1970) do século XX⁶⁷, ganhou referência dentro da Ciência Econômica. Isto se deve, segundo Hirschman (1986), ao fato de que tal concepção teórica constituiu-se como uma disciplina independente, denominada de Economia do Desenvolvimento. Na Economia do Desenvolvimento, o desenvolvimento econômico tem como um dos seus objetivos ser um conceito e modelo que agregue teoria e ação prática. Esta concepção como dita acima perdurou até a década de 1970, período em que suas práticas começam a serem questionadas mundialmente. Segundo Almeida (2002, p. 21):

As “crises” ambiental, econômica e social colocaram em cheque as noções generalizadoras e progressivas do desenvolvimento e do progresso. Essas crises e a evolução social das sociedades “modernas” no século XX esgotaram a força mobilizadora destas idéias.

Neste contexto, a principal questão que emerge e ganha notoriedade mundial é a relação entre desenvolvimento e meio ambiente. Contudo, já na década de 1950 os indícios de crise econômica, social e política em países do Terceiro Mundo começam a ser sinais de que algo estava errado com o ‘modelo’ inspirado nos países de Primeiro Mundo ou países do ocidente (ALMEIDA, 2002). A crença em que esse era o caminho para que os países do Terceiro Mundo chegassesem ao patamar dos países do ocidente desencadeou, segundo Viola; Leis (1995), de um lado, o enfraquecimento dos Estados nacionais e de sua ideologia estatista frente às concepções liberais ou neoliberais que começavam a emergir. E, de outro, ainda segundo os autores citados, os problemas socioambientais de ordem global emergiam e se intensificavam a ponto de fazer eclodir um processo de questionamento das práticas advindas da busca do desenvolvimento econômico. Para Almeida (2002, p. 21-22):

⁶⁷ Para uma apreciação mais detalhada desse quadro, no Brasil, ver “o debate sobre as estruturas sócio-económicas do Brasil nas décadas de 1950 a 1970”, em: Linhares; Silva (1981).

Na década de 60, a via de desenvolvimento proposta ao Terceiro Mundo foi tomada emprestada daquela seguida pelas nações ocidentais, hoje consideradas “ricas” ou “avançadas” industrialmente. Aos países mais pobres, para se tornarem também “ricos” e “avançados”, era preciso imitar o processo de industrialização desenvolvida nos países ocidentais. O problema residia na maneira de “transferir” esse processo dos países avançados para os menos avançados. Essa questão deu lugar a numerosas teorias que, na sua aplicação, nenhuma mostrou real eficácia.

Isto, segundo o autor acima citado, aplica-se principalmente às teorias desenvolvimentistas sejam elas de cunho liberais marxistas ou até mesmo neoliberais que de uma forma ou de outra serviram de alicerce para ‘modelos’ de desenvolvimento seguido pelos países ocidentais. Ou seja, no que tange ao conceito, à teoria e à prática do desenvolvimento econômico que foi apresentado e aplicado globalmente, este emerge a partir da realidade das sociedades ocidentais que nem sempre condiz com as realidades do resto do mundo. Têm-se assim, a base do desencadeamento das crises sofridas, principalmente, pelos países do Terceiro Mundo. Estes não estavam preparados para sustentar ‘modelos’ de desenvolvimento cunhado dos países ocidentais ou de Primeiro Mundo, desencadeando, com isso, crises econômicas, sociais, políticas e ambientais de ordem diversa.

Na década de 1970, as crises globais ficam mais evidentes e, o destaque será para as crises econômicas (crise do petróleo, por exemplo) e as crises ambientais. No que diz respeito às crises ambientais, ponto de partida para nossa discussão sobre desenvolvimento e questões ambientais, Foladori (2001) destaca a bomba atômica que atingiu Hiroshima e Nagasaki, ambos no Japão, na Segunda Guerra Mundial, pelos norte-americanos, como sendo o primeiro grande impacto ambiental e o primeiro indício do ‘poder’ que o ser humano tem em modificar o meio ambiente destruindo os seus e outras espécies do ecossistema⁶⁸ existentes no mundo. Isto não significa que antes da bomba atômica, outros desastres ambientais já não tivessem ocorrido no mundo. Mas, em nenhum se percebeu uma “[...] demonstração prática e imediata mais nítida das possibilidades de o ser humano modificar a biosfera de maneira radical, tanto em amplitude como em relação a seus efeitos no tempo [...]” (FOLADORI, 2001, p. 114). E, mais ainda, neste episódio, “[...] demonstrou que as relações do ser humano com o seu ambiente são derivadas de e estão sempre submetidas a relações interespécificas [...]” (FOLADORI, 2001, p. 115) que desencadeiam ações negativas e/ou positivas, dependendo dos seus interesses, padrões e/ou modelos seguidos.

É por isso que as décadas de 1960 e 1970 são consideradas as décadas em que emergem as crises e os debates a respeito do modelo de desenvolvimento que se quer para o

⁶⁸ Segundo Begossi (2001, p. 56): “[...] Ecossistema é um termo funcional para as contínuas interações entre organismos, populações, comunidades e o ambiente físico-químico (Barbier et al., 1994). Assim, a conservação das espécies tem um papel-chave na sustentação do ecossistema”.

mundo, considerando agora não só as questões econômicas, políticas e sociais, mas também as ambientais. Para Viola; Leis (1995), a preocupação pública mundial inicia nos anos de 1960, se expande na década de 1970 onde Canadá, Europa Ocidental, Japão, Nova Zelândia e Austrália se mobilizam, culminando na década de 1980 quando tais preocupações referentes à relação desenvolvimento econômico e crise ambiental se expandem para América Latina, Europa Oriental e Sul e Leste da Ásia. O desenvolvimento econômico como um modelo capaz de dar respostas aos países que almejam um patamar de países de Primeiro Mundo ou desenvolvidos começa a ser repensado. Ao mesmo tempo, os países já desenvolvidos começam a se questionar a que preço seu desenvolvimento foi forjado.

Contudo, é bom enfatizar que este processo é fruto da organização da sociedade civil através de organizações não-governamentais e grupos comunitários que defendem o meio ambiente; de agências estatais das três esferas de poder; de grupos e instituições científicas que estudam os problemas ambientais; de setores empresariais que começam a demonstrar consciência ambiental em suas gestões; de um mercado consumidor verde, demandante de produtos considerados não degradantes do meio ambiente; e, de agências e tratados internacionais que buscam minimizar problemas ambientais que ultrapassam as fronteiras nacionais (VIOLA; LEIS, 1995). Com este panorama fica mais fácil se evidenciar que a crise ambiental, que tem seu ponto alto de percepção pelo ser humano na década de 1970, balança os alicerces da noção de desenvolvimento econômico baseado no crescimento, na renda e no progresso técnico e tecnológico.

Para os que crêem no desenvolvimento enquanto caminho para eqüidade social, estava claro que este precisava de uma nova alternativa. Isto ocasionou uma quebra de paradigma que necessitava ser redimensionado. Entra-se, assim, num período de transição onde se reconhece que não é mais possível dissociar desenvolvimento e meio ambiente sem que isto acarrete degradação social e desigualdades, ocasionando perdas ao ser humano. Por isso, o surgimento do processo de organização social acima citado, possibilita a disseminação global de que era preciso mudar os padrões do desenvolvimento econômico que já não atendia as demanda mundiais vigentes, tornando-se imprescindível, como primeira ação, na busca de um novo padrão de desenvolvimento.

4.2.2 A Emergência e o Surgimento de uma Nova Concepção de Desenvolvimento: o Desenvolvimento Sustentável

No contexto do desenvolvimento econômico descrito na seção anterior fica evidente a sua crise enquanto teoria e prática a ser seguida pelos países. Isto se verifica mais nitidamente com o seu declínio na década de 1980 e reaparecimento na década de 1990, como desenvolvimento sustentável. Como citado anteriormente, um dos pontos de partida para que isso ocorresse foram os questionamentos ambientalistas da década de 1970. Estes questionamentos surgiram, por um lado, através de livros e/ou documentos⁶⁹ que, segundo Foladori (2001, p. 115) “[...] se converteram em leituras de debate [...]”, onde se destacam o livro “Os Limites do Crescimento”, que foi um informe do Clube de Roma⁷⁰, relatado por Meadows e outros. Para Foladori (2001, p. 115-116), o destaque desta obra está relacionado ao reconhecimento do “[...] problema da acelerada utilização dos recursos naturais no mundo, com uma população crescente e uma indústria que estava ocasionando danos irreparáveis ao meio ambiente”. Esta concepção teve uma grande repercussão mundial por mostrar que o resultado do uso dos recursos naturais sem limites seria, além do crescimento econômico e populacional, o esgotamento desses recursos e a poluição. A alternativa defendida pelo Clube de Roma para que fosse possível impedir o fim dos recursos naturais era a estagnação econômica ou o crescimento zero que, segundo Sato (1997) se constituiu numa preocupação exagerada, com um viés malthusiano, mas que “[...] representou o primeiro esboço de discussão sobre os dilemas ambientais [...]”, ao mesmo tempo em que pode ser considerada como uma primeira publicação a ponderar sobre a emergência de um novo padrão de desenvolvimento, abrindo as portas para o surgimento do desenvolvimento sustentável.

Por outro lado, neste período, em que as discussões estavam pautadas em um ‘não consenso’, surgem as reuniões internacionais onde governantes e sociedade, representadas por especialistas, chefes de governo e ONG’s, iniciam um processo de pensar contrapropostas que fossem capazes de diminuir a polaridade dos debates emergentes. Para Sachs (1993, p. 29):

Percorremos um longo caminho desde a memorável reunião de Founex, convocada como parte do processo preparatório para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano de 1972, e projetada para explorar a relação entre meio ambiente e desenvolvimento. Rejeitando as abordagens reducionistas representadas

⁶⁹ Segundo Kitamura (1994, p. 11): "Entre os vários documentos divulgados que mostram a tônica dos debates nesse período, merecem destaque *The Tragedy of the Commons* de Hardin (1968), *The Population Bomb* de Enrlich (1968), focando a questão populacional, *Blueprint for survival* editado pela revista *The Ecologist* (1972) e *Os limites do Crescimento*, de Meadows et al. (1972)".

⁷⁰ Clube de Roma foi autodenominação dada a um grupo de pesquisadores liderados por Dennis Meadows que estavam preocupados com os problemas do crescimento demográfico incompatível, segundo eles, com a capacidade de carga da Terra.

pelo ecologismo intransigente e pelo economicismo de visão estreita, o Relatório Founex (UM/EPHE, 1972) estabeleceu um caminho intermediário entre o pessimismo da advertência dos malthusianos a respeito do esgotamento dos recursos e o otimismo da fé dos compromissos a respeito dos remédios da tecnologia.

A reunião de Founex, citada acima, ocorreu em 1971, e contou com especialistas convocados pela Organização das Nações Unidas – ONU que se propuseram em discutir Meio Ambiente e Desenvolvimento. Este evento e a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em Estocolmo, em 1972, convocada pela ONU, segundo Kitamura (1994, p. 12), “[...] marcam bem esse período de nítida polarização, mas também de avanços na interpretação dos problemas ambientais do mundo”. A Conferência acima citada, que ficou conhecida como a Conferência de Estocolmo, acabou por respaldar as preocupações ambientalistas sobre o modelo de desenvolvimento econômico tradicional, que priorizava o crescimento econômico a qualquer custo, a partir de variáveis econômicas como Produto Interno Bruto e Renda *per capita*, sem considerar as questões ambientais que estavam em jogo como depredação de florestas, poluição do ar, dentre outros. Segundo Barbieri (2003, p. 21):

Apesar das divergências e da complexidade das questões em debate, a Conferência de Estocolmo de 1972 representou um avanço nas negociações entre países e pode-se dizer que ela constitui o marco fundamental na evolução [...] da percepção dos problemas relacionados com o binômio desenvolvimento – meio ambiente [...] O seu lema, *Uma Terra Só*, enfatizava a urgente necessidade de se criarem novos instrumentos para tratar de problemas de caráter planetário.

Ou seja, seu mérito foi iniciar a discussão dos problemas ambientais, mesmo que sem um consenso das nações participantes, “[...] a partir de uma ótica mais globalizante de desenvolvimento, que muito mais tarde é expressa no conceito de desenvolvimento sustentável” (KITAMURA, 1994, p. 12). Portanto, a Conferência de Estocolmo teve repercussão por seus resultados, pois desta originaram-se a Declaração sobre o Meio Ambiente⁷¹, onde, segundo Foladori (2001, p. 116) “[...] proclamam-se o direito dos seres humanos a um meio ambiente saudável e o dever de protegê-lo e melhorá-lo para as gerações futuras [...]” e, por conta disso, cria-se o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento e, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, presidida por Gro Harlem Brundtland. Esta Comissão ficou responsável em dar continuidade às discussões da Conferência de Estocolmo, objetivando fazer estudos e proposições relacionadas ao Meio Ambiente e ao Desenvolvimento. Tal processo teve seus primeiros resultados concluídos em 1984, mas sua divulgação só ocorreu em 1987 com o

⁷¹ Nesta Declaração são abordados os principais problemas ambientais detectados na Conferência: industrialização, explosão demográfica e crescimento urbano (FOLADORI, 2001).

Relatório de Brundtland⁷², uma referência a presidente da Comissão, intitulado **O Nosso Futuro Comum**, que foi publicado no Brasil em 1988, pela Fundação Getúlio Vargas. É neste relatório que surge pela primeira vez a concepção desenvolvimento sustentável, como sendo:

[...] aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos chaves: 1 – o conceito de “necessidades”, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade; 2- a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender as necessidades presentes e futuras [...].

Em seu sentido mais amplo a estratégia do desenvolvimento sustentável visa a promover a harmonia entre os seres humanos e a natureza. No contexto específico das crises do desenvolvimento e do meio ambiente surgidas nos anos 80 – que as atuais instituições políticas e econômicas nacionais e internacionais ainda não conseguiram e talvez não consigam superar, a busca do desenvolvimento sustentável requer:

- um sistema político que assegure a efetiva participação dos cidadãos no processo decisório;
- um sistema econômico capaz de gerar excedentes e *know-how* técnico em bases confiáveis e constantes;
- um sistema social que possam resolver as tensões causadas por um desenvolvimento não equilibrado;
- um sistema de produção que respeite a obrigação de preservar a base ecológica do desenvolvimento;
- um sistema tecnológico que busque constantemente novas soluções;
- um sistema internacional que estimule padrões sustentáveis de comércio e financiamento;
- um sistema administrativo flexível e capaz de autocorrigir-se (BRUNDTLAND, 1988, p. 46).

Segundo Veiga (2005, p. 113): “Gro Harlem Brundtland, [...] caracterizou o desenvolvimento sustentável como um **conceito político** e um **conceito amplo para o progresso econômico e social.**” Isto sugere, portanto, que o Relatório de Brundtland, “[...] foi intencionalmente um documento político, que procurava alianças com vistas à viabilização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92” (VEIGA, 2005, p. 113). Todo este processo político é fruto, como Leis (1999) apresenta em *A Modernidade Insustentável*, de um processo evolutivo que envolve a concepção ambiental, as ciências, a sociedade civil, o mercado e o Estado que acabam por condicionar discussões como as da Conferência de Estocolmo e o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável. Conceito ou concepção, este também envolve uma gama de complexidade que

⁷² Da Conferência de Estocolmo até o Relatório de Brundtland houve outros fatos econômicos como a crise do petróleo de 1973, outras reuniões internacionais como o Simpósio de Cocoyoc no México em 1974 e outros documentos surgiiram que também ajudaram a trilhar o caminho para a aceitação da relação meio ambiente e desenvolvimento como um fato que precisava ser pensado e planejado por toda a sociedade. Para mais detalhamento deste período, ver: Sachs (1993); Kitamura (1994); e, Foladori (2001).

precisa ser compreendida através de sua concepção original, o “ecodesenvolvimento”⁷³. Segundo Soto (2002, p. 101):

O conceito de ecodesenvolvimento foi utilizado pela primeira vez em 1973 pelo canadense Maurice Strong “... para caracterizar uma concepção alternativa de política do desenvolvimento.” Ignacy Sachs formulou seus princípios básicos [...]

Para Sachs⁷⁴ (1997, p. 12), “O conceito de ecodesenvolvimento surgiu em Estocolmo e, sob um nome novo – desenvolvimento sustentável, foi o eixo central da Cúpula da Terra realizada na Conferência da Rio-92 [...]. Este conceito fundamenta-se em três princípios éticos: o fim social; o ambiental no que tange o uso dos recursos naturais com restrição e buscando sempre que possível sua renovação no sentido de que a preservação do mesmo possa ser garantida para as gerações futuras; e, a viabilidade econômica. Leis (1999) comprehende que o conceito de ecodesenvolvimento integra questões ambientais com o desenvolvimento a partir de questões como: “[...] satisfação das necessidades humanas, solidariedade com as gerações futuras, participação à população envolvida e o respeito a culturas nativas” (LEIS, 1999, p. 146). Coelho (1994, p. 282), por outro lado, diz que “Busca-se com esta abordagem acrescentar à condição de sustentabilidade, entendida como automanutenção, estabilidade (equilíbrio) e durabilidade do desenvolvimento, pelo menos três dimensões consideradas fundamentais, quais sejam, a social, a ecológica e a econômica”. Contudo, tanto Leis (1999) quanto Coelho (1994) atribuem a Sachs a popularização do conceito ecodesenvolvimento que, a partir do Relatório de Brundtland, passou a ser conhecido como desenvolvimento sustentável, na perspectiva de minimizar divergências terminológicas, o que segundo Sato (1997), não aconteceu.

Na realidade, pode-se dizer que o final da década de 1980 e início da década de 1990 a concepção do desenvolvimento sustentável estava na base das discussões de governos, gestores e cientistas que contra ou a favor deste conceito acabaram por gerar conflitos, polêmicas e contradições⁷⁵. Contudo, atualmente qualquer que seja a discussão (contra ou a favor) sobre o desenvolvimento sustentável, a concepção conceitual que se aceita como a

⁷³ Para um aprofundamento sobre a noção de ecodesenvolvimento ver Sachs (1982) e Sachs (1986).

⁷⁴ Segundo Veiga (2005, p. 79): “Dos autores que mais se dedicaram ao longo das últimas seis décadas, desde o início da controvérsia internacional sobre a distinção entre desenvolvimento e crescimento, um dos que melhor conseguiram evitar simultaneamente as tentações enganosas do otimismo ingênuo e do pessimismo estéril é Ignacy Sachs”. Este comentário reforça ainda mais o porquê da nossa opção em aceitar o conceito de desenvolvimento sustentável do Relatório de Brundtland, que, como está evidente, tem origem no conceito de ecodesenvolvimento de Sachs.

⁷⁵ Sobre essas questões ver: Sachs (1993), Sato (1997), Foladori (2001) e Becker (2002).

mais próxima de uma idéia coerente, mesmo com contradições⁷⁶, é a encontrada no Relatório de Brundtland. Para Lemos (1996, p. 09):

O conceito de desenvolvimento sustentável é um conceito fácil de concordar, pois é puro bom-senso, mas é extremamente complexo e controvertido quando se tenta aplicá-lo ao nosso dia-a-dia. [...] Para alcançarmos o desenvolvimento sustentável serão necessárias mudanças fundamentais na nossa forma de pensar e na maneira em que vivemos, produzimos, consumimos, etc. Portanto, o desenvolvimento sustentável, além da questão ambiental, tecnológica e econômica, tem uma dimensão cultural e política que vai exigir a participação democrática de todos na tomada de decisões para as mudanças que serão necessárias.

Isto exposto, o desenvolvimento sustentável aparece, assim, como uma concepção que não pode ser pensada, segundo Barbieri (2003, p. 45) “[...] com os mesmos critérios e preocupações que acompanharam as experiências do desenvolvimento do passado.” Isto também se evidencia em Sachs (apud Barbieri, 2003), quando o mesmo propõe fazer uma revisão dos fins e meios do desenvolvimento econômico para poder ter um novo paradigma de desenvolvimento.

Ao se aceitar o conceito de desenvolvimento sustentável como o contido no Relatório de Brundtland, o desafio enfrentado hoje é fazer com que o mesmo se transforme em concepção teórica capaz de subsidiar práticas de desenvolvimento que corresponda a sua idéia conceitual. Um desafio nada fácil de superar haja vista as questões e interesses que permeiam as ações de cada nação em nível local e global. É fato que o desenvolvimento sustentável surge num sistema em que a desigualdade social, as diferenças sociais e o mercado imperam. O capitalismo é uma realidade, mas é uma realidade que para existir precisa estar sempre em contradição, em crise, em transformação. É desta forma que este perdura até hoje, através de evoluções e quebras de paradigmas em todos os níveis: econômico, social, político, cultural e, hoje, ambiental.

O conceito de desenvolvimento sustentável, como reconhecido por autores como Sachs (1993), Kitamura (1994) e Almeida (2002), tem como principal contribuição prática, o reconhecimento de que há uma relação entre os problemas sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais que estão na base da pobreza, da degradação ambiental e humana e da desigualdade social que alastram os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos. Aqui se encontra também mais um motivo de polarização quando o assunto é implementar um desenvolvimento pautado na noção conceitual do desenvolvimento sustentável. Segundo Almeida (2002, p. 26):

⁷⁶ As contradições conceituais do desenvolvimento sustentável descrito no Relatório de Brundtland ver em: Kitamura (1994), Viola; Leis (1995) e Foladori (2001).

[...] a discussão sobre o desenvolvimento sustentável hoje está polarizada entre duas concepções principais: de um lado, a idéia como sendo gestada dentro da esfera da economia, sendo com essa referência que é pensado o social. Incorporase, deste modo, a natureza à cadeia de produção (a natureza passa a ser um bem de capital); de outro, uma idéia que tenta quebrar com a hegemonia do discurso econômico e a expansão desmesurada da esfera econômica, indo para além da visão instrumental, restrita, que a economia impõe à idéia.

Neste sentido, a grande questão que se coloca é buscar, a partir do arcabouço conceitual do desenvolvimento sustentável, fundado nas cinco dimensões proposta por Sachs (1993): social, econômica, ecológica, espacial e cultural, os caminhos que podem ser trilhados para que o mesmo vá do conceito à ação. Ação que permita “garantias de um meio de vida sustentável” como estratégia de desenvolvimento (Sachs, 1993). Em termos conceituais, seguimos o pensamento de Almeida (2002, p. 26) sobre o desenvolvimento sustentável como uma ‘idéia nova’:

O que se pode adiantar é que essa “nova” idéia introduz elementos econômicos, sociais e ambientais que são desafiadores do ponto de vista de muitas áreas do conhecimento. A noção de sustentabilidade, tomada como ponto de partida para uma reinterpretação dos processos sociais e econômicos e de suas relações com o equilíbrio dos ecossistemas, parece enriquecedora, demandando a construção de um aparato conceitual capaz de dar conta de seus múltiplos aspectos. Essa idéia de um “novo desenvolvimento” pode remeter à sociedade a capacidade de produzir o novo, redimensionando suas relações com a natureza e com os indivíduos.

Mas, ao pensar dessa maneira surge uma necessidade iminente: o desenvolvimento sustentável não poderá se tornar estratégia prática do desenvolvimento “[...] sem a participação dos grupos e das comunidades locais” (Sachs, 1993, p. 39). Isso se configura numa premissa básica para que o desenvolvimento sustentável seja visto como prática capaz de dar uma nova dimensão ao desenvolvimento, quer nos países já desenvolvidos ou em desenvolvimento. E, neste nível de discussão os desafios aumentam ainda mais e as discussões se acirram. Deixa-se de vê o desenvolvimento apenas com os olhos ‘econômicos’ e passa a se recrutar o olhar ‘social’ como fonte determinante da economia e das escolhas políticas que precisam ser feitas para que um novo padrão de desenvolvimento se efetive (Almeida, 2002).

Becker (2002) vê nesse novo padrão de desenvolvimento o retorno da ‘ousadia’ que abre espaço para o pensar local no global onde “[...] as especificidades locais e regionais que possibilitam um desenvolvimento diferenciado e diferenciador [...]” (BECKER, 2002, p. 79), se estabeleça a partir das necessidades presentes e futuras do local, regional, nacional e internacional. Este autor vai mais adiante e afirma que:

Para que esse entendimento possa ter um mínimo de possibilidade de sucesso como proposição, como ousadia, é preciso partir-se do pressuposto, e aqui parafraseando Bobbio, de que sustentabilidade, enquanto projeto alternativo de desenvolvimento

humano local-regional, não é um dado de fato, mas um ideal a perseguir; não é uma existência, mas um valor; não é um ser, mas um dever ser (BECKER, 2002, p. 79).

Neste sentido, percebe-se que o entendimento da concepção conceitual desenvolvimento sustentável e sua ação como estratégia de desenvolvimento requer um aprofundamento onde apareçam os prós e os contras desta concepção. Mas, tais discussões devem aparecer sobre o prisma de se buscar entender como tal concepção pode ser relevante para o desenvolvimento. Por isso, atrelá-la a uma outra concepção conceitual do desenvolvimento, como o desenvolvimento como liberdade é uma alternativa que poderá facilitar a sua percepção a partir da concepção de que é preciso envolver o ser humano, a sociedade, o Estado e o mercado no processo de consolidação do desenvolvimento, sem com isso minimizar a sua complexidade que vem da essência deste termo.

4.2.3 A Concepção de Desenvolvimento como Liberdade

A concepção e obra “Desenvolvimento como Liberdade”, de Amartya Sen⁷⁷, foi publicada pela primeira vez em 1999, traz em seu bojo uma concepção inovadora do desenvolvimento. Esta concepção inicia-se com a percepção do autor ao fato de que mesmo as rápidas mudanças, desencadeadas a partir do século XX, no contexto econômico, social e político, não estão sendo capazes de afastar males como a pobreza, a fome, a devastação ambiental, a falta de liberdade política, etc., tanto em países ricos como nos países pobres. Segundo Sen (2002), a superação desses problemas está no centro do processo de desenvolvimento e, seu objetivo é “[...] demonstrar [...] que precisamos reconhecer o papel das diferentes formas de liberdade no combate a esses males.” (SEN, 2002, p. 10) E, para tanto, sua principal abordagem que, ao mesmo tempo, é sua concepção de desenvolvimento, é de que para se buscar resolver tais problemas se tem que levar em consideração “[...] a liberdade individual como comprometimento social.” (SEN, 2002, p. 10) Surge assim a noção de desenvolvimento como liberdade que, para Sen (2002, p. 10) tem haver com a expansão das liberdades:

A expansão da liberdade é vista, por esta abordagem, como o principal fim e o principal meio do desenvolvimento. O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e oportunidade das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente. [...] Se o ponto de partida da

⁷⁷ A obra de Sen se constitui, segundo Veiga (2005, p. 32), em uma: “[...] mudança fundamental no modo de se entender o desenvolvimento. E ela certamente não foi exposta de forma mais sistemática e cristalina do que na série de conferências proferidas entre 1996 e 1997 pelo indiano Amartya Sen, como membro da Presidência do Banco Mundial. Em 1998, ele recebeu o Prêmio Nobel de Economia, e no ano seguinte, editou essa série de conferências sob o título de *Desenvolvimento como liberdade* [...]”.

abordagem é identificar liberdade como principal objetivo do desenvolvimento, o alcance da análise de políticas depende de estabelecer os encadeamentos empíricos que tornam coerente e convincente o ponto de vista da liberdade como a perspectiva norteadora do processo de desenvolvimento.

Existe assim uma relação avaliatória do desenvolvimento que parte da expansão das liberdades enquanto meio e fim pelo qual o desenvolvimento se faz presente. Isto só será possível se o indivíduo enquanto agente for capaz de efetivar mudanças. Esta capacidade do indivíduo, para Sen (2002) não significa somente habilidade, mas tem a ver com a capacidade de fazer escolhas. Ou seja, o processo de desenvolvimento vai ocorrer se os agentes ou indivíduos tiverem a capacidade de mudar de vida, a partir de condições econômicas, sociais e políticas, alterando sua relação com o mercado, o Estado e a sociedade civil.

A noção de desenvolvimento como liberdade de Sen (2002), portanto, traz em si duas visões: 1º) Não são os ‘outros’ que vão definir o que seja desenvolvimento, mas sim os grupos sociais e atores sociais que devem decidir o seu desenvolvimento, pois este tem que ser definido localmente; e, 2º) O processo de desenvolvimento implica em uma expansão da capacidade desses grupos sociais de redefinirem ou mudarem sua relação com o mercado, o estado e a sociedade. Portanto, essa é uma noção de desenvolvimento em que os atores envolvidos são protagonistas desse processo, sendo expresso pela capacidade que esses atores, em seus grupos, adquirem de mudar suas relações dentro da sociedade.

A idéia de ‘expansão de liberdades’ associada ao desenvolvimento, para Sen (2002), vai além das questões de crescimento econômico, da industrialização e tecnologia. Todos esses fatores compõem ou são ‘meios’ de expansão de liberdade que a sociedade pode vir a desfrutar. Mas, o desenvolvimento como liberdade, proposto por Sen (2002) vai mais além, ou seja, reconhece existir outros determinantes desse desenvolvimento como: “as disposições sociais e econômicas” e “os direitos civis”. Portanto, para que o desenvolvimento promova a liberdade humana, este tem que expandir suas fronteiras econômicas que, para Sen (2002) são meios de identificar os fins que são necessários neste processo que tem pela frente “fontes de privação da liberdade”, tais como: pobreza, tirania, falta de oportunidade sócio-econômica, intolerância, repressão, dentre outros, que impede que a liberdade chegue a várias pessoas no mundo.

Para Sen (2002) existem dois tipos de liberdades: as liberdades substantivas que são as liberdades relacionadas a direitos básicos do indivíduo como a liberdade de participação política, a chance de ter uma boa educação e assistência médica, dentre outros e, segundo Sen (2002, p. 20) “[...] estão entre os componentes constitutivos do desenvolvimento.” E, o segundo tipo de liberdade são as liberdades instrumentais, que tem haver com o papel

instrumental da liberdade que, segundo ele, “[...] concerne ao modo como diferentes tipos de direitos, oportunidades e intitulamentos [...] contribuem para a expansão da liberdade humana em geral e, assim, para a promoção do desenvolvimento.” (SEN, 2002, p. 54) Existem vários tipos de liberdades instrumentais, contudo, para efeito de apresentação de suas idéias, Sen (2002) irá elencar cinco tipos de liberdades instrumentais que servirão de subsídios para seu estudo, quais sejam: liberdade políticas; facilidades econômicas; oportunidades sociais; garantia de transparência; e, segurança protetora. Cada uma dessas liberdades instrumentais é apresentada por Sen (2002, p. 55) e “[...] tendem a contribuir para a capacidade geral de a pessoa viver mais livremente, mas também têm o efeito de completar umas as outras”. A partir do desenvolvimento como liberdade se confirma que o entendimento do desenvolvimento enquanto processo vai além do econômico. No desenvolvimento como liberdade o indivíduo está no centro do processo enquanto agente capaz de mudar sua relação com o meio social e ambiental onde vive, tendo assim, uma perspectiva de minimizar os males sociais que emperram o desenvolvimento.

O conceito de desenvolvimento como liberdade, portanto, é introduzido neste trabalho para que este fortaleça a noção conceitual do desenvolvimento sustentável no que tange à participação social no processo do desenvolvimento, a partir da concepção de que são as escolhas que o homem faz, enquanto ser social, que irão determinar a condução da sociedade rumo ao seu bem-estar. Por isso, não se pode deixar de lado, a ênfase de Sen: o homem necessita de capacidades de escolhas e liberdade para fazê-las. De outro modo o processo se inviabiliza. Neste sentido, as noções conceituais de desenvolvimento sustentável e desenvolvimento como liberdade, podem ser complementares, pois, segundo Sen (2004) o desenvolvimento sustentável é a inspiração para a literatura ambiental atual, para protocolos e reuniões internacionais sobre o meio ambiente, mas, é preciso analisar se o ser humano está bem enquadrado neste conceito. Na verdade, Sen (2004) chama atenção para a questão de que a preocupação com o meio ambiente tem que envolver o ser humano enquanto cidadão que tem liberdade e capacidade de fazer escolhas e, por isso, a combinação da concepção do desenvolvimento sustentável e a “visão mais ampla dos seres humanos, que os encare como agentes cuja liberdade importa [...]” (Sen, 2004, p. 18) deve ser levada em consideração.

Para Veiga (2005), essa forma de pensar de Sen, que está exposta no artigo publicado no suplemento *Mais!*, da Folha de São Paulo, exprimem duas idéias:

A primeira é a crítica ao que muitos supõem ser o “conceito” de desenvolvimento sustentável. [...]

A segunda se refere ao senso de responsabilidade quanto ao futuro das espécies. É justamente pelo fato de a espécie humana ter conseguido se tornar a mais poderosa que ela deve ter responsabilidade para com as outras, em generoso e altruísta

esforço por minorar tal simetria. Se uma comunidade humana demonstra preferência pela conservação de determinado ecossistema em vez da implantação de um parque de diversões, por exemplo, isto só pode ser sinal de que interesses estritamente locais foram subordinados a uma bem mais vasta atenção global a valores morais e estéticos (VEIGA, 2005, p. 146-147).

A opinião do autor acima, só reforça nossa concepção de que a interligação entre desenvolvimento sustentável e desenvolvimento como liberdade é possível. Esta interligação enfatiza, do lado do desenvolvimento sustentável, que além dos problemas econômicos, sociais e políticos, existem os problemas ambientais, culturais e de espaço que necessitam ser levados em consideração em prol das gerações presentes e futuras. E, do lado do desenvolvimento como liberdade, para que alternativas a estes problemas se concretizem é preciso que o ‘homem’ enquanto ser individual e social tenha a capacidade e liberdade de fazer suas escolhas.

Ao apresentar o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento como liberdade se evidencia que por trás dessas concepções conceituais tem sempre a noção de bem-estar social a partir da busca da minimização da pobreza, eqüidade social e manutenção do meio ambiente para as gerações presentes e futuras. Contudo, as duas últimas concepções conceituais se estabelecem diferentemente da concepção de desenvolvimento econômico, indicando que é preciso ter cautela, pois, de um lado os recursos naturais não são ilimitados, e de outro se faz necessário dar as condições mínimas para que o ser humano tenha a capacidade e liberdade de fazer suas escolhas e participar dos processos decisórios no que se refere ao meio em que vive – natural e social. Estas noções demonstram em si que o pensar o desenvolvimento avançou através dos erros cometidos no passado e do amadurecimento científico, social e político por que passa gerações e gerações da sociedade humana.

O desafio agora é buscar alternativas de transpor a barreira do teórico para a prática. Sabemos que implementar o desenvolvimento aos moldes ‘sustentáveis’ ou ‘com liberdade’ requer tempo, vontade social e política e, acima de tudo, preparo. Mas, como dissemos no início desse capítulo, acreditamos no desenvolvimento e mais do que isso, aceitamos que hoje é possível pensar esse desenvolvimento em bases locais, sem esquecer do global, num país em desenvolvimento como o Brasil e numa região como a Amazônia⁷⁸ que guarda em si riquezas

⁷⁸ Como afirma Lima (2005, p. 59): “Na Amazônia, a floresta, as comunidades indígenas, os animais, os rios e o homem dos povoados são ainda fragmentos de um quebra-cabeça sobre um tabuleiro, aguardando um encaixe ideal ainda não encontrado. Os chamados efeitos positivos da industrialização estão longe de poder emergir e recompensar os custos sociais e econômicos. O desenvolvimento baseado no modelo *fordista* não foi um paradigma frutífero no desenvolvimento da região. Na origem exógena do modelo desenvolvimentista autoritário, ainda preexistente, está o fracasso dos diversos ‘planos’ para a região”.

naturais e culturais que, se usadas racionalmente, poderão servir de base desse processo de desenvolvimento. E, nesse sentido, as UC's de Uso Sustentável, como as APA's, podem vir a ser um caminho inspirador para que o desenvolvimento se torne uma possível realidade.

4.3 DESENVOLVIMENTO E APA'S: UMA RELAÇÃO ANTAGÔNICA?

O final da subseção 4.2.3 já responde o questionamento contido no título desta seção. Com os avanços e mudanças que vem ocorrendo no pensamento científico e nas ações que dizem respeito às questões ambientais em nível global e local, e, mais especificamente, o pensar a criação e implantação de APA's como estratégias de preservação e/ou conservação do meio ambiente, o antagonismo entre desenvolvimento e APA's pode ser considerado inexistente ou passível de inexistência. Isto por que quando se fala em relação sociedade-natureza fica claro que no início, meio e fim desta relação está a necessidade de bem-estar do ser humano e, portanto, a sua busca por uma qualidade de vida sustentável.

Partindo deste ponto de vista e do que foi discutido até aqui “[...] torna-se necessário superar o conceito de que só é possível conservar uma área se ela estiver à margem do desenvolvimento [...]” (CÓRTE, 1997, p. 43). No Brasil, o SNUC está aí para mostrar que é possível aliar conservação e desenvolvimento. Um desenvolvimento que tenha por base a sustentabilidade dos recursos, a participação local e o respeito ao meio natural, cultural e social. Sabemos que, na prática, esta tarefa é árdua e exige tempo, capacitação, habilidade, liderança e vontade política de todas as esferas sociais envolvidas. Como diz Foladori (2001, p. 107): “A essência mesma do ser humano é a transformação da natureza mediante o trabalho”. Mas, essa transformação pode vir a ser pensada a partir de ações que se baseiam na sustentabilidade como propõe Sachs (1993) quando discorre sobre as cinco dimensões do desenvolvimento sustentável, citadas anteriormente. Pois, é fato que a transformação da natureza não está dissociada das demais relações sociais, econômicas, políticas e culturais que o ser humano enquanto ser social precisa estabelecer.

Na sua relação com a natureza e com as demais variáveis citadas acima, uma outra conotação tem que estar em evidência, as ‘suas escolhas’. São elas que o levarão a transformar qualquer uma dessas relações de forma racional e que o leve a ter benefícios que somados com a escolha dos demais membros da sociedade se configurem em bem-estar e qualidade de vida. Isso não quer dizer que não temos a compreensão que ações voltadas a um desenvolvimento com esse perfil não seja complexo. Ao contrário, sabemos que um

desenvolvimento pautado nessas aspirações tem um nível de complexidade quer seja pensada globalmente ou localmente. A situação fica mais complexa ainda, quando pensamos o desenvolvimento, nestes termos, para UC's de Uso Sustentável dentro da Amazônia. Simonian (2000, p. 30-31), neste sentido, chama a atenção para o desenvolvimento sustentável:

A questão do desenvolvimento sustentável nas áreas de reserva da Amazônia aponta para uma realidade bastante contraditória. De um lado, tem-se as demandas acerca da implementação de políticas e ações públicas voltadas para a sustentabilidade dos recursos, da economia e da organização social em áreas de reserva na Amazônia (Conselho, 1998), e de outro, perspectivas de natureza destrutiva, notadamente o manejo negativo dos recursos naturais (Simonian, 1999b, c, 1998^a). [...] Ao longo deste processo, destaca-se o alcance limitado dos programas e projetos voltados para o desenvolvimento sustentável nas reservas.

Aqui se tem a demonstração de que a noção de desenvolvimento pode ser apenas utilizada como um conceito figurativo, sem resultados concretos no que diz respeito ao avanço de políticas e/ou ações em prol do bem-estar social. Com freqüência isso é uma realidade de regiões como a Amazônia com baixo nível de desenvolvimento devido, dentre outras coisas, as escolhas e opções feitas desde o momento de sua ocupação até hoje, quanto ao seu desenvolvimento. Mas, por outro lado, isso não é motivo para deixarmos de acreditar na possibilidade de novas alternativas de desenvolvimento.

A discussão feita por Irving [2002] sobre desenvolvimento sustentável e participação demonstra bem que, com as mudanças e avanços das ciências sociais e naturais no que diz respeito à relação sociedade-natureza se pode ver “uma luz no fim do túnel” quando a questão é desenvolvimento sustentável:

A concepção de Desenvolvimento Sustentável implica um novo paradigma do pensar as sociedades humanas segundo uma nova ética de democratização de oportunidades e justiça social, percepção das diferenças como elemento norteador de planejamento, compreensão da dinâmica de códigos e valores culturais e compromisso global com a conservação de recursos naturais (IRVING, [2002], p. 69).

Esse novo paradigma do desenvolvimento, portanto, passa a perceber a urgência e o compromisso com a conservação dos recursos naturais. Mais ainda, se há um compromisso, então, o ser humano como ser pensante e racional é o que deve assumir o mesmo. E, aí o desenvolvimento como liberdade, a outra categoria conceitual aqui utilizada, se soma ao desenvolvimento sustentável para fortalecer o entendimento da participação do ser humano nas escolhas de estratégias pertinentes para efetivar esse compromisso. Se em um dado momento e/ou circunstância são as UC's de Uso Sustentável, como as APA's, as escolhidas como estratégias capazes de dar respostas a este compromisso, então, elas em nenhum momento, podem ser consideradas contrárias a esse processo. Elas fazem parte desse processo

e, dependendo das escolhas do ser humano, não possibilitar um avanço do desenvolvimento no local onde esta será implantada.

O que irá estar por trás do processo de operacionalização do desenvolvimento sustentável é vontade política de planejar e efetivar as ações para sua realização; a relação local-global no que tange aos países em desenvolvimento e desenvolvido; e, a educação que será o principal instrumento que possibilitará a aquisição das capacidades do ser humano para fazer suas escolhas como bem atesta Sen (2002). Este raciocínio também pode ser visto em Irving [2002] que vê na participação democrática o principal elemento capaz de fazer com que esta nova alternativa de desenvolvimento possa passar de possibilidade para a realidade.

Para ela:

O compromisso participativo em projetos de desenvolvimento possivelmente representa o caminho de maior sustentabilidade com relação à garantia de continuidade do processo e aos impactos indiretos nem sempre mensuráveis dele decorrentes (IRVING, [2002], p. 72).

O compromisso de participação da sociedade como descreve Irving [2002] não isenta os demais setores da sociedade na construção desta nova alternativa de desenvolvimento como já foi dito anteriormente. Para Ferreira; Ferreira (1995) ao se pensar um novo desenvolvimento tem que se reconhecer que, a alternativa do Estado ser o condutor majoritário desse processo está descartada. Para estes autores pensar desenvolvimento e, fazer sua gestão, só será possível se tal processo for compartilhado entre Estado, sociedade civil, setor privado e comunidades locais. Desta forma, “[...] a busca de estilos de desenvolvimento não-tradicional só poderia ser alcançada sob regimes de democracia participativa, que garantissem a criatividade e a gestão autônoma da sociedade” (FERREIRA; FERREIRA, 1995, p. 29).

Todas essas argumentações, em prol de um ‘novo desenvolvimento’ fundado em categorias conceituais como desenvolvimento sustentável e desenvolvimento como liberdade servem para se perceber que não há antagonismo entre desenvolvimento e APA’s se considerarmos estas como estratégias capazes de fortalecer o processo de desenvolvimento nos parâmetros aqui discutidos. É por isso que a educação e a participação se tornam base fundante desta nova concepção que relaciona APA e desenvolvimento. Isto porque as UC’s, de Uso Sustentável como as APA’s, nesta nova posição têm que ser conhecida, entendida e aceita como tal pela sociedade e por quem às terá próximas ou como parte efetiva de seu cotidiano. Entender e perceber a APA como uma estratégia de desenvolvimento, então, é o desafio de quem vive, gerencia, estuda e/ou atua próximo ou dentro da mesma. Hoje se pode dizer que com os avanços que tiveram e continuam ocorrendo no mundo e no Brasil, principalmente no que tange leis, estudos científicos, eventos e acordos internacionais e o

advento de ONG's que atuam nas UC's, de um modo geral, e a favor destas, o pensar , por exemplo, APA's e desenvolvimento como algo relacional é um fato que, poderá ser disseminado mais facilmente. O mais difícil se está conseguindo, a sua aceitação por todos os membros e esferas da sociedade, onde se reconhece as UC's de Uso Sustentável como uma possível estratégia de desenvolvimento.

4.4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM LIBERDADE NA APA – ALTER DO CHÃO: ALGO POSSÍVEL?

Por acreditar que as APA's e o desenvolvimento hoje podem ser vistas como relacionais, a partir do surgimento de novas compreensões do desenvolvimento e da relação sociedade-natureza, é que neste estudo parte-se da defesa da possibilidade de pensar o desenvolvimento sustentável com liberdade para a APA – Alter do Chão. Como foi descrito até aqui, em se tratando do reconhecimento da importância das UC's no mundo e o seu processo de evolução em nível global, no Brasil e na Amazônia se percebe que hoje, estas já têm o *status* de estratégia política, principalmente quando o assunto é proteger e/ou conservar determinadas fontes de recursos naturais ou culturais. O que ainda está em fase de amadurecimento, contudo, são as práticas para efetivar tais processos visando assim, no caso das UC's de Uso Sustentável, estas serem também reconhecida como área propícia para se pensar o desenvolvimento local. Vimos que no Brasil esse processo avançou na legislação e na criação de programas e políticas de governo, mas têm dificuldades quanto à implementação que acaba sendo realizada por atos de Estado onde muitas vezes a criação de uma UC nem sai do papel ou quando sai, vai de encontro à vontade local em participar o que acaba dificultando a sua gestão.

Aceitar que as UC's sejam criadas e administradas por uma das esferas de governo – federal, estadual ou municipal - não é problema. Como no caso da APA – Alter do Chão, todos os envolvidos no seu processo de criação reconhecem de quem é a responsabilidade de sua implantação. Mas, hoje é preciso ir além:

Queiramos ou não, a implantação da APA – Alter do Chão depende do poder público municipal, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e, principalmente os atores principais do processo, a própria população local que precisa se sentir inserida no processo, que precisa se sentir responsável e, principalmente ela precisa se sentir comprometida com o desenvolvimento da APA. Então, se a comunidade ela não se sentir comprometida, por mais que o governo municipal tenha boa vontade as coisas não acontecem de maneira satisfatória (ENTREVISTA 04, 17/06/05).

O não reconhecimento deste fato, atualmente, dificulta ainda mais a relação APA – desenvolvimento. Contudo, o difícil não é impossível, cabe aos estudiosos do desenvolvimento pesquisar, desenvolver, contribuir e, quando possível, propor e/ou apresentar estudos que levem a novos rumos e concepções. O estudo que hora se finaliza tem essa humilde pretensão. Ao observar o processo de criação da APA – Alter do Chão, uma UC de Uso Sustentável e, portanto, compatível com a noção de desenvolvimento sustentável e, mais ainda, ao ter contato com a noção conceitual de desenvolvimento como liberdade e com o modo de pensar dos atores que participaram de seu processo de criação, pude perceber que a APA – Alter do Chão pode servir de inspiração onde mudanças de rotas e de visões de mundo podem ser possíveis, permitindo assim que se possa ir além da busca da sobrevivência.

Então, eu vejo assim que nós precisamos ver a questão da APA, não só com uma vontade de preservar a questão ambiental, mas principalmente na questão de preservar o homem. Eu acho que o homem tem que ser preservado acima de qualquer outra coisa. Então, nós não estamos com essa coisa: Não! Nós vamos deixar todas as árvores em pé e vamos ficar olhando e vamos morrer de fome. Não é por aí! Eu acho que vamos ter que ser racional em questão de usar o recurso natural [...] (ENTREVISTA 02, 09/06/05).

Como descrito nos **CAPÍTULOS II e III**, o processo de criação da APA – Alter do Chão advém de um reconhecimento social de que a conservação da natureza é uma necessidade que está diretamente ligada com a manutenção do bem-estar e da sobrevivência dos moradores da região do Eixo Forte. Estes, com o auxílio do INPA, do Museu Emílio Goeldi e depois do governo municipal, reconheceram que algo precisava ser feito para preservar e/ou conservar a fonte de riqueza dos mesmos, a vila e o entorno de Alter do Chão. Das inúmeras alternativas, a mais compatível com as suas realidades foi a criação de uma APA. Como reconhece Araújo (2004, p. 08):

A proposta de desenvolvimento local é compatível com que se espera das unidades de conservação de uso sustentado, como as APA's – A elevação da qualidade de vida e equidade social, eficiência e crescimento econômico de forma sustentada e continuada, e por fim, a conservação.

Um desenvolvimento local, pautado no desenvolvimento sustentável e no desenvolvimento como liberdade que, unidos, para mim se tornam o desenvolvimento sustentável com liberdade. Este termo busca unir as duas concepções conceituais de desenvolvimento ora apresentadas neste trabalho, ou seja, um desenvolvimento pautado em ações que garantam a sustentabilidade política, econômica, social, ecológica, espacial e cultural dentro de um processo em que a participação democrática da sociedade esteja determinada pelas escolhas do ser humano enquanto indivíduo e ser social, tendo por base

suas capacidades e a liberdade para efetivar essas escolhas dentro de um processo que busca um desenvolvimento de longo prazo abarcando assim, as gerações presentes e futuras.

A APA – Alter do Chão, portanto, tem no seu processo de criação e início de implantação um viés que a torna, ao ser estudado, um diferencial no avanço das UC's de Uso Sustentável enquanto possibilidade de estratégia de desenvolvimento. Esta surge como alternativa de manutenção de um patrimônio natural e cultural que garante direta e indiretamente a economia e a sobrevivência de dezoito comunidades e a tendência de desenvolvimento através da atividade turística de um município, Santarém. Aqui se percebe de imediato que ao se configurar tal processo, escolhas vão sendo feitas em todos os níveis econômicos, sociais, políticos, ambientais e culturais. Pois, estas comunidades, por exemplo, podiam mudar de atividade, o avanço dos grãos na região está aí e eles não querem dele participar e, tem no turismo sustentável de base local sua escolha de atividade econômica. Suas lideranças comunitárias podiam ter deixado na mão do governo municipal a implantação da APA e não fizeram, optaram em ser ativos e comprometidos com a discussão da criação, implantação e possíveis ajustes e disseminação necessárias à consolidação da APA. O governo municipal também podia escolher em deixar que o governo estadual ou federal se comprometesse em criar a APA, haja vista os mesmos serem sempre a primeira opção dos grupos que reivindicavam a APA, mas também não fizeram, preferiram criar uma APA municipal. As comunidades podiam até escolher em esgotar os recursos naturais existentes, explorando-os ao máximo sem se preocupar com a sua extinção e, esta é a principal preocupação dos mesmos que consideram tais recursos como fonte de vida para as gerações presentes e futuras e para a preservação de sua cultura que está intimamente ligada com a relação sociedade-natureza existente no local.

As considerações acima demonstram como diz Corte (1997, p, 48) que:

A ênfase atual no envolvimento das comunidades locais no processo de criação das unidades de conservação em geral encontra suporte na possibilidade destas unidades serem melhor sucedidas se tiverem a aceitação por parte da sociedade tanto no contexto local como regional.

Essa evidência pode ser constatada no discurso dos entrevistados deste trabalho e no nível de participação das comunidades quando a questão é discutir e aprofundar assuntos referentes à APA. Apesar deste movimento de criação da APA – Alter do Chão vir desde 1990, ainda é um processo embrionário e em construção, o que só confirma que qualquer processo que envolva algum tipo de estratégia de desenvolvimento e participação democrática é lento. Contudo, isso não é um motivo para não estudá-lo e evidenciar aspectos que, no geral, o diferencia de muitas outras estratégias de criação e implantação de UC's de Uso Sustentável.

Ao contrário, acompanhar a criação e implantação da APA – Alter do Chão identificando seus problemas, conflitos e adventos, ao mesmo tempo em que se busca relacionar tais fatos com questões ambientais, relação sociedade-natureza e desenvolvimento, podem suscitar mais estudos e contribuições. Esta dissertação é apenas um ‘grão’, que nos perdoem o anacronismo, dentro de um universo maior e mais complexo em que se inserem as temáticas aqui desenvolvidas. E, como tal, é passivo de críticas, contribuições e, claro, continuidade, o que se pretende num futuro próximo.

ANEXO

G – Memorial descritivo da APA – Alter do Chão

ANEXOS

- A – Roteiros de Entrevistas Abertas I e II
- B – Relatório da Assembléias Geral sobre a APA – Alter do Chão (20/06/2005)
- C – Levantamento Preliminar feito junto as Comunidades do Eixo Forte
- D – Proposta de Programação da Assembléia de Esclarecimento sobre a APA – Alter do Chão
- E – Decreto de criação da APA – Alter do Chão
- F – Planta Cartográfica da área da APA – Alter do Chão
- G – Memorial descritivo da APA – Alter do Chão

CONCLUSÃO

O conjunto do estudo hora apresentado nestes quatro capítulos é, de modo geral, uma descrição de processos evolutivos que se inicia com as UC's no mundo, no Brasil, na Amazônia e no Oeste do Pará. Depois a caracterização da área de estudo a região do Eixo Forte, no distrito de Alter do Chão e o relato de como se deu a criação da APA – Alter do Chão é a descrição evolutiva de um processo de escolha dos atores sociais envolvidos que vêm na APA uma forma de garantir, através da conservação de seu patrimônio natural, a sua sobrevivência, principalmente no que diz respeito aos moradores da região. Por fim, a evolução do conceito de desenvolvimento a partir de três concepções: desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento como liberdade para que assim fosse possível mostrar sua interação com o processo de criação de UC's de Uso Sustentável, como as APA's como uma inspiração.

Por este prisma, pretendeu-se atingir os objetivos propostos reconhecendo para tanto, que muitas questões foram deixadas de lado. Mas, este fato pode ser justificado. Ao optarmos por estudar o processo de criação da APA – Alter do Chão escolhemos a periodização que vai do início da discussão, década de 1990, até a Assembléia do Irurama, ocorrida em julho de 2005. Isto por que, por um lado, como esta é um processo em andamento e devido à distância

do campo, não tínhamos como acompanhar as ações que viriam após a referida Assembléia. Por outro lado, metodologicamente o que se espera de um estudo como este é o mesmo tenha início, meio e fim, ao mesmo tempo em que um estudo de caso necessita estar ligado à referenciais teóricos e idéias acadêmico-científicas de uma forma coerente. Assim, as sistematizações do **CAPÍTULO I** e as descrições dos **CAPÍTULOS II e III** tiveram como objetivo geral servir de instrumento para que, no **CAPÍTULO IV**, o processo de criação da APA – Alter do Chão servisse de inspiração para a discussão sobre o Desenvolvimento Sustentável com Liberdade.

Na busca deste objetivo, temos plena convicção de que questões como os conflitos e as relações de poder diversas que ocorrem naquela região, como conflitos fundiários, devastação ambiental, uso e exploração indevida dos recursos naturais, conflitos entre o público-privado-ONG's, dentre outros foram suprimidos desta discussão. Reconhecemos que estes conflitos e muitos outros existem são passíveis de discussão. Mas, o risco de se discutir aqui seria enorme, acarretando, dentre outras coisas, o desvio do que realmente era o meu interesse, a possibilidade de relacionar APA com o desenvolvimento. Julgo que tais discussões são pontos para uma discussão em trabalhos futuros, onde as mesmas possam ser o objeto primário dos mesmos. No mais, a discussão de UC's de Uso Sustentável e desenvolvimento já são em si temáticas com aportes teóricos e estruturais específicos e, ao optar por elas, me ative a referenciá-las e manter diálogo com as mesmas.

O fato de partir do entendimento das UC's como todo é um exemplo disso. Mesmo, tendo apenas uma UC de Uso Sustentável, a APA, como a principal e única referência, o falar das UC's de um modo geral e dos seus ‘caminhos e descaminhos’ subsidiou a compreensão das especificidades das APA's. Isso foi importante, para o reconhecimento que nem todas as UC's são passíveis de relacionar-se com a possibilidade de desenvolvimento. Esta relação é específica para UC's de Uso Sustentável e, no estudo, a APA foi elencada como exemplo de tal relação, onde a inspiração é transpor o objetivo primeiro da criação da APA – Alter do Chão – a sobrevivência das comunidades – e pensar além, ou seja, pensar que tal UC pode ser vista como uma possibilidade alternativa de Desenvolvimento Sustentável com Liberdade.

Neste caso, a relação sociedade-natureza-desenvolvimento descrita teve como resultado um processo em que foi possível pensar alternativas onde uma nova forma de compreender o desenvolvimento fosse viável. A APA – Alter do Chão é apenas um caso entre vários que existem no Brasil e no mundo. Mas, isso não tira dela sua especificidade e, é nisto que consiste a relevância desta dissertação. Ao atribuir a APA – Alter do Chão o fato de sua criação ter em sua base atores sociais que fogem ao convencional de criação de UC's e, mais

ainda, ao identificar que neste processo houve altos e baixos, mas mesmo assim esses atores permaneceram firmes e acreditando que a mesma possa ser algo real, se tem a evidência de que, de fato, a evolução do processo de criação de UC's está avançando para um caminho onde é possível repensar tal processo atrelado a algo mais global como o desenvolvimento.

Dos vários debates de idéias, levados à cabo no Brasil ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970 e, mesmo ainda no início dos anos de 1980, foi o do desenvolvimento aquele que mais atiçou corações e mentes, posto que procurava-se discernir um rumo que abri-se perspectivas de bem-estar e progresso para o país e a sociedade como um todo (LINHARES; SILVA, 1981).

Se os resultados daí advindos foram/são alvo de duras críticas, não se deve, por outro lado, esvaziar o termo de conteúdo. Fazendo referência, particularmente à agricultura, por exemplo, Lima (2005, p. 45) afirma:

Os acontecimentos da década de 1990, anos de tensões disruptivas (queda do socialismo, reforço de movimentos étnicos e liberalização agrícola crescente, crise do desemprego/globalização e crise ambiental – agudizados nos anos 1990 mas originados em 1980 – ideologia do desenvolvimento local e políticas de descentralização), trouxeram mudanças nas representações e nas práticas.

Assim, a busca de se inserir nesta dissertação as tendências atuais em torno da teoria do desenvolvimento capitalista e suas metamorfoses, a partir dos três conceitos ou concepções descritas: Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento como Liberdade, aparece como um intento.

O que aqui precisa ser ponto de motivação é que tanto um processo como o outro necessita estar assentado em parâmetros como participação democrática, capacidade e liberdade de escolhas dos atores sociais envolvidos e aceitar que as relações sociedade-natureza se assente numa dependência que acaba por direcionar tudo o mais em termos de desenvolvimento, ‘termo’ esse hoje um tanto negligenciado. Se de tudo aqui exposto, apenas essa mensagem se fizer clara, a meta deste estudo terá sido atingida. Neste sentido, a contribuição almejada é de poder estar atualizando e descrevendo evoluções de um processo que tem por inspiração relações como sociedade-natureza e APA – desenvolvimento, com a perspectiva de estar do lado que, criticamente, acreditam no desenvolvimento e tendem a perceber em estratégias como a criação de uma UC como a APA – Alter do Chão uma possibilidade de um novo caminho para que este se consolide de forma local e se expanda de forma global.

Este estudo não é algo acabado e sim apenas o início, pois como tal processo é dinâmico, o aprofundamento e acompanhamento do mesmo se fazem necessários. Por isso, o

desejo que fica é que este possa inspirar outros estudos na área da APA – Alter do Chão, permitindo um maior aprofundamento dessas relações que aqui apenas estão descritas e de outras que não foram aqui aprofundadas. Seja, inclusive, motivação de pesquisas entre meus alunos, especialmente os das disciplinas ‘Economia do Turismo’, do curso de Turismo do IESPES e ‘Economia Amazônica’ do curso de Economia das Faculdades Integradas do Tapajós - FIT. Um desejo que se transforma em um mais novo desafio para a autora desta, às portas de continuá-la em seu doutorado e/ou até mesmo em futuras orientações monográficas. Por isso, todas as contribuições, críticas e identificação de falhas são relevantes, pois estarão ajudando na continuidade do mesmo.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALBERNAZ, Ana Luisa K. M; SOARES, Renato Cintra; SANAIOTTI, Tânia; LIMA, Albertina; MAGNUSSON, William E. *Proposta para a Criação de uma Área de Proteção Ambiental (APA) em Alter do Chão, Santarém/Belterra, Pará*. Manaus, 1999, 30 p. Trabalho não publicado.

ALBERNAZ, Ana Luisa K. M. *Zoneamento da Região de Alter do Chão, Pará: Um Exercício de Planejamento para uma Unidade de Conservação de Uso Direto*. 2001. 130f. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, Universidade do Amazonas, Manaus.

ALEXANDRE, Agripa Faria. Etnoconservação como Política de Meio Ambiente no Brasil: desafios políticos de resistência e integração ao mundo globalizado. In: *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 03, n. 03, Jul./Set. 2002, p. 55-64.

ALMEIDA, Jalcione. A Problemática do Desenvolvimento Sustentável. In: BECKER, Dizimar Fermiano (Org.). *Desenvolvimento Sustentável: Necessidade e/ou Possibilidade?* 4^a Edição. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002, p. 21-29.

ANGELIM, Margarida N. Barreto. *Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo*. São Paulo: Papirus, 2003, 160 p.

ARAÚJO, Thaís Nascimento de. *Uso Sustentado em Unidades de Conservação: análise crítica do plano de gestão da área de proteção ambiental em Guapimirim*. 2004. 120 f.

Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ.

ARRIGHI, G. A. *A Ilusão do Desenvolvimento*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

ASSEMBLÉIA DE ESCLARECIMENTO SOBRE A APA – ALTER DO CHÃO. 2005. Gravação Transcrita. 03 cassetes sonoros (60 minutos). 61 p.

BARBIERI, José Calos. *Desenvolvimento e Meio Ambiente: as estratégias de mudança da Agenda 21*. 6ª edição. Petrópolis: Ed. Vozes, 2003, 159 p.

BARRETTO, Margarida. *Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo*. São Paulo: Papirus, 2001, 160 p.

BECKER, Dizimar Fermiano. Sustentabilidade: um novo (velho) paradigma de desenvolvimento regional. In: BECKER, Dizimar Fermiano (Org.). *Desenvolvimento Sustentável: Necessidade e/ou Possibilidade?* 4ª Edição. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002, p. 31-97.

BEGOSSI, Alpina. Escalas, Economia Ecológica e a Conservação da Biodiversidade. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. 3ª Edição. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2001, p.56-71.

BERNARDO, Christianne. *A Eficácia da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – Lei nº. 9.985/2.000: o caso do Parque Nacional da Serra dos Órgãos*. 2004. 153 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ.

BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Decreto n. 4.340, de 22 de agosto de 2002. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC*. 4ª Edição. aum. Brasília: MMA/SBF, 2004. 52 p.

BRASIL NATURE. *Igarapés*. Disponível em: www.brazilmature.com/amazonia.html. Acesso em: 29 de janeiro de 2006.

BRITO, Francisco A.; CÂMARA, João B. D. *Democratização e Gestão Ambiental: em busca do desenvolvimento sustentável*. 3ª Edição. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2002, 332 p.

BRITO, Maria Célia Wey. *Unidades de Conservação: intenções e resultados*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000, 230 p.

BRUNDTLAND, Gro H. *O Nossa Futuro Comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

CASTRO, Edna. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. 2ª Edição. São Paulo: Annablume: Nupaub-USP: Hucitec, 2000, p.165-182.

COELHO, Maria Célia Nunes. Reflexões sobre o Ecoturismo na Amazônia. In: FIGUEIREDO, Silvio Lima (Org.). *O Ecoturismo e a Questão Ambiental na Amazônia*. 1ª edição, Belém: NAEA/UFPA, 1999, p. 51-74.

_____. Desenvolvimento Sustentável, Economia Política do Meio Ambiente e a Problemática Ecológica da Amazônia. In: D'INCAO, M. A; SILVEIRA, I. M. da (Orgs.). *A Amazônia e a Crise da Modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994, p. 125-133.

COELHO, William José Pereira. *Programa de Informações para Gestão Territorial: Caracterização Municipal e Atividades que Capacitam a Gestão Territorial em Santarém*. Santarém, Pa: PRIMAZ - CPRM: PMS, 1998, 31 p.

COWEN, M.P.; SHENTON, R.W. *Doctrines of Development*. London: Routledge, 1996. (caps. 1, 3).

COLCHESTER, Marcus. Resgatando a Natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. 2ª Edição. São Paulo: Annablume: Nupaub-USP: Hucitec, 2000, p. 225-256.

CÔRTE, Dione Angélica de Araújo. *Planejamento e Gestão de APAs: enfoque institucional*. Brasília: IBAMA. Série Meio Ambiente em Debate, nº 15, 1997, 106 p. Disponível em: www.ibama.gov.br. Acesso em: 30/10/2004.

COSTA, Patrícia Côrtes. *Unidades de Conservação: matéria-prima do ecoturismo*. Série Turismo. São Paulo: Editora Aleph, 2002, 163 p.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. 4ª Edição, São Paulo: Editora Hucitec, 2002, 176 p.

_____. (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. 2ª Edição. São Paulo: Annablume: Nupaub-USP: Hucitec, 2000, 290 p.

FERNANDES, Ivan Pereira; COELHO, Márcio Ferrari. *Economia do Turismo: teoria & prática*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2002, 292 p.

FERREIRA, Leila da Costa, FERREIRA, Lúcia da Costa. Limites Ecossistêmicos: novos dilemas e desafios para o estado e para a sociedade. In: HOGAN, Daniel Joseph; VIEIRA, Paulo Freire (Orgs.). *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*. 2ª Edição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995, p.13-35.

FIGUEIREDO, Silvio Lima. Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável: Alternativa para o desenvolvimento da Amazônia? In: FIGUEIREDO, Silvio Lima (Org.). *O Ecoturismo e a Questão Ambiental na Amazônia*. 1ª edição, Belém: NAEA/UFPA, 1999, p. 75-126.

FILHO, Geraldo Lesbat Cavaguari. Amazônia: visão político-estratégica da questão ambiental. In: PARÁ – Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente. *Seminário Internacional sobre o Meio Ambiente, Pobreza e Desenvolvimento da Amazônia – Sindamazônia: Anais*. Belém: Prodepa, 1992.

FOLADORI, Guillermo. *Limites do Desenvolvimento Sustentável*. Tradução: Marise Manoel. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, 221 p.

FONSECA, Wilde Dias da. *Santarém: Momentos Históricos*. 4ª Edição. Santarém, PA: Gráfica e Editora Tiagão, 1996, 244 p.

FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974, 117 p.

GÓMEZ-POMPA, Arturo; KAUS, Andrea. Domesticando o Mito da Natureza Selvagem. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. 2ª Edição. São Paulo: Annablume: Nupaub-USP: Hucitec, 2000, p. 125-147.

GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL MICT/MMA. *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo*. Brasília: EMBRATUR/IBAMA, 1994, 44 p. Disponível em: www.embratur.gov.br. Acesso em: 16/01/2005.

GUHA, Ramachandra. O Biólogo Autoritário e a Arrogância do Anti-Humanismo. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. 2ª Edição. São Paulo: Annablume: Nupaub-USP: Hucitec, 2000, p. 81-99.

HIRSCHMAN, A. *A Economia como Ciência Moral e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. Tradução de Waltensir Dutra. 21ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986, 313 p.

HUNT, E. K.; SHERMAN, Howard J. *História do Pensamento Econômico*. Tradução de Jaime Larry Benchimol. 16ª Edição. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1998, 218 p.

IBAMA. *Unidades de Conservação*. Disponível em: www.ibama.gov.br. Acesso em: 16 de novembro de 2005.

IBGE. *Informações do Censo 2000*. Disponível em: www.ibge.org.br. Acesso em: 06 de dezembro de 2005.

IESPES. *Missão Institucional*. Disponível em: www.iespes.edu.br. Acesso em: 07 de dezembro de 2005.

INPA. *Histórico*. Disponível em: www.inpa.gov.br. Acesso em: 07 de dezembro de 2005.

IRVING, Marta de Azevedo. Refletindo sobre o Ecoturismo em Áreas Protegidas – Tendências no Contexto Brasileiro. In: IRVING, Marta de Azevedo; AZEVEDO, Júlia (Organizadoras). *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. 1ª edição, São Paulo: Editora Futura, 2002, p. 47-68.

_____. Participação e Envolvimento Comunitário: garantia ética de sustentabilidade em projetos de desenvolvimento, [2002], p. 68-78, mimeo.

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo Cesar. *Turismo: Teoria e Prática*. São Paulo: Ed. Atlas, 2000.

LATOUCHE, S. Contribution à l'Histoire du Concept de Développement. In: COQUERY-VIDROVITCH, C. et al. (eds.). *Pour Une Histoire du Développement: États, Sociétés, Développement*. Paris: L'Harmattan, 1998, p. 41-60.

LEIS, Héctor Ricardo. *A Modernidade Insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes: Santa Catarina: UFSC, 1999.

LEMOS, Haroldo Mattos de. *Desenvolvimento Sustentável*. Série Meio Ambiente em Debate, nº 03. Brasília: IBAMA, 1996, 32 p.

LINHARES, Maria Yeda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsia*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981, 170 p.

LIMA, Tatiana Lobato. Populações Tradicionais e Estado: interesses e disposições normativas na RESEX Cajari/AP. In: COELHO, Maria Célia Nunes; SIMONIAN, Ligia; FENZL, Norbert (Orgs.). *Estado e Políticas Públicas na Amazônia*. Belém: CEJUP: UFPA-NAEA, 2000, p. 83-97.

LIMA, Eli Napoleão de. Novas Ruralidades, Novas Identidades. Onde? In: MOREIRA, Roberto José (Org.). *Identidades Sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, 320 p.

KITAMURA, Paulo Choji. *A Amazônia e o Desenvolvimento Sustentável*. Brasília: EMBRAPA – SPI, 1994, 182 p.

MALUF, Renato S. Atribuindo sentido(s) à noção de desenvolvimento econômico. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. Número 15, 2000, p. 53-86.

MEDEIROS, Rodrigo; IRVING, Marta; GARAY, Irene. A proteção da natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção. In: RDE – *Revista de Desenvolvimento Econômico*. Salvador, BA: Departamento de Ciências Sociais Aplicadas. Ano VI, n. 09, janeiro de 2004, 83-93 p. Disponível em: www.geodados.uem.br. Acesso em: 13/07/2005.

MORAES, Marília Britto Rodrigues de. *Área de Proteção Ambiental como Agência de Desenvolvimento Sustentável: APA Cananéia Iguape Peruíbe/SP*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004, 146 p.

MOURÃO, Elitânia da Silva. *Análise da Implantação da APA Alter do Chão*. 2005. 46 f. TAO (Trabalho Acadêmico Orientado do Curso de Turismo) – Instituto Esperança de Ensino Superior – IESPES, Santarém – Pará.

MMA. *Plano Nacional de Áreas Protegidas*. Disponível em: www.mma.gov.br/pnap. Acesso em: 06 de dezembro de 2005.

MPEG. *Histórico*. Disponível em: www.museu-goeldi.br. Acesso em: 07 de dezembro de 2005.

OLIVEIRA, Adélia. Ocupação Humana. In: SALATI, Enéas; SHUBART, Herbert; JUNK, Wolfgang; OLIVEIRA, Adélia (Org.). *Amazônia: Desenvolvimento; Integração e Ecologia*. São Paulo: Ed. Brasiliense; 1983, 144-327 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Integrar para não entregar: Políticas Públicas na Amazônia*. São Paulo: Ed. Papirus; 1988, 107 p.

OLIVEIRA JÚNIOR, R. C.; RODRIGUES, T. E.; SANTOS, P. L. dos. *Zoneamento Agroecológico da Área do Planalto do Município de Santarém*. Belém, Pa: EMBRAPA, 1999, 87 p.

PANDOLFO, Clara. *Amazônia Brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras*. Belém: CEJUP, 1994, 288 p.

PASTANA, José Maria do Nascimento; SALGADO, Marcelo Spinola. *O Potencial Turístico do Município de Santarém*. Santarém – Pa: PRIMAZ - CPRM: PMS, 1997, 66 p.

PINTO, Paulo Moreira. Unidades de Conservação da Amazônia: o Ecoturismo no Parque Estadual da Serra dos Martírios/Andorinhas – Pa. In: COELHO, Maria Célia N.; SIMONIAN, Lígia; FENZL, Norbert (Orgs.). *Estado e Políticas Públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais*. Belém: Cejup: UFPa – NAEA, 2000, p. 55-69.

QUARESMA, Helena Doris de A. Unidades de Conservação, Pescadores e Turismo: experiência na Área de preservação Ambiental Algodoal/Maiandeua – Pa. In: COELHO, Maria Célia N.; SIMONIAN, Lígia; FENZL, Norbert (Orgs.). *Estado e Políticas Públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais*. Belém: Cejup: UFPa – NAEA, 2000, p. 71-82.

_____, Helena Doris. *Unidade de Conservação da Natureza – UCS – como instrumento de políticas públicas*. Papers do NAEA, n. 114, Belém: NAEA/UFPA, dez/1998, 20 p.

QUINTELÀ, Maria Fernanda S. Costa Nunes. *Curso de Conservação de Recursos e Gestão de Unidades de Conservação*. Rio de Janeiro: Instituto de Biologia/UFRJ, Laboratório de Ecologia Aplicada. 2003, 79 p.

RABELO, Adriana Sylvia de Jesus. *O Turismo na visão do Nativo de Alter do Chão*. 2005. 42 f. TAO (Trabalho Acadêmico Orientado do Curso de Turismo) – Instituto Esperança de Ensino Superior – IESPES, Santarém – Pará. Orientado por: Nedy Pedroso. (28-40 p.)

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Santarém: seu desenvolvimento histórico*. 2ª Edição. Coleção Retratos do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Belém: Governo do Estado do Pará, 1979, 198 p.

RIBEIRO, Berta G. *Amazônia Urgente: cinco séculos de história e ecologia*. 2ª Edição. Belo Horizonte, MG: Itatiaia, 1992, 271 p.

SACHS, Ignacy. Ecodesenvolvimento: uma perspectiva para a Amazônia Legal. In: CADERNOS DO NERU. *Ecodesenvolvimento*. Cuiabá: Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos – ICHS – UFMT, nº. 06, 1997, p. 09-60.

_____. Estratégia de Transição para o Século XXI. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). *Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993, p. 29-56.

_____. *Espaços, Tempos e Estratégias do Desenvolvimento*. Tradução de Luiz Leite de Vasconcelos e Eneida Araújo. São Paulo: Vértice, 1986, 224 p.

_____. *Ecodesarrollo: desarrollo sin destrucción*. México: El Colegio de México, 1982, 201 p.

SANTARÉM. Decreto n. 17.771, de 2 de julho de 2003. Cria a Área de Proteção Ambiental de Alter do Chão, no Município de Santarém, Estado do Pará, e dá outras providências. Mimeo.

SANTOS, Kátia Maciel dos, SILVA, Sandra Maria Sousa da; PASTANA, José Maria do Nascimento. *Diagnóstico do Potencial Turístico de Alter do Chão*. Santarém (Pa): CPRM, PMS, 1999, 34 p.

SANTOS, Paulo Rodrigues dos. *Tupaiulândia*. 3ª Edição. Santarém, Pa: ICBS/ACN, Gráfica e Editora Tiagão, 1999, 544 p.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980, 358 p.

SARKAR, Sahotra. Restaurando o Mundo Selvagem. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. 2ª Edição. São Paulo: Annablume: Nupaub-USP: Hucitec, 2000, p. 47-65.

SATO, Michele. O Desenvolvimento. In: CADERNOS DO NERU. *Ecodesenvolvimento*. Cuiabá: Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos – ICHS – UFMT, nº. 06, 1997, p. 61-95.

SEMTUR – Secretaria Municipal de Turismo e Integração Regional de Santarém. *Inventário da Oferta e Infra-estrutura Turística de Santarém*. Santarém, Pa: PMS, 2005, 187 p.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das letras, 2000, 409 p.

_____. Por que é necessário preservar a coruja. In: FOLHA DE SÃO PAULO. Caderno Mais, Tradução: Paulo Migliacci, do dia 14 de março de 2004.

SHWARTZMAN, Stephan. Florestas Cercadas: lições do passado, propostas para o futuro. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. 2ª Edição. São Paulo: Annablume: Nupaub-USP: Hucitec, 2000, p. 257-272.

SILVA, José Maria Cardoso da. *Orientações para a Criação de Novas Unidades de Conservação*. Brasília: IBAMA, 1999, 18 f (Parte do Texto). Disponível em: www.ibama.gov.br. Acesso em: 30/10/2004.

SIMONIAN, Lígia T. L. Políticas Públicas, Desenvolvimento Sustentável e Recursos Naturais em Áreas de Reserva na Amazônia Brasileira. In: COELHO, Maria Célia N.; SIMONIAN, Lígia; FENZL, Norbert (Orgs.). *Estado e Políticas Públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais*. Belém: Cejup: UFPa – NAEA, 2000, p. 09-53.

SOARES, Eduardo Safons (Org.). *Desafios, Resultados, Ameaças e Oportunidades em uma Unidade de Conservação na Amazônia: A Floresta Nacional do Tapajós*. Santarém: IBAMA – ProManejo, 2004, 196 p.

SOTO, William Héctor Gómez. Desenvolvimento Sustentável, Agricultura e Capitalismo. In: BECKER, Dizimar Fermiano (Org.). *Desenvolvimento Sustentável: Necessidade e/ou Possibilidade?* 4ª Edição. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002, p. 99-120.

STEWARD, Corrina. *The Santarém Agricultural Landscape, Pará, Brazil. A working paper on agro-industrial and smallholder agriculture in Santarém*. Yale School of Forestry and Environmental Studies. Master of Environmental Science Thesis Project. June, 2004.

UNESCO. *Action Plan for Biosphere Reserves*. Nature and Resources. Paris: UNESCO, v. XX, nº 04, 1984.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, 220 p.

VIOLA, Eduardo J.; LEIS, Héctor R. A Evolução das Políticas Ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, Daniel Joseph; VIEIRA, Paulo Freire (Orgs.). *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*. 2ª Edição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995, p.73-102.

ANEXOS

- A – Roteiros de Entrevistas Abertas I e II
- B – Relatório da Assembléia Geral sobre a APA – Alter do Chão (20/06/2005)
- C – Levantamento Preliminar feito junto as Comunidades do Eixo Forte
- D – Proposta de Programação da Assembléia de Esclarecimento sobre a APA – Alter do Chão
- E – Decreto de criação da APA – Alter do Chão
- F – Planta Cartográfica da área da APA – Alter do Chão
- G – Memorial descritivo da APA – Alter do Chão